

Johannie St-Roch

**DETERMINAÇÃO E GESTÃO DAS NORMAS LINGUÍSTICAS
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO FRANCÊS CANADENSE:
PADRONIZAÇÃO COMPARADA EM DUAS LÍNGUAS
PLURICÊNTRICAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Müller de Oliveira

Florianópolis (SC)
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

St-Roch, Johannie
Determinação e Gestão das Normas Linguísticas no
Português Brasileiro e no Francês Canadense : Padronização
Comparada em Duas Línguas Pluricêntricas / Johannie St-Roch
; orientador, Gilvan Müller de Oliveira - Florianópolis, SC,
2015.
152 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Política linguística. 3. Línguas
pluricêntricas. 4. Português brasileiro. 5. Francês
canadense. I. Müller de Oliveira, Gilvan. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

Johannie St-Roch

**DETERMINAÇÃO E GESTÃO DAS NORMAS LINGUÍSTICAS
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO FRANCÊS CANADENSE:
PADRONIZAÇÃO COMPARADA EM DUAS LÍNGUAS
PLURICÊNTRICAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis, 06 de agosto de 2015.

Prof. Dr. Heronides Maurilio de Melo Moura
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Linguística da UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilvan Müller de Oliveira
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina
(Vídeoconferência)

Prof.^a Dr.^a Clarissa Pereira Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Felício Wessling Margotti
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao Prof. Gilvan Müller de Oliveira, por toda atenção, paciência e transmissão de conhecimentos ao longo deste percurso intelectual. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial, ao professor Heronides Maurilio de Melo Moura, assim como minha colega Júlia Izabel Silva. Agradeço à *l'École de la fonction publique*, por ter oportunizado-me emprender este projeto de estudos. Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, por aceitar-me como estudante de mestrado. Fico enormemente reconhecida por ter tido esta oportunidade, como estudante canadense, e poder realizar meu mestrado no Brasil. Especialmente, agradeço a meu companheiro de todas as horas, Daniel por sua grande paciência, preciosa ajuda e amor incondicional e a quem dedico este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise comparativa entre as padronizações e gestões das normas linguísticas no português brasileiro e no francês canadense. O objetivo central constitui-se em examinar os principais agentes normativos no Brasil e no Québec – província oficialmente francófona do Canadá –, suas áreas de atuação e influência (lexicologia, terminologia, gramática, pronúncia), e conferir se existe uma tendência atual para uma gestão mais pluricêntrica e democrática tanto do português, como do francês, apesar da tradição bicêntrica do primeiro e monocêntrica do segundo. O objetivo secundário consiste em discutir o problema da insegurança linguística que as normas-padrão tendem a criar quando estas são estabelecidas segundo um modelo exógeno, provocando situações diglósicas, como as que podemos observar no francês canadense e no português brasileiro.

Esta análise está ancorada no conceito teórico de *norma* apresentado pela linguística e suas múltiplas faces, tendo como foco o conceito de *norma-padrão*, também chamada *norma standard*, e na teoria da pluricentricidade normativa tal como proposta por três de seus principais representantes linguistas, o alemão Heinz Kloss (1967), o australiano Michael Clyne (1992) e o austríaco Rudolf Muhr (2012). O tipo de pesquisa proposto se enquadra no campo da standardologia comparada ou “*Ausbankomparatistik*”, ramo da política linguística desenvolvido por Heinz Kloss, que consiste em comparar o processo de padronização linguística nas línguas. Para comparar esse processo no português brasileiro e no francês canadense, fazemos um percurso histórico específico, ressaltando eventos determinantes no processo da padronização dessas variantes e, em segundo lugar, analisamos as políticas linguísticas próprias do Brasil e da província do Québec em relação à normatização da língua, isto é, como se faz a gestão da norma e qual seria a posição desses agentes no espaço pluricêntrico. Por fim, discute-se se tais políticas apresentam tendências a uma gestão mais internacional e democrática da norma, o que representaria uma ruptura da tradição normativa monocêntrica da França, e também uma ruptura com a tradição bi-normativa do português, na qual competem Portugal e Brasil como atores principais.

Os resultados da pesquisa mostram que há indícios recentes, na lusofonia e na francofonia, indicando um desejo de estabelecer normas linguísticas que sejam internacionais, embora respeitadas em relação às especificidades das diferentes variedades que formam as comunidades

lusófonas e francófonas. Tais modos de gestão poderiam reduzir a insegurança linguística dos países que usam normas exógenas, além de ser algo vantajoso para línguas supercentrais como o francês e o português, que precisam fazer esforços conjuntos para manter sua posição como línguas de alcance internacional.

Palavras-chaves: Política linguística, padronização comparada, línguas pluricêntricas, português brasileiro, francês canadense.

RÉSUMÉ

Ce mémoire présente une analyse comparative de la standardisation et gestion des normes linguistiques du portugais brésilien et du français canadien. L'objectif principal consiste à examiner les principaux agents normatifs au Brésil et au Québec – province canadienne officiellement francophone –, leurs domaines d'intervention et influence (lexicologie, terminologie, grammaire, prononciation), et confirmer s'il existe actuellement une tendance vers une gestion davantage pluricentrique et démocratique tant du côté du portugais que du côté du français, malgré la tradition bicentrique du premier et monocentrique du deuxième. L'objectif secondaire consiste à discuter du problème de l'insécurité linguistique que les normes standards ont tendance à créer lorsqu'établies selon un modèle exogène, provoquant ainsi des situations de diglossie, comme nous pouvons l'observer dans le français canadien et dans le portugais brésilien.

Cette analyse se fonde sur le concept théorique de *norme* et ses multiples facettes tel que décrit par la linguistique. L'accent est mis sur le concept de norme standard ainsi que sur la théorie de la pluricentricité normative telle que proposée par trois de ses principaux représentants : le linguiste allemand Heinz Kloss (1967), le linguiste australien Michael Clyne (1992) et l'Autrichien Rodolf Murh (2012). Le type de recherche proposé s'inscrit dans le domaine de la *standardologie comparée* ou "*Ausbankomparatistik*", branche de la politique linguistique développée par Heinz Kloss, qui consiste à comparer les processus de normatization linguistique des langues. Pour comparer ce processus chez le portugais brésilien et le français canadien, nous faisons un parcours historique spécifique, mettant en relief des événements déterminants dans le processus de normatization de ces deux variétés et en deuxième lieu, nous analysons les politiques linguistiques propres au Brésil et à la province du Québec en ce qui concerne la normatization linguistique, c'est-à-dire, comment les normes sont gérées et quelle serait la position de ces agents dans l'espace pluricentrique. Finalement, nous discutons si ces politiques démontrent une tendance vers une gestion plus internationale et démocratique de la norme, ce qui représenterait une rupture de la tradition normative monocentrique de la France ainsi qu'une rupture de la tradition bi-normative du portugais, dans laquelle le Portugal et le Brésil agissent comme principaux acteurs.

Les résultats de la recherche révèlent qu'il y a des indices récents, au sein de la lusophonie et de la francophonie, qui démontrent

une volonté d'établir des normes linguistiques internationales tout en respectant la spécificité des différentes variétés qui composent les communautés lusophones et francophones. De tels modes de gestion pourraient réduire l'insécurité linguistique des pays qui utilisent des normes exogènes en plus d'être avantageux pour des langues supercentrales comme le français et le portugais, qui se doivent de faire des efforts concertés pour maintenir leur position en tant que langues de portée internationale.

Mots-clés: Politique linguistique, standardologie comparée, langues pluricentriques, portugais brésilien, français canadien.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. A NORMA LINGUÍSTICA E SUAS MÚLTIPLAS FACES	19
1.1 A TRADIÇÃO NORMATIVO-PRESCRITIVA.....	19
1.2 A NORMA COMO EXPRESSÃO DO “NORMAL” NA CONCEPÇÃO COSERIANA.....	23
1.3 A NORMA NA PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA: O REAL E O IDEAL.....	27
CAPÍTULO 2. ASPECTO SÓCIO-HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE NORMAS LINGUÍSTICAS DO PORTUGUÊS E DO FRANCÊS NO CONTINENTE AMERICANO: UNIDADE, DIVISÃO E INSEGURANÇA LINGUÍSTICA	37
2.1 “QUE NORMA LINGUÍSTICA PARA NOSSA NAÇÃO”? MARCOS HISTÓRICOS SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO FRANCÊS CANADENSE.....	38
2.1.1 Português brasileiro ou simplesmente “brasileiro”?.....	38
2.1.2 O francês na américa: língua de “má qualidade”?.....	44
2.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO FRANCÊS DO QUÉBEC DE HOJE.....	50
2.2.1 Traços do português brasileiro.....	50
2.2.2. Características do francês do Québec.....	56
CAPÍTULO 3. PADRONIZAÇÃO E GESTÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO FRANCÊS CANADENSE: LIDANDO COM UMA REALIDADE PLURICÊNTRICA	65
3.1 AS LÍNGUAS PLURICÊNTRICAS.....	67
3.2 PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NOS ESTADOS BRASILEIRO E QUEBEQUENSE NO ESPAÇO PLURICÊNTRICO.....	81
3.2.1 A planificação linguística e o problema da padronização na província do Québec.....	83

3.2.2 A padronização do francês no Canadá dentro do espaço pluricêntrico da francofonia	98
3.2.3 A política linguística e a gestão da norma linguística no Brasil.....	110
3.2.4 O Português Brasileiro e a gestão da norma no espaço pluricêntrico da lusofonia.....	121
3.2.5 Determinação e gestão das normas no português brasileiro e no francês canadense: quadro comparativo.....	130
CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

INTRODUÇÃO

A língua francesa e a língua portuguesa são línguas que se expandiram por meio da colonização e, conseqüentemente, se constituíram como línguas pluricêntricas ao longo dos últimos séculos. Em linhas gerais, as línguas pluricêntricas são aquelas que apresentam mais de uma variedade em uso e possuem, habitualmente, mais de um centro normativo, o que gera desafios particulares no âmbito da padronização das normas linguísticas e dos processos de decisão relativos às normas. O propósito desta dissertação é apresentar um estudo comparativo sobre a padronização das normas linguísticas do português brasileiro e do francês canadense. O objetivo principal é analisar os modos de gestão da norma linguística, olhando como os diferentes agentes normativos determinam ou influenciam as políticas linguísticas sobre normatização no Brasil e no Québec, assim como suas áreas de atuação (léxico, terminologia, gramática, pronúncia) e sua interação no espaço pluricêntrico, verificando, assim, se a tendência atual corresponde a uma gestão normativa mais colaborativa e simétrica, o que romperia com a tradição monocêntrica do francês e bicêntrica do português. Como objetivo secundário queremos analisar o problema de diglossia que pode advir das normas-padrão, tendo em vista seu caráter prescritivo, e como isto está vinculado à insegurança linguística que podemos observar no Brasil e no Québec.

As investigações no campo da padronização comparada entre línguas pluricêntricas ainda são escassas. Por isso, acreditamos que esta pesquisa contribuirá com os estudos da área, assim como poderá incentivar um maior interesse do público em geral acerca das políticas linguísticas relacionadas ao francês e ao português tal como se apresentam no continente americano.

Em um importante artigo da área da sociolinguística, *Essai de standardologie comparée : quelques éléments pour une comparaison de l'espagnol et du portugais européens et américains* (2001), o linguista Bernhard Pöll ressaltou que o conceito de “padronização comparada” (*Ausbaukomparatistik*), desenvolvido pelo renomado linguista alemão Heinz Kloss, adquiriu notoriedade internacional, porém, tendo sido reduzido a situações que não levam em conta os casos de

pluricentrismo. Sobre os estudos nesse campo, PÖLL afirma:

por mais valiosos que sejam, os estudos até hoje consagrados às línguas pluricêntricas não foram além da simples justaposição, é o que testemunha, por exemplo, a obra coletiva *Pluricentric Languages*, editada por Michael Clyne em 1992. Sem duvidar de sua grande utilidade, os estudos reunidos nesta obra não se inserem em um projeto nem de comparação, nem de síntese global. (PÖLL, 2001, p. 907, tradução nossa)¹.

Pöll também faz referência à obra *Le français standard dans l'espace francophone* (1996)², dos linguistas Didier de Robillard e Michel Beniamino, onde há um capítulo dedicado à comparação da francofonia com a hispanofonia e a anglofonia, e à obra *Eloquence and Power* (1987), na qual J. E. Joseph faz um breve estudo comparativo entre o português *standard*, que qualifica de bicêntrico, e o espanhol *standard*, que qualifica de policêntrico. Essas observações feitas por Pöll revelaram-se para nós como um motivo para continuar as pesquisas sobre a padronização de normas em línguas pluricêntricas. Desse modo, buscamos fazer uma comparação entre as formas de planejar e gerir as normas do português brasileiro e do francês canadense.

A razão que motiva a escolha dessas duas línguas em particular é a situação em que se encontram o português e o francês no atual mercado linguístico. O linguista francês Jean-Louis Calvet, que afirma que “as línguas do mundo são fundamentalmente desiguais” (CALVET, 1999b, p. 11), utiliza um modelo gravitacional organizado em constelações para explicar a hierarquização das línguas. Nesse modelo,

¹ “Pour précieuses qu’elles soient, les études consacrées jusque-là aux langues pluricentriques n’ont guère dépassé le stade de la simple juxtaposition, témoin par exemple l’ouvrage collectif *Pluricentric Languages*, éditée par Michael Clyne en 1992. Sans conteste de grande utilité, les études réunies dans ce volume ne s’inscrivent pas dans un projet de comparaison ni de synthèse globale.”

² ROBILLARD, D. BENIAMINO, M. *Le français dans l'espace francophone*. Description linguistique et sociolinguistique de la francophonie, Tome 2, Ed. Champion, 1996.

o inglês ocupa o lugar de língua *hipercentral*, ao redor da qual as outras línguas do mundo gravitam, como numa galáxia. No segundo nível estão as línguas *supercentrais*, onde se encontrariam cerca de uma dúzia de línguas, cujos falantes, quando são bilíngues, usam geralmente o inglês como segunda língua. Essas línguas, das quais fazem parte o francês e o português, tendem a ser pluricêntricas, com um número importante de falantes, gozando, sem que se surpreenda, de um certo prestígio. Não obstante, são línguas cujas organizações e instituições que as representam devem fazer um esforço para manter a sua posição e é com projetos colaborativos entre os membros das comunidades internacionais que essas línguas conseguem manter a sua unidade e seu espaço definido ou *niche*, para usar uma expressão de Calvet. Dessa forma, julgamos como pertinente analisar a situação atual dessas línguas, assim como, eventualmente, refletir como elas projetam a sua gestão no futuro. Esta pesquisa também pretende contribuir com os debates sociais sobre a padronização da língua presentes no Québec e no Brasil, trazendo uma situação norte-americana e outra sul-americana para um espaço de reflexão comum.

No primeiro capítulo, apresentaremos um quadro teórico sobre os conceitos de norma linguística e suas várias faces e interpretações. Buscamos primeiro explicar a norma de tipo prescritiva herdada da tradição gramatical greco-latina da Antiguidade, tradição motivada em manter a pureza da língua, e que veio à luz durante o Renascimento na Europa, com a publicação das primeiras gramáticas das línguas de origem latina, então consideradas “línguas vulgares”. Essa tradição romper-se-ia no século XX, com o advento da linguística moderna que propõe um novo paradigma para os estudos da língua. Assim, seguindo as ideias do linguísta romeno Eugenio Coseriu, estruturalista de vertente funcionalista, veremos como este se interessou pelo conceito de norma como realização “normal” ou objetiva. No entanto, Coseriu não procurou responder ao que motivava essa norma, ou seja, os fatores sociais e subjetivos. Essa questão interessaria aos sociolinguistas, motivados em descobrir os mecanismos de mudança e variação e os fatores externos que iniciam as mudanças de uma norma para outra.

Apesar dos importantes aportes dos sociolinguistas e os esclarecimentos sobre a norma objetiva, a tradição normativo-prescritiva continuaria com força na sociedade e uma das consequências desse tipo

de norma será a presença de *diglossias*. A diglossia representa uma situação na qual coexistem variedades polarizadas e hierarquizadas onde a variedade prestigiada muitas vezes destaca sobretudo um ideal em relação à fala efetivamente observada, sendo dominada por poucos falantes altamente escolarizados em situações formais. Essa é a situação encontrada nas sociedades do Québec e brasileira: no primeiro, existe uma diglossia entre uma norma-padrão, o “francês internacional”, que existe sobretudo nas representações mais do que no uso real, e uma norma popular, o chamado *joual*. No caso brasileiro, apesar do país ter escolhido uma norma endógena, persiste um descompasso entre a norma-padrão e a fala real dos brasileiros, o que causa numerosas dificuldades ao ensino, de acordo com os currículos escolares, por se tratar de norma estranha a realidades linguísticas locais e não levar em conta a evolução histórica da língua no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos um olhar socio-histórico sobre as construções da norma do português brasileiro e do francês canadense, com a finalidade de descobrir a origem das diglossias existentes nos dois casos e, por consequência, a raiz da insegurança linguística que até hoje persiste nos falantes. O português brasileiro e o francês canadense apresentam-se como variedades estabelecidas na América por meio da colonização e possuem, inicialmente, certos traços históricos em comum. No caso do francês, a língua foi trazida por meio da colonização francesa, que estabelece oficialmente sua colônia americana com a fundação da cidade de Québec em 1608. A França perderá essa colônia para Inglaterra após uma batalha que teve lugar na cidade de Québec em 1759, passando seus colonos a um estatuto de povo vencido. Grande parte da elite francesa estabelecida no território retorna então para França, e a língua que se desenvolve será sobretudo a de uma população empobrecida e, em sua maioria, iletrada. Menos de um século depois, viajantes franceses relatariam a deterioração desse francês, invadido pelo léxico e as estruturas inglesas. Criou-se, assim, em tempos longínquos, a insegurança linguística dos canadenses francófonos até chegar a um questionamento nacional e, posteriormente, um debate sobre a questão, no início dos anos 1960, com a publicação da obra *Les insolences du frère Untel* (1960), obra que questiona a “qualidade” da língua falada no Québec e critica o sistema de ensino da língua francesa na província, que qualifica de arcaico. Nesse período, a

criação do *Office de la langue française*, em 1961, e sua posição sobre a adoção do francês internacional como norma-padrão foi de uma importância determinante para o modelo a se seguir.

Mudando de atores e cenários históricos, também veremos como a gênese do português brasileiro foi constituída principalmente por colonos portugueses, indígenas e africanos trazidos ao Brasil durante o período da escravidão. Por outro lado, o desenvolvimento de um sentimento nacionalista no Brasil não é um processo que ocorre apenas antes da independência do país, em 1822, mas ao longo dos anos seguintes, trazendo à tona, entre outras, a questão de saber em que língua deveria expressar-se a literatura brasileira. Mesmo após a proclamação da República, em 1889, a norma exógena seria posta seriamente em dúvida nos anos 1920 e 1930 através da corrente literária do Modernismo, quando se questiona se o português deveria chamar-se “brasileiro”. (ILARI & BASSO, 2012, p.214). Contudo, nenhum movimento nacionalista conseguiu convencer uma elite conservadora que preferiu manter o vínculo literário com Portugal, reforçando assim uma distância entre a língua falada no Brasil e a língua escrita, com uma norma oriunda de Portugal. Também buscou-se encontrar no século XX a pronúncia ideal do português brasileiro, tendo ocorrido dois congressos importantes (nos anos de 1936 e 1958) a fim de regularizar a língua falada no canto lírico e no teatro³ (ILARI & BASSO, 2012, p. 230). Contudo, ao longo da história brasileira, a língua foi se polarizando entre uma *norma culta*, falada por uma elite em sua maioria de origem europeia, e uma fala mais *popular*, verificada junto a uma camada pouco letrada e economicamente desfavorecida.

Na segunda parte do capítulo, lançaremos um olhar sobre os principais traços que caracterizam o português brasileiro e o francês canadense e o que os distinguem de suas contrapartidas européias. Tais elementos testemunham sobre as mudanças ocorridas no tempo e espaço

³O Congresso Brasileiro da Língua Cantada foi realizado em São Paulo em 1936. Participaram desse congresso o poeta Manuel Bandeira e o filólogo Antenor Nascentes. O Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro realizou-se em 1957, em Salvador, e teve como relator o filólogo Antônio Houaiss.

geográfico, dando lugar às diferentes variedades que hoje formam parte dessas duas línguas pluricêntricas.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, problematizaremos a gestão atual das normas no português brasileiro e no francês canadense abrindo o contexto à realidade pluricêntrica do francês e do português. Exploraremos, inicialmente, as características das línguas pluricêntricas, assim como descritas por Clyne (1992) e Muhr (2012), autores que enriqueceram o conceito de *pluricentrismo*, inicialmente utilizado por A. Stewart (1968) e Kloss (1967). Analisamos, em seguida, a padronização no Brasil e no Québec, onde nos deteremos sobre os instrumentos da política linguística: legislação, programas e o *modus operandi* dos agentes normativos estaduais e não estaduais e suas áreas de atuação e influência. Por último, nosso olhar voltar-se-á às atividades de negociação e colaboração do Québec e do Brasil com outros membros no espaço da francofonia e da lusofonia, respectivamente, terminando com uma conclusão sobre as tendências para o futuro da gestão pluricêntrica do português e do francês.

CAPÍTULO 1. A NORMA LINGUÍSTICA E SUAS MÚLTIPLAS FACES

O conceito de norma pode ser visto de maneira geral como um certo padrão comportamental a ser seguido, um modelo, uma ação a ser feita conforme. Estudos sobre o que é norma e como a sociedade cria normas começaram no século XIX, com a emergência da sociologia como disciplina científica. Desde esse momento, a norma aparece como um conceito que comporta uma dualidade: como algo normal no sentido de um comportamento regular e, por outro lado, como uma força que se impõe, um padrão prescrito. Esses dois sentidos da noção de norma parecem estar inerentemente interligados, porque como explica Álvarez:

(...) a sociedade apresenta regularidades – o que permitiria construir explicações científicas sobre ela, semelhantes às das ciências naturais –, estas regularidades se constituem necessariamente na ação entre indivíduos, grupos e classes que participam da vida social, ação que é indissociavelmente reguladora e prescritiva. (ALVAREZ, 2012, p. 184).

Dessa forma, a concepção de norma como descrição do comportamento “normal” leva consigo a ideia de comportamento prescrito, posto que um não vem sem o outro. O comportamento normal e regular é influenciado por uma norma a seguir. Essa dualidade prescrição-descrição será discutida amplamente neste capítulo, no qual pretendemos analisar a norma linguística nas suas múltiplas faces e interpretações.

1.1 A TRADIÇÃO NORMATIVO-PRESCRITIVA

Sendo a língua uma atividade social, os locutores que formam parte de uma comunidade linguística estão submetidos a normas linguísticas. A tradição normativo-prescritiva é aquela que prevaleceu

desde vários séculos e até hoje continua. Essa tradição tem como centro a norma prescritiva, que distingue o certo do errado e o modelo a seguir encontra-se na língua escrita.

A origem da norma prescritiva possui testemunhos muito antigos: a obra de Pânini (séc. IV a.C.) – famoso gramático da Índia antiga –, escrita em língua sânscrita aproximadamente cinco séculos antes de nossa era, seria uma das primeiras obras que trata de norma na língua. Explica Aussant:

Apesar de no início, o objetivo do Aṣṭādhyāyī [a gramática de Pânini] ser essencialmente descritivo, esta última acabou constituindo-se numa norma que servirá de referência para determinar a correção da língua clássica. (2008, p. 381, tradução nossa)⁴.

O motivo que levou Pânini à escrita dessa gramática provém do fato que na época em que fora produzida a cultura bramânica estava sofrendo mudanças e sua importância diminuía em prol da cultura budista e jainista (referente ao Jainismo, uma entre as mais antigas religiões da Índia). Com efeito, a língua sânscrita evoluiu num contexto de diversidade linguística, e línguas vernaculares alçaram-se ao patamar de línguas oficiais, literárias e religiosas. Estando a língua sânscrita ameaçada de perder importância a ponto de tornar-se uma língua secundária, descrevê-la metodicamente permitia que não se perdesse o seu uso “certo” e justo, especialmente para fins religiosos, posto que as rezas deveriam ser pronunciadas sempre da mesma forma para que sua eficácia não fosse comprometida.

Por outro lado, não se coloca em dúvida a influência dessa gramática sobre a norma falada, uma vez que um locutor que possui uma consciência linguística aguda pode ser influenciado no uso que faz da sua língua e adaptar-se voluntariamente a funções novas ou impedir as mudanças espontâneas. Quem se referisse ao livro Aṣṭādhyāyī, de Pânini, conheceria o uso correto da sua língua e assim poderia contribuir

⁴ “Si, au départ, la visée de l’Aṣṭādhyāyī est essentiellement descriptive, cette dernière finit par constituer une norme qui servira de référence pour déterminer la correction de la langue classique.”

para conservá-la (AUSSANT, 2008, p. 383). O conceito de “pureza” da língua também existiria já naquela época, dado acreditar-se que Pânini era originário do noroeste do continente indiano (hoje Paquistão) e, segundo textos religiosos, a variedade falada naquela região seria considerada a variedade mais “pura”.

Se a gramática de Pânini foi um dos primeiros testemunhos da necessidade de descrever a língua para propósitos religiosos, o caráter prescritivo da gramática como a conhecemos hoje foi herdado da tradição greco-romana de estabelecer regras de uso, escolhidas a partir de usos reais, porém também a partir de invenções. Sobre esse assunto, explica a linguista brasileira Rosa Virginia Mattos e Silva que:

A tradição gramatical normativo-prescritiva nasceu da percepção da unidade do grego, apesar de sua diversidade, e se desenvolveu em um esforço pedagógico para fixar a língua em um certo “estado de pureza”, para permitir o estudo dos escritores clássicos gregos e para que eles servissem de modelo a ser seguido. Define-se desse modo uma vertente na compreensão das línguas que se tornou hegemônica por mais de vinte séculos: a da tradição gramatical, com o suporte da crítica textual, que se concentra no estudo da língua escrita, conforme a variante privilegiada pela sociedade, que, nas sociedades letradas, coincide com a dos escritores legitimados por ela, ignorando-se as variantes faladas que constituem a realidade, menos ou mais hegemônica, de qualquer língua histórica. (MATTOS E SILVA, 2012, p. 261)

Esta tradição foi retomada no Renascimento na Europa, época fortemente inspirada na civilização greco-romana. O filólogo espanhol Antonio de Nebrija (1441-1522) escreveu a primeira gramática humanista de uma língua “vulgar”, a *Gramatica Castellana* e a razão para descrever a língua castelhana foi impor a uniformidade para os interesses da conquista por parte do Império (PADLEY, 1983). O uso certo para ele é aquele dos “sábios” e a intenção da gramática é

preservar a língua de ser “corrompida pela ignorância” (NEBRIJA, 1492 *apud* PADLEY, 1983).

Posteriormente, um gramático francês, Jacques Dubois (1478-1555), publicaria a obra *Introduction à la langue française suivi de Grammaire* (1531), onde procurou devolver à língua francesa sua latinidade que, segundo ele, tinha sido perdida. Ele parte do princípio que o francês seria um latim corrompido, tendo deixado suas origens latinas distantes demais no passado e, por consequência, se tornando pouco apto a ser regulado. Sua proposta constitui em retirar todos os desvios que os séculos trouxeram a fim de revelar a clareza e a pureza da língua, sendo para isso preciso refazer a língua francesa de acordo com o modelo latino; por exemplo, *aimer* tornar-se-ia *amer*, propondo-se, assim, um retorno a estruturas sintáticas latinas (PADLEY, 1983, p. [?]). Em Portugal, a primeira Gramática foi publicada em Lisboa em 1536 por Fernão de Oliveira, com o nome de *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, numa época onde a língua de ensino passa do latim para o português, mas sempre com o objetivo de se aproximar do latim, ainda considerado como a língua superior. Um caso interessante é o de William Bullokar (séc. XVI), tido como um dos primeiros gramáticos ingleses, que tentou submeter a língua inglesa a categorias latinas dificilmente justificáveis para uma língua anglo-saxônica. A criação de regras para aproximar-se do modelo latino acabaria com o gramático inglês J. Wallis (1653), que propôs seguir “menos o uso do latim do que o caráter particular da nossa língua” (WALLIS *apud* PADLEY, 1983).

Será só no século XX que essa tradição gramatical se romperá com o advento da chamada linguística moderna, tendo por pais fundadores o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), os estadunidenses Edward Sapir (1884-1939) e Leonard Bloomfield (1887-1949), o russo Nikolai Troubetzkoy (1890-1938) e o russo-estadunidense Roman Jakobson (1896-1982). Segundo Mattos e Silva, tratou-se de uma ruptura radical com a tradição gramatical porque se passou à premissa de que o falado deveria prevalecer sobre o escrito e que qualquer variedade de uma língua passa a ser objeto de estudo. “Rompe-se assim definitivamente com a postura tradicional de que só a variedade padrão escrita deve ser objeto da gramática e esta, de normativa, passa a ser entendida como prioritariamente descritiva

(MATTOS E SILVA, 2012, p. 266). Nos deteremos nesse assunto na seção a seguir.

1.2 A NORMA COMO EXPRESSÃO DO “NORMAL” NA CONCEPÇÃO COSERIANA

A linguística estruturalista recusou a norma prescritiva, definida como uma idealização subjetiva, fundada na escrita e legitimada como padrão a ser seguido, apresentando a norma como algo de natureza *objetiva*. Os estruturalistas que mais se interessaram pela questão foram os de orientação funcionalista, particularmente o linguista romeno Eugenio Coseriu (1921-2002), que desenvolveu o conceito de *normas normais sociais* no seu famoso ensaio “Sistema, norma y habla” publicado em 1951, em Montevideu (MATTOS E SILVA, 2012, p. 267). Ele define a *norma* em relação ao *sistema (langue)* e à *fala* da teoria saussuriana. Retomando a língua como sistema abstrato de oposições funcionais, apresenta a *norma* como “sistema de abstração intermédia não funcional” (COSERIU, 1967, p. 36). Essa oposição poderia resumir-se da seguinte maneira: o *sistema* contém as possibilidades virtuais de uma determinada língua com suas oposições funcionais. A *norma*, por seu lado, contém tudo o que no ato verbal concreto, retoma modelos anteriores. Sendo um sistema de realizações “normais”, a norma possui um caráter abstrato, enquanto a fala é a realização individual e concreta da norma. Para exemplificar, Coseriu revisita os *Princípios de Fonologia* (1939), obra póstuma do linguista russo Nikolai Troubetzkoy onde este, em um capítulo sobre fonologia e fonoestilística, explica que há nas línguas realizações particulares de certos fonemas que caracterizam a fala das gerações, gêneros, comunidades e que essas realizações distintas não implicam uma função distintiva nos sistemas linguísticos respectivos. Não obstante, não se tratam de realizações individuais, momentâneas e ocasionais, senão que normais e constantes na expressão de um certo grupo. Essas características, apesar de não terem uma função fonológica representativa, possuem uma função expressiva (COSERIU, 1967, p. 37).

Troubetzkoy observou que há variantes facultativas, e que dentre estas variantes, uma delas seria considerada a forma normal. Por

exemplo, no caso do fonema /r/ em francês e em alemão, a realização é uvular, enquanto em espanhol e em italiano, a realização normal é o /r/ apico-alveolar (TROUBETZKOY, 1949 *apud* COSERIU, 1963, p. 38). Coseriu explica também o caso da neutralização da oposição fonológica distintiva, quando dois fonemas são intercambiáveis em certas posições nas palavras. Essa intercambiabilidade revela-se indiferente do ponto de vista do sistema funcional, mas é raramente indiferente do ponto de vista da norma. Por isso que “a língua, no sentido amplo do termo, não é só sistema funcional”⁵ (COSERIU, 1967, p. 40, tradução nossa).

No processo de substituição de uma norma por outra, há um momento de incerteza. Há normas parciais (ex.: sociais, regionais), porque a norma é sempre menos geral que o sistema e anterior ao sistema. Na formação das palavras, por exemplo, a norma se forma com as necessidades do cotidiano dos falantes. Assim, uma palavra pode não existir na norma, mas existir no sistema, no conjunto das estruturas, possibilidades e oposições funcionais de uma língua: “porque no sistema existem como virtuais todos os nomes em -miento, e -ción, os verbos em -izar, ou abstratos em -idad independentemente de sua consagração pela norma”⁶ (COSERIU, 1967, p. 46, tradução nossa).

Com relação ao caráter “normal” da norma, ou “realização normal do sistema”, Coseriu afirma que nas variantes admitidas pelo sistema, tanto do ponto de vista significativo como do ponto de vista formal, uma é a realização normal e as demais são consideradas anormais e possuem um valor estilístico, pois nem todas as possibilidades do sistema se realizam na norma. Um exemplo é o do labor poético, onde se fazem novas associações significativas (ex.: imagens) ou formais (ex.: rima, aliteração etc). Essas são possíveis no sistema, mas inéditas na norma (COSERIU, 1967, p. 52). A definição de norma pela qual se interessa Coseriu não é aquela usada no sentido corrente, aquela estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva. A norma

⁵ “La lengua, en el sentido amplio del término, no es sólo sistema funcional”.

⁶ “porque en el sistema existe como virtuales todos los nombres en -miento y -ción, los verbos en -izar, ou abstractos en -idad independentemente de su consagración por la norma”.

objetivamente comprovável numa língua, é a língua que seguimos necessariamente por sermos membros de uma comunidade linguística e não aquela segundo a qual se reconhece que falamos bem ou de maneira exemplar na mesma comunidade.”⁷ (COSERIU, 1967, p. 54, tradução nossa).

E essa norma “normal” precede a “norma correta”, porque ela deve existir na fala e ser normal antes de receber o valor de “forma correta”.

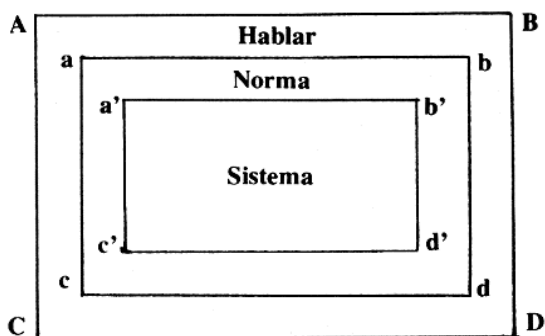


Figura 1 – Concepção da fala, norma e sistema (COSERIU, 1967 p. 57).

A concepção de Coseriu da dinâmica entre *fala*, *norma* e *sistema* é ilustrada no quadro acima. A fala (*habla*) são os atos linguísticos concretamente registrados. O quadro intermediário é o primeiro grau de abstração, isso é a norma, que contém unicamente o que no falar concreto constitui uma repetição de modelos anteriores. O segundo grau de abstração é o sistema. Esse contém unicamente o que

⁷ “La norma comprobable objetivamente en una lengua es la lengua que seguimos necesariamente por ser miembros de una comunidad lingüística y no aquella segundo la cual se reconoce que hablamos bien o de manera ejemplar en la misma comunidad”.

na norma é forma indispensável, oposição funcional. A fala contém o sistema, porque a norma individual, a norma social e o sistema não são senão diferentes graus de formalização do falar. Do mesmo modo, a norma individual contém a norma social e o sistema, e a norma social contém o sistema. O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e fechados. Pode ser considerado como conjunto de liberdades, posto que admite infinitas realizações e só exige que não sejam afetadas as condições funcionais do instrumento linguístico.

A norma que se impõe ao indivíduo limita sua liberdade expressiva e comprime as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro do marco fixado pelas relações tradicionais. Essa norma é “um sistema de realizações obrigadas, imposições sociais e culturais” (COSERIU, 1967, p. 59) e varia segundo a comunidade. Dentro da comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional podem existir várias normas: língua familiar, popular, literária, elevada, vulgar etc.

Coseriu acredita que a distinção entre norma e sistema pode clarificar o mecanismo da mudança linguística, porque o que se impõe ao falante não é o sistema, mas sim a norma. O falante tem consciência do sistema, e por outro lado pode conhecer ou não conhecer a norma, obedecer a ela ou não, mas sempre estando dentro das possibilidades do sistema. Se um indivíduo, com sua originalidade expressiva não obedece à norma, isso pode constituir um modelo para outro falante e ser imitado e adotado e eventualmente tornar-se norma. “Desta maneira, o indivíduo falante aparece como ponto de partida também da mudança no sistema, que começa pelo desconhecimento ou a não aceitação da norma”⁸ (COSERIU, 1967, p. 64, tradução nossa).

Coseriu abriu o caminho para seus contemporâneos com seu estudo da norma “objetiva” imposta aos falantes, mas deixou inexplorado um aspecto que será retomado pela sociolinguística laboviana. Assim, afirma Mattos e Silva sobre as reflexões de Coseriu:

Embora parta de uma concepção de língua histórica que será o diassistema geográfico, social

⁸ “De esta manera, el individuo hablante aparece como punto de partida también del cambio en el sistema, que empieza por el desconocimiento o la no aceptación de la norma”.

e historicamente determinado, em que interagem fatores intralinguísticos e extralinguísticos, Coseriu não indica caminhos metodológicos para a apreensão da norma, como ocorreu para a apreensão do sistema e para a documentação da fala nas metodologias dos estruturalismos descritivistas. (MATTOS E SILVA, 2012, p. 268).

Por outro lado, afirma Lucchesi que:

O próprio Coseriu (1979 [1952], p. 69) que adverte não tratar, em sua teorização, “da norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua” e que seu conceito de norma refere ao “como se diz”, e não “como se deve dizer”, não consegue levar às últimas consequências tal distinção, ao afirmar ele próprio que a norma “se impõe ao falante” (p. 80) e que “a norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais (p. 74). (LUCCHESI, 2012, p. 59).

Desse modo, é nos estudos sociolinguísticos sobre os mecanismos da variação e mudança, que o delineamento da norma como conjunto de valores subjetivos determinados por fatores sociais nas comunidades de fala será compreendido.

1.3 A NORMA NA PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA: O REAL E O IDEAL

Para a sociolinguística, a noção de norma está diretamente ligada à comunidade de fala e ao problema da avaliação. Conforme afirma Labov na sua obra “Padrões Sociolinguísticos”:

[...] uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam

todos as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua. (LABOV, 2008, p. 188).

Assim, pode existir diversidade linguística entre subgrupos que estão em estreito contato, e esses subgrupos podem compartilhar normas comuns. Essas normas comuns podem ser identificadas objetivamente na análise sociolinguística com as variantes externas “classes sociais” (baixa, operária, média baixa e média alta) e “estilo” (casual, cuidadoso, de leitura, de leitura de lista de palavras e de pares mínimos). Com os dados recolhidos, pode-se depreender as variantes de prestígio, usadas pelas classes mais altas nos estilos mais conscientes. São essas normas, *normas objetivas*, porque se encontram no uso real dos falantes. Por outro lado, pode-se identificar o *padrão de normas avaliativas* por meio de testes de avaliação, que não correspondem ao desempenho dos falantes, mas que são aqueles usos julgados positivamente pelos sujeitos e são as formas consideradas como “corretas” para a comunidade de falantes a que pertencem (MATTOS E SILVA, 2012, p. 271).

Nesse sentido, o linguista brasileiro Marcos Bagno ressalta a importância de não confundir o termo “norma” tal como concebida desde a teoria estruturalista, isto é, desde uma perspectiva do “normal”, e aquele vinculado às práticas prescritivas. Bagno destaca que a separação entre os dois é instável e difusa, de modo que se usa, sem distinção, um único termo (norma) para o que é “preceito estabelecido” e para o que é “uso corrente”. Para esclarecer o conceito de norma, certos autores o dividem em dois substantivos, *normal* e *normativo*, usados com sentidos diferentes:

Antes de toda tentativa de definir a “norma”, a consideração lexicológica mínima descobre por trás do termo dois conceitos, um atinente à observação, o outro à elaboração de um sistema de valores; um correspondente a uma situação objetiva e estatística, o outro a um feixe de intenções subjetivas. A mesma palavra, utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo à ideia de média, de frequência, de tendência

geralmente e habitualmente realizada, e à de conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada. (REY, 2001, p. 116 *apud* BAGNO, 2012a, p. 20).

Nesse sentido, o *normal* pode ser associado aos seguintes significados: uso corrente, real, o comportamento, observação, situação objetiva, média estatística, frequência, tendência geral e habitual e se opõe ao *normativo*: preceitos, ideal, reflexão consciente, elaboração, intenções subjetivas, conformidade a uma regra, juízos de valor, finalidade designada (BAGNO, 2012a, p. 21). Essa distinção é também ressaltada por Lucchesi, que explica que o *normal* remete à norma objetiva e o *normativo* remete à norma subjetiva:

Por *normal* se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo *normativo* remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade. Celso Cunha, (1985), com base na teorização de Eugénio Coseriu (1979 [1952]), faz uma distinção entre *norma objetiva* e *norma subjetiva*; aquela relativa a padrões observáveis na atividade linguística de um grupo determinado, esta relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho linguístico dos falantes dentro de uma comunidade (LUCCHESI, 2012, p. 58).

Por outro lado, a palavra “norma” tende a circular na sociedade acompanhada do adjetivo “cultura”⁹ (o que pode representar, na verdade,

⁹ No seu artigo, o autor menciona que prefere, como vários outros linguistas – *vide* Faraco (2008), Lucchesi (2002), Mattos e Silva (1995, 2008) – chamar essa norma de “norma-padrão”, enquanto a “norma culta” seria aquela norma real, falada por grupos sociais urbanos e altamente letrados. Não obstante, ele acrescenta que prefere eliminar completamente a designação “norma culta” por ser um termo preconceituoso – qualquer grupo social possui cultura –, preferindo utilizar o termo “variedade urbana de prestígio” (BAGNO, 2012a, p. 25).

um “preconceito” mais do que um conceito, segundo o qual existe uma forma certa de falar, usualmente veiculada por livros de gramática):

Ao se interessar exclusivamente pela língua dos grandes escritores do passado, ao desprezar completamente a língua falada (considerada “caótica”, “ilógica”, “estereotipada”), e também ao classificar a mudança da língua ao longo do tempo de “ruína” ou “decadência”, os fundadores da disciplina gramatical cometeram um equívoco que poderíamos chamar de “pecado original” dos estudos tradicionais sobre a língua. (LUCCHESI, 2012, p.22).

Segundo Bagno, as pessoas julgam a língua falada a partir do conceito construído de língua escrita literária. As regras linguísticas que não estejam presentes na literatura chamada “clássica” (ainda a referência do que seria a norma culta no Brasil) são consideradas como erros. Esse conceito de norma que não é representativo da realidade dos falantes, que é um ideal abstrato, não falado, é um fator que contribui para alimentar a insegurança linguística nos falantes, e tende a criar situações diglósicas.

A linguista belga Marie-Louise Moreau (1997) apresenta a desambiguação do termo *norma* com um modelo composto por cinco tipos de normas, fundado sobre uma dupla conceitualização da língua, que é, ao mesmo tempo, uma prática do discurso e um discurso sobre a prática. A norma *objetiva* é aquela que designa os costumes linguísticos em uma comunidade, quais palavras são usadas, em que contexto, assim como o valor dessas palavras. Os falantes geralmente não têm consciência dessa norma ou não sabem explicá-la exatamente. A norma *descritiva* é aquela que explicita as normas objetivas, na medida em que faz uma constatação dos usos, sem atribuir um julgamento de valor. Vale mencionar que as normas descritivas muitas vezes não conseguem descrever as normas objetivas de maneira completa e, por consequência, isso pode contribuir à ilusão ideológica de uma língua homogênea.

As normas *prescritivas* propõem um conjunto de normas objetivas como modelo a ser seguido, com o objetivo de ser *A Norma*. As formas valorizadas se caracterizam por uma frequência de uso

superior em um grupo social determinado (ex. a classe economicamente privilegiada) e é geralmente a norma ensinada na escola. As normas *subjctivas* são aquelas que encontramos nas atitudes e representações linguísticas e que atribuem às variantes valores estéticos, afetivos ou morais: elegante, vulgar, pedante etc. Essas normas podem ser tanto implícitas como explícitas, podendo incorrer em estereótipos ao colocar em evidência as representações sociais das comunidades, identificadas por sua maior ou menor distância da norma com respeito àquele que percebe essa distância. Há ainda as normas *fantasiadas (fantasmées)* que remetem, entre outros, à teoria do imaginário linguístico (HOUDEBINE, 1993, *apud* MOREAU, p. 222). Podem ser individuais ou coletivas e decorrem dos quatro tipos de normas descritas previamente. São “o conjunto abstrato e inacessível de prescrições e interdições que ninguém poderia cumprir e no qual todo mundo está falhando” (MOREAU, 1997, p. 222-223).

A existência das normas prescritivas e das normas subjetivas está ligada às problemáticas da *diglossia* e da *insegurança linguística*, dois conceitos interconectados que nos interessam particularmente neste estudo de padronização comparada do português brasileiro e do francês canadense. A *diglossia* é um fenômeno presente tanto no Brasil como no Québec. O sociolinguísta quebequense Jacques Maurais (2008, p. 13) retoma a definição do conceito de Ferguson (1959)¹⁰, que destaca nove traços que compõem a diglossia:

1. As funções da variedade alta (variedade A) e as da variedade baixa (variedade B) estão em distribuição complementar estrita: o uso de uma variedade e não outra depende do contexto, não da identidade social do falante;
2. Os membros da comunidade de fala valorizam A em vez de B;
3. A é associado a um *corpus* literário substancial e valorizado;
4. O domínio de A é adquirido na escola enquanto o domínio de B é adquirido no processo natural de aquisição da língua materna;
5. A pronúncia, a gramática e o vocabulário de A são estandarizados e toleram uma variação limitada; a variação é grande na pronúncia, na gramática e no vocabulário de B;

¹⁰ FERGUSON, Charles A. “Diglossia”, *Word*, n. 5, 1959, p. 325-340.

6. As situações de diglossia são muito estáveis e podem perdurar séculos;
7. Existem diferenças marcadas nas estruturas gramaticais de A e B.
8. Existe duplicação no léxico corrente em A e B e, a princípio, um desses não se usa na forma escrita.
9. A e B possuem uma única estrutura fonológica e as unidades fônicas de B constituem a base.

Maurais considera o primeiro ponto, a distribuição complementar das funções, como um dos elementos mais importantes dessa definição:

Quando esta distribuição é violada, por exemplo, usando a língua B numa função reservada à A, as reações podem ser imprevisíveis: é relatado que na Grécia, a publicação em 1930 de uma Bíblia em grego demótico (variedade B) criou um motim.¹¹ (MAURAI, 2008, p. 13).

Maurais fornece outro exemplo no Québec, onde, em 1991, a imprensa revelou que uma equipe de universitários estava traduzindo o Evangelho Segundo Marcos em quebequense: “a ideia de reescrever a Bíblia em 'quebequense' [...] é na minha opinião um dos projetos mais ineptos e insípidos empreendidos pela suposta capa superior (universitária) da elite cultural quebequense”¹² (MAURAI, 2008, p.13). Nesses exemplos referidos por Maurais ficam bem ilustrados, especialmente no caso grego, a “tensão” e a “sanção”, a qual implica uma ruptura das regras hierárquicas no uso das normas – e no discurso formal, a sanção é máxima. Assim, reescrever um livro sagrado como a Bíblia em variedade vernacular tende a ser avaliado como um caso de profanação.

¹¹ “Quand on viole cette distribution, par exemple en utilisant la langue B dans une fonction de prestige réservée à la langue H, les réactions peuvent être imprévisibles : on rapporte qu’en Grèce, la publication, en 1930, d’une traduction de la Bible en grec démotique (variété B) a entraîné des émeutes”.

¹² O artigo a que Maurais se refere é GARNEAU, Christian. *Et que le diable vous chârisse!* La Presse, 19 juillet 1991, p. B2. Cf. também GAGNON, Lysiane. *Le mépris du peuple*. La Presse, 15 juin 1991, p. B3.

Com relação ao segundo aspecto, este refere ao problema da *insegurança linguística*, consequência quase inevitável das situações diglósicas. Pode ser definida como:

A manifestação de uma busca de legitimidade linguística vivida por um grupo social dominado que possui uma aguda percepção das formas linguísticas que atestam sua condição de minoria e das formas linguísticas a adquirir para progredir na hierquia social. (FRANCARD, 1997, p. 171, tradução nossa)¹³

Maurais traz uma nuance: nem sempre os falantes da variante B valorizam A mais que B. Quando existe um desequilíbrio entre duas variedades de uma mesma língua, pode-se produzir uma inversão da desigualdade de forma a reestabelecer o equilíbrio. O equilíbrio se reestabelece com a idealização da variedade considerada inferior. Este fenômeno foi bastante estudado pelas escolas de linguística catalãs e occitanas.

A definição de diglossia refere-se a duas variedades em uso no mesmo território, que comportam suficiente distância linguística para ser identificadas como duas normas: uma norma prestigiada e uma norma vernacular. No entanto, deve-se precisar que a definição de diglossia foi enriquecida pelo sociolinguísta Joshua Fishman, que estendeu a definição à coexistência de duas línguas em relação de desigualdade em um mesmo território. Linguístas que estudam o *créole* na América também refinaram o conceito, observando entre as variedades faladas na Jamaica e na Guiana que essa oposição binária da diglossia existe sobretudo nas representações subjetivas dos falantes e que, em realidade, as variedades se apresentam na forma de um *continuum linguístico*, e a heterogeneidade da língua se manifesta entre os pólos extremos desse *continuum* (MAURIS, 2008, p. 16).

A respeito da diglossia, ela foi caracterizada por Ferguson como

¹³ “La manifestation d’une quête de légitimité linguistique, vécue par un groupe social dominé, qui a une perception aiguisée tout à la fois des formes linguistiques qui attestent sa minorisation et des formes linguistiques à acquérir pour progresser dans la hierarchie social.”

um fenômeno estável e que pode durar vários séculos. Daí, pode-se perguntar por que perduram as diglossias. A existência de uma norma padrão, idealizada, de tradição normativo-prescritiva que toma seus modelos numa tradição escrita é um fator que perpetua a existência de diglossias. Para evitar o problema de uma norma padrão desconectada da realidade dos falantes, apresenta-se então a problemática da padronização de uma norma objetiva, desempenhada por falantes. Porém, resta ainda escolher qual norma, de que grupo social, de que região e de que forma esta norma deve ser descrita.

A diglossia se apresenta de uma maneira diferente no caso canadense e no caso brasileiro. No primeiro, existe uma dupla diglossia: do francês frente ao inglês dentro do país, e depois dentro da comunidade francófona, existe uma diglossia entre a norma padrão, o *français international*, e o vernacular, chamado de *joual*. Maurais (2008) afirma que o francês internacional, norma exógena baseada em um modelo europeu, apresenta-se mais como um ideal, sendo pouco utilizado na língua falada no Québec, apesar da norma observada na Radio-Canada, a rede federal de notícias, se aproximar desse francês. No debate sobre a norma no caso do Québec, linguistas como Jean-Claude Corbeil (2007) e Vezina (2009) apontam para o fato de que se fosse escolhido uma norma endógena como alternativa ao *français international*, precisar-se-ia chegar a um consenso sobre que variedade escolher e esse consenso ainda não existe.

No caso do Brasil, há uma diglossia primeiramente interna, posto que o Brasil desenvolveu sua própria norma, que evoluiu paralelamente e independentemente da norma de Portugal. Entretanto, existe uma polarização entre as variedades efetivamente em uso pelos falantes brasileiros: uma *norma culta*, que foi desenvolvida por uma elite urbana; e a *norma popular*, que encontra sua origem em uma classe economicamente desfavorecida. Existe ainda a chamada norma-padrão, que se destaca como norma escrita e ensinada nos programas escolares. Apesar de não estar presente o espectro da norma exógena europeia, como no caso do francês canadense, essa última norma mencionada ainda apresenta traços que provêm do português europeu. A esse respeito, diz o seguinte Lucchesi:

Essa norma-padrão decalcada dos padrões de uso

do português europeu moderno ganha corpo na segunda metade do século XIX com base no caráter elitista da formação do Estado brasileiro e atravessa todo o século XX, não sem contar com o aval do discurso aparentemente neutro de uma ciência da linguagem, que, ao propugnar a existência de um sistema linguístico abstrato superposto às diversas normas linguísticas, forneceu o respaldo para a manutenção de uma norma-padrão alheia às tendências reais de uso da língua nos diversos segmentos da sociedade brasileira (LUCCHESI, 2012, p. 79).

Essa desconexão das tendências reais ocorreria, segundo Lucchesi, devido ao fato do padrão linguístico normativo ter se tornado estranho ao desenvolvimento histórico das normas linguísticas reais do Brasil. É nesse desenvolvimento histórico das normas do português brasileiro e do francês canadense que iremos nos deter no próximo capítulo.

* * *

Neste primeiro capítulo, vimos como o conceito de norma foi abordado por diferentes disciplinas e as suas diversas interpretações. De modo geral, os linguistas parecem estar de acordo em afirmar que não existe uma definição única do termo, mas que geralmente há uma maneira mais prescritiva de ver a norma e outra que é mais descritiva. Entretanto, a forma como a sociedade costuma perceber a norma sugere uma associação com “o certo” *versus* o “errado”. A noção de erro surge, geralmente, em relação a uma norma padrão, o que aponta, muitas vezes, mais para um ideal subjetivo do que uma norma objetiva tal como a encontram os sociolinguistas no desempenho real dos falantes.

No capítulo que segue, nos interessaremos no aspecto socio-histórico da construção das normas no caso do português brasileiro e no caso do francês canadense e o percurso dessas normas: no caso do francês canadense, veremos os momentos relevantes da evolução de um francês em contato com o inglês em todo o seu redor e isolado em relação à norma europeia depois que a França perdeu a sua colônia, até o

“resgate” desse francês com a adoção oficial da norma-padrão chamada “francês internacional”. E, por outro lado, veremos um Brasil que desenvolveu sua nacionalidade no século XIX, fato que o levou, dentre outros fatores, à escolha de uma norma-padrão endógena, o *português brasileiro*, criando assim uma dupla normatização da língua portuguesa.

CAPÍTULO 2. ASPECTO SÓCIO-HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE NORMAS LINGUÍSTICAS DO PORTUGUÊS E DO FRANCÊS NO CONTINENTE AMERICANO: UNIDADE, DIVISÃO E INSEGURANÇA LINGUÍSTICA

As línguas europeias que foram trazidas para a América através da colonização possuem cada uma seus respectivos caminhos e histórias, mas com certas características em comum. Se lançarmos um olhar sobre as línguas de origem europeia mais faladas na América (inglês, português, espanhol e francês), verificaremos que todas estiveram expostas e influenciadas por outras línguas, principalmente indígenas e africanas, havendo a ocorrência, em certos territórios, do aparecimento de línguas crioulas. Essas línguas evoluíram de maneira diferente em relação às variedades faladas nos países colonizadores, sendo esse processo inevitável de mudança linguística pautado por discussões e debates sobre as normas a adotar: normas próprias, endogênas, ou normas exógenas, mais próximas às normas europeias. Por outro lado, a expansão e a disseminação dessas línguas na América mudou a paisagem linguística mundial, assumindo valores variáveis no “mercado internacional de línguas”: alto valor no caso da variedade americana do inglês e baixo valor no caso do francês canadense, por exemplo.

Neste capítulo, veremos primeiro um breve histórico da constituição das variedades americanas do português e do francês canadense, e como ambas se afastaram progressivamente das suas contrapartidas europeias (e vice-versa), até chegar a momentos históricos decisivos, quando surgem preocupações com questões identitárias e manifestações de um sentimento nacionalista, o que leva a perguntas sobre que norma linguística privilegiar, uma norma americana ou europeia? Veremos na segunda parte algumas características do português brasileiro e do francês canadense, ressaltando os traços que os distinguem das suas contrapartidas europeias. Esperamos com este capítulo explicar a raiz das diglossias existentes no Québec e no Brasil, assim como a origem da insegurança linguística nos dois casos.

2.1 “QUE NORMA LINGUÍSTICA PARA NOSSA NAÇÃO”? MARCOS HISTÓRICOS SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO FRANCÊS CANADENSE

2.1.1 Português brasileiro ou simplesmente “brasileiro”?

Nos quinhentos anos de história linguística do Brasil a partir do momento da chegada do português, misturaram-se em terras do Novo Mundo línguas indígenas, línguas africanas, a língua portuguesa trazida pelos portugueses e outras línguas europeias. O português brasileiro é o resultado desse encontro multilíngue.

Ao longo do tempo, a historiografia brasileira consagrou quatro períodos históricos na história do Brasil: o primeiro período é o pré-cabralino, ou seja, antes da chegada dos navegantes portugueses, quando a terra era então ocupada por autóctones organizados em diversos grupos sócio-culturais, sustentados basicamente pela caça e pela coleta, e que foram separados, em termos linguísticos, em dois grandes grupos: os de fala tupi-guarani e os de língua macro-jê (também dita línguas jê).

O momento seguinte corresponde ao período colonial, com a chegada dos portugueses (tendo por marco a viagem do navegador Pedro Álvares Cabral, em 1500) indo até a independência do Brasil, ocorrida em 1822. Dentro desse largo período, podemos distinguir, para os nossos propósitos, dois momentos relativos à língua falada, ou melhor, às línguas faladas no Brasil. O primeiro deles corresponde ao tempo entre 1532, quando da criação das primeiras capitânicas hereditárias, até 1654, ocasião da derrota e expulsão dos invasores holandeses das capitânicas do nordeste, momento este em que a presença dos portugueses era ainda limitada e se usavam as línguas gerais da costa. Como a variedade das línguas indígenas era muito grande, a formação de línguas gerais era essencial como vinculação e meio. A título de exemplo, podemos citar a comunicação entre jesuítas e indígenas, quando aqueles buscavam evangelizar estes últimos. Dado que essas línguas possuíam um tronco comum, o tupi, foi a partir desse tronco comum que se criaram as línguas gerais. Uma delas teve grande difusão na região Sudeste e continuou a ser falada em São Paulo até o início do século XX. Outra, o Nheengatu, que significa “boa língua”, foi utilizada no Norte e ainda sobrevive em regiões circunscritas da

Amazônia (ILARI; BASSO, 2012, p. 62). O segundo momento do ponto de vista das línguas faladas na colônia vai de 1654 até 1808, com a chegada da família real portuguesa que fugia das guerras napoleônicas. Esse período viu a economia colonial tomar grande expansão e transformar a realidade local, formando-se uma elite intelectual, principalmente no Rio de Janeiro, onde desde 1763 se encontrava a capital da colônia. Durante esses anos, o Marquês de Pombal, que foi primeiro ministro de Portugal de 1750 a 1777 fez importantes reformas que afetaram as línguas indígenas do Brasil em favor do uso do português, quando foi proibido o ensino e o uso do tupi e instituído o português como única língua do Brasil com a finalidade de enfraquecer o poder e influência da Igreja Católica sobre a colônia. Com efeito, Pombal foi também o principal responsável para a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Em cerca de trezentos anos, a língua brasileira tinha transformado-se consideravelmente, contudo, os primeiros testemunhos da especificidade da variedade portuguesa brasileira se manifestam só no final do século XVIII e no início do século XIX¹⁴. O contato entre as diversas línguas teve um impacto sobre a formação do português brasileiro, considerando que, ao lado das línguas indígenas e europeias, chegaram ao Brasil, entre 1550 e 1850, cerca de quatro milhões de africanos escravizados, muitos dos quais adultos, que falavam mais de uma centena de línguas e que tiveram que aprender o português como segunda língua. A esse respeito, Lucchesi (2012) explica que um número considerável de características do português brasileiro se deve a um processo de *transmissão linguística irregular*, fenômeno que acontece em situação de contato massivo entre línguas e que consiste no seguinte:

...o processo de transmissão linguística irregular pode ser esquematizado, em sua essência, através de um processo de perda de elementos gramaticais

¹⁴ Nesta época as línguas gerais entraram em declínio quando o primeiro-ministro português Marquês de Pombal, por meio de decreto (1757-58), proibiu seu uso em contexto escolar e impôs o português como língua de ensino na colônia, embora aquelas línguas fossem usadas ainda durante vários anos depois do decreto. (ILARI; BASSO, 2012, p. 64).

que ocorre na aquisição defectiva da língua alvo pelos falantes adultos das outras línguas, de que resulta o jargão que se forma na situação inicial de contato, seguida de um processo, mais ou menos longo, de recomposição dessa estrutura gramatical, cujo resultado, nas situações de contato mais radical e abrupto, é a formação da gramática original da língua crioula, ou da língua pidgin plenamente expandida. Os elementos que são reconstituídos no processo de reestruturação gramatical acabam por constituir aquelas características mais gerais entre as línguas pidgins e crioulas da transferência de estruturas gramaticais. (LUCCHESI, 2012, p. 54).

A suposição, portanto, é a de que existiram línguas semi-crioulas no Brasil, mas nenhuma sobreviveu. Contudo, o processo de transmissão irregular seria responsável por certas características morfossintáticas do português brasileiro, dentre elas as características mais estigmatizadas, encontradas na fala popular, como a falta de concordância nominal e verbal (ex.: “os menino fala”). Nesse processo, certas formas também chegaram à norma culta, determinando características linguísticas que opõem o português brasileiro como um todo ao português de Portugal¹⁵ (ILARI; BASSO, 2012, p. 64).

As décadas que se seguiram à independência do Brasil, época que conheceria o fortalecimento – para não dizer surgimento – do nacionalismo, foram atravessadas por um debate sobre identidade, em particular sobre o uso da língua escrita. Até a independência brasileira, não se fazia a pergunta sobre que norma utilizar, era a norma portuguesa. Esse momento determinante na história linguística do Brasil nos dá explicações sobre a origem da norma-padrão utilizada hoje e por que essa norma não corresponde à fala dos brasileiros. Sobre o assunto, explica Faraco (2009, p. 108) que, entre o período de 1824 e 1891, a gramática escrita no Brasil mudou de forma considerável. Testemunhos

¹⁵ Certos linguistas de vertente estruturalista não atribuem importância a esse contato entre línguas, e atribuem as diferenças morfossintáticas do português brasileiro (PB) ao processo linguístico de *deriva*, ou a fatores internos de mudança.

dessa mudança se revelam nos textos constitucionais de 1824 e 1891. Durante esse período, teria acontecido uma lusitanização progressiva, ou seja, a adoção de uma norma de Portugal, cujo processo, poderíamos dizer, se completa no final do século XIX.

Dessa forma, para entendermos as mudanças gramaticais ocorridas ao longo daquele século no Brasil devemos voltar nosso olhar para Portugal e as importantes mudanças linguísticas pelas quais passara, pois no Brasil os puristas brasileiros repetiram, em maior ou menor grau, essas mudanças. O português brasileiro, após a independência, preservava ainda as características do português clássico (esse período corresponde aos séculos XVI até XVIII). Entretanto, em Portugal, em meados do século XVIII, ocorreu uma grande transformação social: a ascensão da burguesia. Isso fez com que a variedade falada pela burguesia se tornasse um modelo que foi adotado pelo resto da população. Certos traços que foram implementados naquela época viriam a caracterizar o português moderno, falado até hoje em Portugal. Um exemplo saliente é a redução extrema das vogais átonas, como na palavra “deliberar” que se tornou “dlibrar” (BAGNO, 2012, p. 169). Foi assim que a primeira Constituição do país (1824) fora escrita em português clássico, que era mais perto dos usos da fala brasileira culta, e a segunda Constituição (1891) integraria, por sua vez, os novos traços que tinham entrado na fala em Portugal e que formaram o português moderno. Uma das diferenças entre as duas constituições é, por exemplo, a posição dos clíticos, sendo que na primeira, se usam clíticos no início de sentenças, o que não acontece na segunda Constituição, e esse uso é severamente criticado ainda hoje (FARACO, 2009, p. 122).

Também poder-se-ia perguntar por que os brasileiros não continuaram a usar o português clássico, mais próximo da sua fala, e optaram pelo português moderno, língua dos portugueses? Essa preferência pela norma lusitana, diz Faraco:

...se encaixa perfeitamente no projeto político da elite brasileira pós-independência de construir uma nação branca e europeizada, o que significava, entre outros muitos aspectos, distanciar-se e diferenciar-se do vulgo (para usar

uma expressão comum nos textos dos intelectuais do século XIX) isto é, da população etnicamente mista e daquela de ascendência africana, que constituíam, sem dúvida, um estorvo grande àquele projeto (FARACO, 2009, p. 108).

Ao invés de a independência provocar um desejo de se diferenciar de Portugal, a elite do país procurou manter a identificação com a Europa. Contudo, antes de a norma portuguesa vencer, a questão foi debatida durante décadas, opondo-se escritores nacionalistas que defendiam uma norma mais brasileira, como o escritor José de Alencar, aos puristas que queriam absolutamente distinguir-se desse “vulgo”, sendo a única forma para tanto, segundo esses últimos, a que consistia em adotar a norma portuguesa, posto que mais “pura”. O debate chegou a seu paroxismo nos anos de 1860. Alencar, para defender a sua posição, e também em resposta às críticas que lhe foram feitas a sua novela “Iracema” (1865) por usar estruturas gramaticais brasileiras, tinha como argumento a ideia de que a língua que ele usava era mais perto da nobreza clássica, a língua de Camões. Esse argumento da antiguidade não foi, no entanto, suficiente para convencer seus adversários.

Os anos de 1880 foi o período em que a norma lusitana mais avançou no Brasil e foi quando começaram a se multiplicar as publicações de gramáticas com essa norma. O nacionalismo deu lugar a uma corrente parnasiana, que se caracteriza por uma linguagem muito pomposa, com formas latinizantes. O apogeu dessa fase culmina com a criação da Academia Brasileira de Letras em 1896, que teve entre seus fundadores vários dos mais importantes escritores parnasianos (BAGNO, 2012b, p. 170).

A norma lusitana será posta seriamente em dúvida nos anos de 1920 e 1930, com a corrente literária do Modernismo. Em 1946, já bem adentrado no período histórica da República, o Congresso Nacional chegaria a pôr em votação se a língua deveria permanecer com o nome de português ou se passaria a chamar-se, a partir de então, “brasileiro” (DE OLIVEIRA, 2012, p. 67). Contudo, o ressurgimento do debate se limitou, como no período romântico anterior, a um debate dentro da elite intelectual, na qual se debatia mais sobre questões de vanguardismo estético e de definição de uma identidade nacional. Desse modo, a

mesma norma de origem europeia continuou, e ainda continuaria a ser até hoje, a norma ensinada e privilegiada na escola (BAGNO, 2012b, p. 171).

Outra questão surgida posteriormente foi o debate sobre a padronização da pronúncia. A esse respeito, ocorreram dois congressos importantes (em 1936 e em 1958) para regularizar a língua falada no canto lírico e no teatro. Segundo Ilari; Basso (2012, p. 220), esses dois congressos tiveram muitos pontos em comum: reconheciam implicitamente que a língua portuguesa, no Brasil, era falada de várias maneiras que não coincidiam com as maneiras utilizadas em Portugal. Também, considerou-se que a norma era sobretudo uma questão de sotaque, que se resolveria se todos tomassem como modelo a fala de alguma cidade ou região do Brasil, eliminando os traços que fossem considerados “regionalismos” (por exemplo o “sibilismo” dos paulistas ou o “gargarismo” e o “chichismo” dos cariocas.). De acordo com Ilari; Basso

O propósito de apontar a fala de uma única região como norma para todo um país corresponde a uma atitude típica daquela época; a mesma atitude levava, então, a declarar que o melhor inglês americano é o da Nova Inglaterra e que o melhor francês é o da região do rio Loire. (ILARI; BASSO, p. 221).

Desses congressos, chegou-se à conclusão de que deveria haver uma negociação entre as regiões brasileiras a fim de chegar a um acordo que supostamente permitisse difundir pelo país inteiro por meio do ensino uma única forma de falar o português. Sabemos que esse ideal não se concretizou, já que a partir das pesquisas sociolinguísticas que tiveram lugar nos anos 70, descobriu-se que não era possível resumir a fala brasileira a uma só variante, a menos que se fosse *criada* uma norma falada, e é efetivamente isso que ocorreu, com a pronúncia-padrão atual chamada de “globês” (da rede Globo), mas esse assunto será desenvolvido no terceiro capítulo.

2.1.2 O francês na América: língua de “má qualidade”?

A língua francesa manteve durante séculos um estatuto de língua “de prestígio” na Europa. Ao explicar o percurso da língua francesa desde sua expansão na Europa e América até seu posterior declínio, Calvet afirma que, até o século XIX, o francês foi a língua mais falada na Europa como primeira língua porque a França era um Estado constituído desde há muito tempo, com uma população significativa, que conseguiu aproveitar a relativa fraqueza dos seus vizinhos em todos os domínios, inclusive o domínio linguístico (1999, p. 250). Contudo na época de Luís XIV (1638-1715), o francês era ainda a língua de uma elite social e não a língua da população em geral: dos 20 milhões de franceses, menos de um milhão falava francês. O resto da população era quase totalmente analfabeta (99%), além de falarem outras variedades ou línguas, como occitano, basco, provençal, normando, picard etc. O francês propriamente dito seria inclusive mais falado fora da França: na Nova-França, na Rússia, na Inglaterra e nos Países Baixos. Assim, embora a língua francesa fosse altamente codificada e regulada – a Academia Francesa foi criada em 1635 –, não havia interesse naquela época em impôr o francês ao resto da população (LECLERC, 2014).

Porém, isso iria mudar completamente em 1789 com a Revolução Francesa. Uma vez que a burguesia ascende ao poder, a França inicia a sua política linguística de “uma nação, uma língua”. O afrancesamento da “República unida e indivisível” ia permitir por um lado a instrução universal do povo francês e, por outro lado, um maior controle político sobre a população. Em 1794, um decreto ordenou que o francês fosse a única língua utilizada na escrita de documentos do Estado ou qualquer documento oficial escrito por agentes do Governo, sob pena de seis meses de encarceramento. Empreendeu-se, a partir de então, uma repressão agressiva das outras línguas e dialetos falados, um processo que iria se estender até meados do século XX (LECLERC, 2014).

Essa política de unificação linguística da França, que se iniciou no final do século XVIII, coincide com uma época em que a expansão do francês conheceria um significativo decréscimo. Em 1763, a França perde sua colônia americana chamada Nova-França para os ingleses.

Além disso, a consolidação dos Estados-nações na Europa fez com que se estabelecessem línguas nacionais próprias e o francês, que era utilizado pela nobreza, perdesse importância (CALVET, 1999, p. 250).

Assim, o papel do francês como língua veicular deixaria pouco a pouco seu lugar em benefício de outra língua, o inglês. Em reação a isso, a França reforça suas ações de promoção da língua, criando suportes institucionais como a Aliança Francesa, em 1883. Se consideramos por um lado a implementação de uma política linguística interna da França fortemente intolerante frente à pluralidade linguística, e por outro lado, a sua crescente insegurança frente à expansão do inglês, podemos compreender melhor o porquê da atitude da França com relação ao francês que se desenvolveu no Québec e o julgamento negativo sobre essa variedade. Isso permite também compreender a origem da insegurança linguística por parte dos quebequenses, que tiveram durante muito tempo a convicção de que seu francês era de qualidade inferior.

Quando a França foi obrigada a ceder a Nova-França para a Inglaterra em 1763, após a sua derrota na batalha de Plaines d'Abraham, na cidade de Québec, as relações entre os colonos e a França foram proibidas pelos ingleses. No início, o francês continuaria forte e majoritário no território, mas em pouco tempo, a presença crescente do inglês se fez sentir, sobretudo com a chegada dos monarquistas ingleses vindos dos Estados Unidos após a sua independência e afastamento da antiga metrópole. No recomeço das relações com a França, menos de cem anos depois (1841), uma importante clivagem tinha sido criada entre a fala dos canadenses e a fala dos franceses. Documentos escritos por viajantes franceses constatariam a “deterioração” e corrupção da língua francesa na América, não obstante o fato dos franco-canadenses lograrem sucessos significativos no século XIX em relação a seus direitos linguísticos. A distância linguística entre o Canadá e a França, que resultou na perda de legitimidade da fala canadense no espaço de apenas duas gerações (entre 1763 e 1840), se deve ainda a vários fatores, dentre eles o contato avassalador com o inglês, muito embora a sociolinguista Chantal Boucharde (2012) afirme que naquele período ainda houvesse pouca relação entre a população francófona chamada “canayens” e os ingleses.

Outro fator foi que boa parte da elite francófona fugiu para a

França após a perda da colônia e os colonos que continuaram a morar no Canadá acabariam por sofrer a sorte de um povo conquistado, com poucas oportunidades para instrução e ascensão social. Entretanto, o fator determinante na clivagem que se criou entre a fala americana e a fala francesa, segundo Bouchard, foi a radical mudança social que gerou a Revolução Francesa, na qual a nova ordem social foi também acompanhada por uma nova norma linguística de prestígio, e a escrita, ao receber uma maior importância, começou a influenciar sobremaneira a pronúncia. Previamente à Revolução, existiam variantes linguísticas em concorrência. Algumas dessas correspondiam à norma falada pela nobreza, outras eram usadas pela burguesia e também na fala popular. Com a queda da nobreza e a tomada de poder pela burguesia, as formas de prestígio caíram com o grupo destituído sendo rapidamente estigmatizadas. A população em geral começou a usar as novas variantes prestigiadas, restando apenas as comunidades rurais a continuar a empregar aquelas variantes, assim como os canadenses, que, cortados de toda relação com a França, não acompanharam a mudança de paradigma e nem tiveram consciência da reforma linguística. Por essa razão, ainda hoje se ouve falar dos franceses que o francês do Québec é um francês “arcaico”. Por certo, os traços mais estigmatizados do francês canadense hoje são formas da norma-padrão anterior à Revolução. Para citar alguns exemplos, temos a pronúncia [we] em vez de [wa] (moi, toi, soir etc), ou a elisão das consoantes finais (notre, votre, sur) ou o [R] apical em vez de velar.

É nesse âmbito de luta como língua minoritária na América do Norte que o francês canadense evoluiu, tendo por um lado a pressão do inglês que o cercava e, por outro, a crítica por parte dos franceses metropolitanos – a França não deixará de forçar a sua visão centrista na francofonia periférica ao longo dos séculos XIX e XX. Elke Laur, pesquisadora do *L'Office québécois de la langue française*, abordou a evolução da percepção pelos quebequenses da sua variedade linguística desde a implementação da *Charte de la langue française* (mais conhecida como Lei 101), em 1977. Ela explica que a preocupação com o francês falado no Québec tem sua raiz por volta do século XIX, quando a elite francófona canadense começa a mostrar-se inquieta em relação à qualidade da língua. Mas, perguntamos, o que se esconde por trás dessa noção de “qualidade”?

A noção de “qualidade” em linguística só tem sentido quando medida em relação a uma norma, a qual é linguisticamente arbitrária, mas socialmente motivada. É na percepção desta norma que a essência de uma qualidade linguística reside, porque nenhuma língua e nenhum falar poderiam ser julgados sem um ponto de referência social.¹⁶ (LAUR, 2002, p. 149, tradução nossa).

Uma variante de má qualidade constitui, portanto, uma variante que se afasta do que é considerado como a norma. Ao longo do século XX, o falar francês canadense é linguisticamente estigmatizado pelos “puristas”, sendo esse falar marcado pela posição social dos seus locutores e avaliado em relação à posição de uma elite francesa, parisiense e distante (LAUR, 2002, p. 149). O termo “*assainissement linguistique*” é usado por Laur para explicar o trabalho que se fez durante aquele século para “melhorar” a qualidade da língua, baseado em um julgamento de valores. A avaliação negativa da variedade quebequense provém fundamentalmente de dois fatores sociais: o socioeconômico, que se encontra na desvalorização social dos francófonos com respeito aos anglófonos economicamente mais favorecidos e, por outro lado, uma desvalorização em termos sociolinguísticos em relação aos franceses, detedores da norma considerada como sendo a norma padrão, ou seja, a forma certa de falar francês. A sociedade quebequense conviveu com essa desvalorização desde a colonização britânica até a segunda metade do século XX.

Porém, entre os anos 1960 e 1966, acontece uma importante mudança de paradigma em vários níveis da sociedade quebequense. Essa transformação, conhecida como “Revolução Tranquila” (*la Révolution tranquille*), consistiu em uma série de reformas que tiveram lugar durante o governo de Jean Lesage, primeiro-ministro do Québec

¹⁶ “La notion de 'qualité' n'a de sens en linguistique que par rapport à une norme, laquelle est linguistiquement arbitraire, mais socialement motivée. C'est dans la perception de cette norme que l'essence d'une qualité linguistique réside, puisqu'aucune langue et aucun parler ne pourrait être jugé ou évalué sans repère social”.

(1960-1966), e que afetaram diferentes setores da sociedade quebequense. Dentre essas reformas, podemos citar: a criação da lei que obrigava a instrução até os dezesseis anos; a criação de um ministério de assuntos culturais e outro para relações provinciais-federais; a nacionalização da eletricidade (o termo “nacional” é utilizado no Québec para referir-se à própria província); a criação de um código de trabalho e do seguro-assistência hospitalar; a criação de um fundo para aposentadoria e de um fundo provincial de investimentos; direito de greve para professores etc.

Todas essas medidas melhoraram consideravelmente as condições de vida dos quebequenses, ao que pode ser acrescentado a separação da Igreja e do Estado, relação histórica considerada responsável por encerrar a sociedade quebequense em valores conservadores desde os tempos coloniais. Esse evento histórico cumpriria um papel determinante na construção identitária da nação quebequense, contribuindo para mudar progressivamente e de maneira positiva a percepção que a sociedade tinha dela mesma. Tal mudança teve repercussão na língua também: a criação do *Office de la langue française*, em 1961, traduzia uma vontade política de dar importância à situação do francês na província.

Vários estudos feitos ao longo da segunda metade do século XX revelaram a percepção que os quebequenses tinham da sua língua. Destacamos os testes aplicados pelo linguista canadense Wallace Lambert (1960), de natureza sociopsicológica, que ressaltaram uma clara insegurança linguística por parte dos quebequenses francófonos frente a sua própria variedade, atitude que reflete a estigmatização social ainda existente naquela época. Entre os anos sessenta e oitenta fizeram-se outras pesquisas sobre a avaliação do francês no Québec – Preston (1963), Frankel e Tucker (1966), Brown (1969), Genesee e Holobow (1989) –, que seguiam o mesmo método de Lambert, porém, diversamente incrementadas por fatores extra-linguísticos (sexo, idade, nível socioeconômico). Os resultados dessas pesquisas revelaram não apenas uma desvalorização sistemática dos francófonos até então, mas também uma estigmatização em função das diferentes posições sociais dentro da própria comunidade quebequense francófona em suas variedades intralinguísticas.

Outras pesquisas de natureza sociolinguística submeteram

diferentes variedades ao julgamento dos informantes: “francês acadêmico”, “francês quebequense” (Méar-Crine et Leclerc, 1976), “*soigné*”, “popular” (Govaert-Gauthier, 1979), “corrente” (Noël, 1980), “europeu”. Todos os resultados apontaram para a associação de um estatuto social a cada variedade, mas sempre desvalorizando a variedade local com respeito à variedade europeia. Conforme afirma Laur (2002, p. 154, tradução nossa), “parece claro que o francês quebequense não poderia elevar seu valor se o estatuto hierárquico e social real dos seus locutores não fosse elevado”¹⁷. E foi isso que aconteceu ao longo dos anos 70 e 80, com a ascensão social dos quebequenses e com o nascimento de um movimento independentista, o qual se concretizou com a criação do *Parti Québécois*. Com a tomada de poder pelo *Parti Québécois*, em 1976, ocorre uma valorização da fala popular, e floresce um desejo de boa parte da população quebequense de se independentizar do Canadá. A população é, então, conduzida a votar para a independência em duas ocasiões, em 1980 e 1995, e ambas as votações resultam em derrota do projeto de independência.

* * *

Esse percurso pelos eventos mais determinantes na história da padronização do português brasileiro e do francês canadense nos permitiu recuperar aspectos importantes da origem histórica dos padrões hoje em uso no Québec e no Brasil. Apesar de conhecerem histórias diferentes, os dois países têm pontos em comum: o paradoxo da insegurança identitária e conseqüentemente, linguística, ao ser separado de Portugal e da França, e a formação de um sentimento nacionalista. Contudo, o nacionalismo não chegou a se concretizar na adoção de uma norma brasileira, ao menos no campo da gramática, que é até hoje uma questão polêmica no Brasil. Essa crise identitária e linguística que ocorreu no Brasil após sua independência, no Québec, apesar das preocupações que despertaram os comentários negativos dos franceses após o período de proibição de relações Québec-França, veio a ocorrer somente nos anos 60-70, anos nos quais se desenvolveu a pesquisa

¹⁷ “Il paraît dorénavant clair que le français québécois ne pouvait rehausser son statut qu’en rehaussant le statut hiérarchique et social réel de ses locuteurs”.

sociolinguística e os testes de atitudes e representações que confirmaram que os quebequenses tinham uma relação problemática com a sua língua.

2.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO FRANCÊS DO QUÉBEC DE HOJE

O princípio da mudança linguística operou inevitavelmente no português brasileiro (PB) e no francês canadense, formando assim variedades distintas. No caso brasileiro, os primeiros testemunhos das diferenças com o português europeu (PE) aparecem na literatura do final do século XVIII e início do século XIX. Depois da independência brasileira, certos escritores brasileiros começaram a incorporar elementos da fala brasileira nas suas obras, o que deu lugar à polêmica discutida anteriormente (BAXTER, 1992, p.19).

2.2.1 Traços do português brasileiro

As diferenças entre o português brasileiro e o português europeu estão presentes em vários níveis da língua, o que deu lugar a um “*abstand*” ou distância linguística na língua falada, mas também ocorreu uma cisão em certas áreas da norma-padrão entre Portugal e Brasil, dando lugar a uma língua bi-normativa. Alan Baxter (1992, p. 23-30) esboça algumas distinções, das quais apresentaremos aqui as mais centrais. No plano da *fonética*, a diferença entre o PE e o PB são bastante salientes.

Vogais:

- i. Em Portugal, as vogais são elevadas e reduzidas, em particular, as vogais anteriores médias. Como já foi mencionado, essas diferenças se devem em grande parte às mudanças ocorridas na formação do Português lusitano moderno ao longo do século XVIII, enquanto o Brasil manteve traços fonéticos do português clássico.

	Brasil	Portugal
Falar	[fa'laR]	[fɑ'lar]
Pedir	[pe'd ʒiR]	[p(ê)ðir]
Cidade	[si'dadʒi]	[si'dað(ê)]
Morar	[mo'raR]	[mu'rar]

ii. No PB, uma vogal epentética é inserida entre uma sequência de consoantes onde a primeira consoante é oclusiva:

	Brasil	Portugal
Capturar	[Kapitu'raR]	[Kaptu'rar]

Consoantes:

i. No PB, a sílaba final /l/ é labializada [w], enquanto no PE é velarizada [ɫ]:

	Brasil	Portugal
Brasil	[bra'ziw]	[brasil]

ii. No PB, /t/ e /d/ são palatalizados [tʃ] e [dʒ] diante de uma vogal anterior alta:

	Brasil	Portugal
Tio	[tʃiu]	[ˈtiu]
De (a preposição)	[dʒi]	[dê]

iii. No PE a sílaba final sibilante é palatalizada, enquanto no PB ocorre só em certas regiões como Rio de Janeiro, Belém do Pará, Florianópolis e sudeste do estado Amazonas:

	Brasil	Portugal
Atrás	[a'tras]	[ɑ'traʃ]
Paz	[paz]	[paʒ]

- iv. No PE, /b/ e /d/ e /g/ tornam-se espirantes quando não são precedidas por nasais, laterais ou uma pausa, enquanto no Brasil são *stops*.

	Brasil	Portugal
Cabo	[ˈkabu]	[kaβu]
Cidade	[siˈdadzi]	[siˈðað(ɐ)]
Logo	[ˈlogu]	[ˈloɣu]

No nível *morfossintático*, o português falado no Brasil e o português falado em Portugal comportam diferenças consideráveis. A linguísta brasileira Maria Eugenia Duarte explica algumas consequências da adoção do modelo sintático do português europeu como modelo gramático escrito para o Brasil no final do século XIX. No final do século XIX, o português europeu era mais distante da língua do século XVI em Portugal do que era o português brasileiro, que ainda tinha preservado traços sintáticos do português clássico. O português brasileiro continuou a mudar durante o século XX com, por exemplo, o seu sistema pronominal, o que impactou a sintaxe, e essas mudanças até hoje não foram incorporadas às gramáticas, o que acentua a diferença entre a gramática escrita prescritiva e a língua falada pelos brasileiros. Contudo, diz Duarte que essa desconexão da gramática prescritiva da fala deu lugar a uma terceira gramática, combinação da língua de aquisição e da norma prescritiva. Essa norma intermediária se dá porque certos traços inovadores próprios do PB que são menos salientes e estigmatizados são aceitos na escrita e outros mais salientes e criticados por gramáticos mais conservadores, são evitados (DUARTE, 2012, p. 315).

Apresentaremos ilustrativamente algumas das diferenças entre o PB e o PE, porém, não entraremos no detalhe das formas que são mais aceitáveis ou não na gramática escrita no Brasil, pois, além da complexidade do tema demandar um estudo em particular, não há até hoje consenso sobre esse aspecto, já que a questão varia conforme um ponto de vista mais ou menos conservador. Os exemplos a seguir são de Baxter (1992, p. 25-26):

- i. O verbo “ter” no PB possui um significado existencial o que não é o caso no PE.

Tem dois livros na mesa. (Brasil)
Há dois livros na mesa. (Portugal)

- ii. No Brasil a proposição “em” (e suas variantes em combinação com artigos) expressa lugar e direção. Em Portugal, se usa “a”

Vai na praia. (PB)
Vai à praia. (PE)

Isabel está na janela. (PB)
Isabel está à janela. (PE)

- iii. No PB, se usa a progressão com o gerúndio, e em Portugal, se usa no infinitivo. O uso do gerúndio é mais antigo e o uso do infinitivo é uma forma inovadora.

Estou falando. (PB)
Estou a falar (PE)

- iv. O PB e o PE posicionam os pronomes objetos de maneira diferente, sendo essa uma questão complexa. Sobre esse tema, CUNHA; CINTRA (1984)¹⁸ realizaram um trabalho comparativo detalhado. As diferenças em geral constituem-se no fato que o PE mostra-se enclítico e proclítico, na língua falada e escrita. Ao contrário, o PB mostra-se proclítico na fala (mas permite ênclise quando a sentença começa com um verbo), contudo, na escrita, segue a norma europeia,

¹⁸ CUNHA, C.; LINDLEY CINTRA, L.F. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa, 1984. (edição brasileira Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 1985).

dependendo do estilo. Exemplos de frases afirmativas e imperativas do PB e do PE:

Elena me viu (PB)

Elena viu-me (PE)

Me diga uma coisa! (PB)

Diga-me uma coisa! (PE)

Quanto ao léxico, existem diferenças importantes entre o PB e o PE em palavras usadas no cotidiano. Eis aqui alguns exemplos:

Brasil	Portugal
Bonde	Elétrico
Trem	Comboio
Ônibus	Autocarro
Cordeiro	Borrego
Mingau	Papas
Banheiro	Casa de banho
Salva-vidas	Banheiro
Torrada	Tosta
Cachorro	Cão
Açougue	Talho

Com efeito, a ortografia foi objeto de numerosos desacordos entre Brasil e Portugal ao longo do século XX. Ao longo do período, houve intentos de unificá-la para as duas variedades, mas cada vez que uma proposta era feita, um ou outro país sentia que a ortografia proposta se aproximava mais da outra variedade. Essa situação perdurou até o último acordo, assinado em 1990 e que entrou em vigor em janeiro 2009. No Brasil, a grafia era regida, até então, pela lei 2623, de 21 de outubro de 1955, que restabeleceu a vigência do Formulário Ortográfico de 12 de agosto de 1943, e pela lei 5765, de 18 de dezembro de 1971. Portugal seguia outro acordo assinado em 1943.

<i>Antes do acordo</i>		<i>Novo acordo</i>
Brasil	Portugal	
Não usa hífen neste caso. Ex.: Hão de.	Hífen em formas monossilábicas do verbo <i>haver</i> com preposição <i>de</i> . Ex.: Hão-de.	Não se usa mais o hífen nesses casos.
Diérese no <i>u</i> depois de <i>g</i> ou <i>q</i> seguido de <i>i</i> . Ex.: Linguística.	Não usa diérese depois de <i>g</i> ou <i>q</i> seguido de <i>i</i> . Ex.: Linguística.	O trema (diérese) não existe mais em português com exceção dos nomes próprios.
<i>a</i> e <i>o</i> em penúltima sílaba ou antepenúltima seguida de consoante nasal são articulados fechados e nasalizados. É marcado o acento circunflexo. Ex.: <i>bônus</i> , <i>ânimo</i> , <i>acadêmico</i> .	Essas vogais no mesmo contexto podem ser articuladas fechadas ou abertas, dependendo da palavra, podendo-se usar o acento circunflexo ou acento tônico. Ex.: <i>ânimo</i> , <i>bónus</i> , <i>acadêmico</i> .	
Vogal tônica da primeira pessoa do plural dos verbos da primeira conjugação é fechada no presente e pretérito. Ex.: Falamos (presente) Falamos (pretérito) Demos (pres. Subjuntivo) Demos (pretérito)	Um acento é usado para as formas do pretérito. Ex.: <i>Falámos</i> (pretérito) <i>Démos</i> (pretérito)	Não se usa mais acento em palavras homográficas.
Ditongos abertos (ei, oi) em palavras paroxítonas são acentuados. Ex.: <i>idéia</i>	Não se acentuam em Portugal.	Não são mais acentuadas.
Hiato <i>-oo</i> usam acento circunflexo. Ex.: vôo.	Não aplica em Portugal.	Não é mais acentuado.

<p>Consoantes etimológicas em posição final de sílaba desaparecem. Ex.: <i>batismo, director, adotar.</i></p>	<p>Essas consoantes são presentes. Ex.: <i>batismo, director, adoptar.</i></p>	<p>Onde são mudas nos dois países, desaparecem essas consoantes. Onde ainda há pronúncia, são mantidas, dando uma dupla ortografia para esses casos, sendo algumas pronunciadas em Portugal, outras no Brasil.</p>
---	--	--

2.2.2. Características do francês do Québec

Antes de descrever as principais características do francês quebequense, achamos importante trazer algumas explicações sobre a distinção entre francês canadense e francês quebequense. No Canadá, o francês é língua cooficial junto com o inglês. No entanto, os governos provinciais possuem a autonomia de determinar as suas línguas oficiais: o francês é a única língua oficial na província do Québec e é língua cooficial com o inglês na província de Nouveau-Brunswick (ou *New Brunswick*, em inglês). O francês é também falado em outras províncias como língua minoritária. O que é chamado de *francês canadense* representa o conjunto das variedades do francês falado no Canadá, incluindo o francês do Québec e do Nouveau-Bruswick, assim como das outras províncias. Apesar de muito semelhantes, essas variedades possuem suas especificidades.

Dito isso, o propósito da nossa pesquisa não é o de descrever cada uma dessas variedades regionais, senão discutir a padronização da norma para um francês canadense. E ao encontro desse propósito, descreveremos aqui o francês quebequense pelas seguintes razões: primeiramente, trata-se da variedade mais utilizada no Canadá, e, em seguida, porque a maioria dos traços enumerados são encontrados também nas outras variedades do francês canadense. A ideia de se concentrar nos estudos sobre o francês do Québec se deve à importância

da comunidade quebequense em termo de números de falantes, mas também por razões de ordem política e cultural, dado que o Québec forma uma nação dentro do Canadá. Vale ressaltar aqui o debate nacionalista sobre a separação da província para formar um país, movimento que se inicia com a tomada de consciência sobre a situação do francês quebequense nos anos 60. Abordaremos, inicialmente, a questão política, que, também, será discutida mais amplamente no capítulo seguinte.

O renomeado linguísta quebequense Jean-Claude Corbeil, em sua obra *L'Embarras des langues. Origine, conception et évolution de la politique linguistique québécoise* (2007), afirma que a maioria dos textos ou obras disponíveis sobre a norma do francês quebequense trata da *legitimidade* de uma norma própria do Québec. Sobre o debate acerca da padronização da norma, diz Corbeil que:

O debate sobre este assunto sempre renasce, não conseguimos sair dele, a despeito de que as duas presentes teses tenham sido defendidas com ardor e brilhantemente no final da disputa sobre o *joual*, a primeira, por Henri Bélanger, em *Place à l'homme, Éloge du français québécois* (1972), e a segunda, por Jean Marcel, *Le joual de Troie* (1973).¹⁹ (CORBEIL, 2007, p.316, tradução nossa).

Na opinião de Corbeil, para ser completa, a padronização da norma do francês quebequense deveria tratar de três componentes: a pronúncia, a gramática (morfologia e sintaxe) e o léxico. Porém, no que concerne a esses aspectos, os linguistas não estão de acordo sobre onde se encontraria a originalidade do francês quebequense. MAURIS (2008, p. 11-12) ressalta as posições que dividem os linguistas: alguns tendem a minimizar as diferenças entre os francês quebequense e o

¹⁹ “Le débat sur ce point renaît sans cesse, nous n’en sortons pas, bien que les deux thèses en présence aient été défendues avec fougue et brio à la fin de la querelle du *joual*, la première par Henri Bélanger, dans *Place à l'homme, Éloge du français québécois* (1972) e, la seconde, par Jean Marcel, *Le joual de Troie* (1973)”.

francês europeu, afirmando por exemplo que as diferenças se limitam sobretudo ao campo do léxico (nesse grupo cita a linguista Helene Cajolet-Laganière, conhecida por ser defensora de uma norma endógena); e outros afirmam que a divergência entre francês quebequense e o francês europeu seria mais profunda, atingindo a gramática. Nesse grupo está Gilles Gagné, que opina que é no nível morfo-fonológico que o francês quebequense é mais original. Isso se produz nas *reduções de superfície*, ou seja, redução de vários fonemas, o que gera repercussões no campo da morfologia. Ele fornece os seguintes exemplos, tirados da fala vernacular quebequense: *sur la table* pronuncia-se: *s'a tab'*. A frase: *Je m'en vais aller* se reduz à *m'a aller* [mɑ ale] – sendo que [mɑ] torna-se um morfema de futuro²⁰ (GAGNÉ, 1979, p. 45).

Contudo, Maurais observa que aqueles que afirmam que as diferenças são bastante profundas constituem um grupo minoritário, e questiona: “seria o caso que, mesmo entre especialistas, a maioria silenciosa não se atreva a publicar ou tomar posição sobre um assunto tão delicado?”²¹ (MAURIS, 2008, p. 11-12, tradução nossa).

Para descrever, *grosso modo*, os principais traços que caracterizam o quebequense, usaremos a descrição de Corbeil (2007, p. 316-322), na qual ele comenta aqueles que são consenso e poderiam ser aceitos como norma padrão, outros onde não há consenso, e também aqueles que são quase unanimemente rejeitados pelos próprios falantes quebequenses. No campo da fonética e da fonologia, afirma CORBEIL(2007, p.316) que no registro *soutenu*, que podemos traduzir por *variedade culta*, a pronúncia do quebequense encontra-se perto do sistema fonológico do francês, com alguns exceções. No entanto, a diferença aumenta à medida que se passa de um registro *familiar* até o *vernáculo urbano*. No seu nível mais extremo, chega-se a frases difíceis de se entender a não ser por falantes nativos do Québec. Como exemplos, temos a resposta: *È là qua watch* (“elle est là à

²⁰ GAGNÉ, Gilles. Quelques aspects sociolinguistiques du français au Canada et au Québec, dans VALDMAN, A. *Le français hors de France*. Paris: Honoré Champion, 1979, p. 45.

²¹ “...serait-ce que, même chez les spécialistes, la majorité silencieuse n’ose pas publier ou prendre position sur un sujet aussi sensible?”

regarder”, [ela está ali olhando]) para a pergunta *Ou qua lé la police?* (“où est la police?”, [Onde está a polícia?]).

Prosseguindo, verificamos que a pronúncia quebequense classifica-se em três grupos²²:

- i. Oposição das vogais conforme a fonologia do francês, mas que não se usam mais na França de hoje:

QUÉBEC	FRANÇA
Mantém-se a oposição <i>é/è</i> [e,ɛ]: <i>mai/mais</i> [mé, mɛ] (“maio”)	Usa-se só <i>é</i> [e]
Mantém-se <i>è</i> [ɛ] breve e <i>è</i> [ɛ:] largo: <i>tête/tête</i> [tɛt, tɛ:t] (“cabeça”)	Usa-se só o <i>è</i> breve
Mantém a oposição entre <i>a</i> anterior e <i>a</i> posterior: <i>Patte/pâte</i> [pat, pa:t] (“pata”, “massa”)	Usa-se só o <i>a</i> anterior
Mantém a oposição entre <i>in</i> e <i>un</i> : <i>Brin/brun</i> [brɛ̃, brœ̃] (partícula, marrom)	Usa-se só [ɛ̃]

Segundo Corbeil, essas pronúncias fazem parte da norma-padrão do francês quebequense.

- ii. Pronúncia não conforme à norma do sistema do francês, mas profundas demais para que se possa erradicá-las, segundo a opinião de Corbeil.
- a. Abertura das vogais *i*, *u*, *ou* [ɪ, ʏ, ʊ] em: “ri”/“rite”, “lu”/“lune”, “doux”/“doute”;
 - b. A pronúncia africada de *t* e *d* frente à *i* e *u* : “maladie”

²² Corbeil não transcreveu foneticamente a pronúncia. Tomamos a liberdade de transcrever para permitir ao leitor apreciar melhor as diferenças de pronúncia.

(mala[dzi]), “pendu” (pen[dz ɥ]), “titanic” (tsi[tanic]), “tuteur” ([ts ɥ]teur).

Diz Corbeil que “essas pronúncias são aceitas com reserva, desejando-se que os locutores quebequenses as atenuem na sua pronúncia” (2007, p.317). Esse caso pode ser corroborado escutando, por exemplo, os locutores da Radio-Canada.

- iii. Pronúncias que não são consenso no Québec e que, em consequência, não podem fazer parte da norma quebequense (ainda segundo a opinião de Corbeil):
 - a. Pronúncia muito fechada da vogal *a*, que se aproxima da vogal *o*, como em “Canada”, “tabac”;
 - b. A ditongação das vogais largas: com “garage” tem-se gar[ɑo ɥ]ge; com “bête” tem-se b[ai]te; e com “fête” tem-se f[ai]te;
 - c. Pronúncia de *è* em *a*: “ferme” torna-se f[a]rme; “je vais”, je v[a];
 - d. Pronúncia do grupo *oi* (*wa*) em (*wé*): “moi” da m[we], “toi”, t[we];
 - e. Pronome “il” se torna *i* no singular (“i vient”) e *i* ou *iz* no plural “i vont”, “iz ont raison”;
 - f. “Elle” no singular se torna *a* (“a vient”) ou *al* frente a uma vocal (“al est partie”). No plural, o pronome “elles” se torna *è* (“è sont bonnes les pommes”; “èz ont mangé”), ou *iz*, (“iz ont été bonnes”). Quando o pronome “elle” precede o verbo “est”, fusiona-se com ele. “Elle est bonne” se transforma em “è bonne”.
 - g. Escamoteação dos sons, no interior de palavras como “univers(i)té”. A consoante *l* e *r* no final de palavra como “table”, [tab], “peuple” [pøp]. Igualmente, palavras inteiras somem: “dans la cours” se torna “dans cours”; “sur la table” se torna [sa: tab] com *a* largo para distinguir “de sa table”.
 - h. Acumulando vários desses fenômenos, uma frase completa pode se reduzir a poucas palavras: “tu sais ce que je veux

dire” se reduz a “Tsé veux dire”; ou “cela fait que” torna-se “fa que” [fak].

Corbeil conclui essa seção de seu estudo afirmando que “esses poucos exemplos dão uma ideia da distância entre a língua falada e a língua escrita no Québec. E da maneira que convém ou não convém falar francês no Québec, na opinião dos próprios falantes quebequenses”²³ (CORBEIL, 2007, p. 319, tradução nossa).

A gramática, a morfologia e a sintaxe escritas no francês do Canadá são as mesmas que aquelas encontradas no resto da francofonia. A maior referência é, com certeza, a obra *Le bon usage*²⁴, livro de cerca de mil e seicentas páginas publicada pela primeira vez em 1936 pelo gramático francês Maurice Grevisse. Entretanto, a distância entre a morfologia e a sintaxe da língua falada no Québec com a língua escrita varia. Na variedade culta, ela é praticamente inexistente até chegar à variedade vernacular, onde existem maiores diferenças. Assim como ressaltou Maurais citado previamente, os linguistas debatem sobre até que ponto o francês quebequense possui uma gramática diferente da gramática escrita. Alguns consideram, por exemplo, o apagamento de pronomes ou vogais mencionados acima como fenômenos da pronúncia. Outros consideram isso como alterações no sistema morfossintático.

Corbeil, por sua parte, considera os fenômenos citados acima como alterações no sistema morfológico (*il* que se torna *i*, *elle* que se torna *è*). O mesmo é o caso na contração das preposições *de*, *dans*, e *sur* frente ao artigos *le*, *la*, *les* (“dans maison”, “s’a tab”). Apesar desses exemplos, existem outros tipos de alterações. Seguem alguns exemplos:

i. Formas nominais dos pronomes pessoais, regulares no singular: *moi*, *toi*, *lui*, *elle*, mas seguidas por *autre* no plural: *nous-autres*, *vous-autres*, *eux-autres*;

ii. As frases interrogativas e exclamativas com -tu. Este é um dos traços

²³ “Ces quelques indications donnent une idée de la distance entre langue parlée et langue écrite au Québec. Et de la manière dont il convient ou ne convient pas de parler français au Québec, de l’avis même des locuteurs québécois.”

²⁴ GREVISSE, Maurice. *Le Bon Usage*, 15^a ed. (par André Goosse), de Boeck Duculot, 2011.

bastante característico dos quebequenses: “tu viens-*tu*?”, “I vient-*tu*?”, “Les enfants sont-*tu* venus?”;

- iii. O advérbio de negação *pas* que resulta em uma dupla negação como em: “y’a pas personne”, onde usualmente se observaria “y’a personne”;
- iv. A “confusão”²⁵ das preposições *a* e *de* com *sur* depois de um verbo, provavelmente por influência do inglês: “parler sur un sujet”; “discuter sur la question”;
- v. Colocação em destaque de um elemento da frase. *Elle, a veut pas venir. Mon père, il est fort.* etc.

Corbeil divide o léxico quebequense em várias categorias:

- i. Palavras comuns a todos os francófonos. Quando duas ou mais palavras são sinônimas, o uso privilegiado pelos quebequenses pode ser diferente daquele preferido pelos franceses.
- ii. Arcaísmos. Palavras cujo uso foi mantido desde a época da Nova França, mas desapareceram do uso francês contemporâneo. Ex. *grafigner, abrier, mitaine* etc.
- iii. Dialektismos. Palavras que provêm de dialetos trazidos da Nova França pelos primeiros habitantes da colônia, no entanto, não mencionadas em dicionários parisienses. Ex. *Écornifler* (bisbilhotar), *blonde* (namorada), *mouiller* (chover).
- iv. Palavras às quais foi atribuído um sentido que não é o mesmo que no francês padrão. Isso ocorre com nomes de espécies de animais que eram parecidos com animais encontrados na França.
- v. Palavras criadas pelos falantes quebequenses para suas necessidades de designar a sua realidade ou neologismos, como *courriel* (e-mail), *motoneige* (moto-neve), *péquistre* (membro do Parti Québécois - PQ), *microbrasserie* (microcervejaria) etc.

²⁵ Termo usado por Corbeil, o que leva a crer que o autor considera os usos quebequenses orais como erros, ou, em outras palavras, sujeito a inexactidões, posto que os considera como confusões em vez de relativos a uma gramática própria.

- vi. Empréstimos das línguas indígenas e do inuktitut, como *caribou*, *ouananiche*, *wapiti*, *kayak* etc.
- vii. Empréstimos de línguas faladas por imigrantes, sobretudo nomes de pratos ou costumes (*fatouche*, *gaspacho*, *kasher* etc)
- viii. Empréstimos da língua inglesa de hoje aceitos no francês comum: *bar*, *bluff*, *cocktail*, *sandwich*, *snob*, *jogging* etc. e, além disso, outros empréstimos próprios aos quebequenses que foram integrados há muitos anos por causa do contato com o inglês, como *backlash*, *bargain*, *branding*, *choker*, *guts*, *pattern*, *puck*, *strap*, *switch*, *waiter*. O mesmo se dá com vários verbos (que Corbeil não menciona), aqui mostrados na sua forma infinita (como *travailler*, *aimer*), tais como: *quicker* (to kick), *driver* (to drive), *puncher* (to punch), *fucker* (to fuck), *dumper* (to dump) etc. Esses anglicismos são ainda mais presentes em zonas de contato direto com o inglês, como por exemplo na zona fronteira com a província de Ontário.
- ix. Falsos cognatos. Palavras a que se atribui um sentido inglês. *Supporter* em vez de *soutenir*, *corporation* em vez de *société* etc.
- x. Calcos (cópias, decalque). Tradução literal do inglês. *Année fiscale* (fiscal year) para dizer *exercice financier*.

* * *

Neste segundo capítulo, foi feita uma breve história linguística de duas das principais línguas europeias americanas e o percurso dos seus debates e suas decisões em termos de modelos normativos: optar por manter o modelo europeu ou formar o seu próprio modelo americano. O fato é que de uma forma ou de outra, as línguas europeias conheceram a sua própria evolução a partir do momento que chegaram os colonos, e o que as distingue entre elas é que, em certos casos, a variedade americana possui mais autonomia, legitimidade e prestígio, e em outros, criou-se uma insegurança linguística e, por consequência, escolheu-se seguir um uma norma mais centralizada, no caso a norma europeia.

Discutimos em particular como o português brasileiro e o francês canadense se constituíram como variedades faladas na lusofonia e na francofonia desde os tempos coloniais até a formação de um

sentimento nacionalista contemporâneo. No caso brasileiro, depois da independência do país em 1822, escolheu-se, no curso do século XIX, padronizar a sua própria norma, enquanto em Portugal a norma evoluiu em outra direção, constituindo-se assim duas normas independentemente codificadas no espaço lusófono: o português brasileiro e o português europeu. Por seu lado, na província do Québec, o sentimento nacionalista ocorre apenas no início dos anos 1960, quando surge uma tomada de consciência a respeito da situação do francês, junto com o aparecimento de estudos que revelam uma grande insegurança linguística nos falantes do Québec e o medo de isolar-se como um dialeto incompreensível para o resto da francofonia. Cria-se o *Office de la langue française*, que determina que a norma padrão no francês quebequense deve ser o francês internacional, ao mesmo tempo em que nasce um orgulho da identidade quebequense, encarnado, entre outros, na fala vernacular chamada *joual*.

Na segunda parte do capítulo, analisamos as características do português brasileiro e do francês quebequense e no que se diferenciam das normas europeias. As variedades americanas discutidas neste capítulo contribuíram para dar lugar às línguas pluricêntricas que representam um desafio para a gestão das normas num espaço internacional. É nesse aspecto que concentraremos o próximo capítulo, nos concentrando sobre a problemática da padronização e da gestão do francês canadense e do português brasileiro no espaço pluricêntrico em que se desenvolvem a lusofonia e francofonia contemporânea.

CAPÍTULO 3. PADRONIZAÇÃO E GESTÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO FRANCÊS CANADENSE: LIDANDO COM UMA REALIDADE PLURICÊNTRICA

Depois de termos analisado a teoria subjacente ao conceito de norma no primeiro capítulo, fazendo a distinção entre norma objetiva e norma subjetiva, a primeira sendo a norma efetivamente usada pelos falantes da comunidade linguística e a segunda associada a uma norma-padrão prescrita pelos dicionários e gramáticas, vimos no segundo capítulo como as normas foram sendo construídas no Brasil e no Québec até formarem variedades assumidas dentro do espaço lusófono e francófono. Neste presente capítulo queremos examinar como são geradas as padronizações das normas no português brasileiro e no francês canadense, analisando as suas políticas linguísticas e seus instrumentos, tais como a legislação e o *modus operandi* dos agentes normativos estaduais e não estaduais, dentre outros. Discutiremos também a interação entre os agentes normativos dentro do espaço pluricêntrico da lusofonia e da francofonia e as negociações e colaborações para harmonizar as normas, colaborações essas que buscam respeitar, na medida do possível, as especificidades de cada variedade.

Para iniciar este capítulo, examinaremos o que significa, em termos gerais, fazer política linguística. Em sua obra *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, Louis-Jean Calvet faz uma primeira distinção entre a gestão da língua “*in vivo*”, isto é, a gestão da língua pelos próprios locutores, e a gestão “*in vitro*”, a saber: intervenção direta e voluntária do poder político no domínio linguístico” (CALVET, 1999, p. 153). A intervenção *in vitro* do Estado sobre a língua é antiga: “Na história, abundam exemplos de intervenção dos homens sobre as línguas muito antes dessas intervenções ocorrerem sob a autoridade de uma 'política' ou 'planificação' linguística”²⁶ (CALVET, 1999, p. 154, tradução nossa). Calvet dá o exemplo de Carlos V (1500-

²⁶ “L’histoire fourmille en effet d’exemples d’intervention humain sur les langues, bien avant que l’on ait placé ces interventions sous l’égide de la ‘politique’ ou de la ‘planification’ linguistique.”

1558), rei da Espanha, que decidiu em 1550, *castilhanizar* os indígenas da América do Sul: uma típica ação de planificação linguística sobre a língua. Porém, o linguista questiona até que ponto a língua pode ser planejada por meio da intervenção *in vitro*. A planificação por parte do Estado pode parecer contrária à evolução natural da língua e poderíamos pensar que subestima a essência mesma da língua, que é de ser orgânica e em constante mudança.

Os próprios termos *política linguística* e *planificação linguística* estão interligados, embora não representem a mesma coisa. *Política linguística* é “o conjunto das escolhas conscientes feitas no domínio das relações entre língua e vida social, em particular entre língua e vida nacional”, enquanto a *planificação linguística*²⁷ é “a busca e a execução dos meios necessários para aplicar uma política linguística”²⁸ (CALVET, 1999, p. 155, tradução nossa). Dessa forma, a noção de planificação linguística implica ter uma política linguística, mas a política linguística não implica necessariamente que haja uma aplicação na prática.

Outro elemento importante a distinguir é a ação sobre *a língua* e a ação sobre *as línguas*. A política linguística e a planificação linguística podem ter como objetivo atuar sobre a língua, isto é, padronizar uma língua nacional. Trudgill (1999) categoriza a padronização como consistindo em três processos: determinação, codificação e estabilização.

A *determinação* da língua “refere-se às decisões que devem ser tomadas com relação à seleção de variedades ou línguas em particular para fins específicos na sociedade ou nação em questão.” (p.71) A *codificação* é o processo no qual uma

²⁷ O termo “planificação linguística” foi utilizado pela primeira vez em 1959 por E. Haugen em um artigo sobre a situação linguística na Noruega. HAUGEN, E. *Planning for a Standard Language in Modern Norway*, *Anthropological Linguistics*, vol.1, n. 3, 1959.

²⁸ “(...) l'ensemble des choix conscients effectués dans le domaine des rapports entre langue et vie sociale, et plus particulièrement entre langue et vie nationale, et la planification linguistique comme la recherche et la mise en œuvre des moyens nécessaires à l'application d'une politique linguistique.”

variedade de uma língua “adquire uma forma fixa e reconhecida publicamente.” Os resultados da codificação “são geralmente preservados por dicionários e livros de gramática.” (p.17) A *estabilização* é um processo no qual uma variedade dispersa [...] “passa por um exame e toma uma forma mais estável e fixa.” (p.70)²⁹ (TRUDGILL, 1992 *apud* TRUDGILL, 1999, tradução nossa).

Por outro lado, a política linguística pode intervir sobre a relação entre as línguas, em situações plurilíngues, quando se deve escolher uma língua nacional entre várias línguas, como decidir as línguas de ensino, da comunicação midiática etc. (CALVET, 1999, p. 157).

Nas línguas chamadas de *pluricêntricas*, atuar sobre a língua revela-se particularmente complexo, pois implica mais de um centro normativos sendo que, eventualmente, um centro pode possuir mais poder decisional que outro, o que pode dar lugar a um desequilíbrio. Examinamos na seção seguinte em que consistem as línguas pluricêntricas, dentro das quais encontramos o português e o francês.

3.1 AS LÍNGUAS PLURICÊNTRICAS

Rodolf Muhr, linguista e presidente da Sociedade para a Promoção do Alemão Austríaco (*Gesellschaft für Österreichisches Deutsch*) aponta que a teoria da pluricentricidade foi proposta pela primeira vez por William A. Stewart (1968)³⁰, que introduziu o termo

²⁹“Language determination "refers to decisions which have to be taken concerning the selection of particular languages or varieties of language for particular purposes in the society or nation in question" (p.71). Codification is the process whereby a language variety "acquires a publicly recognised and fixed form". The results of codification "are usually enshrined in dictionaries and grammar books" (p.17). Stabilisation is a process whereby a formerly diffuse variety [...] "undergoes focussing and takes on a more fixed and stable form" (p.70).”

³⁰ STEWART, William A. "A Sociolinguistic Typology for Describing National

“policêntrico”, e distingue entre estandardização “endonormativa” e “exonormativa”:

A padronização de uma dada língua pode ser monocêntrica, o que consiste em um conjunto único de normas aceitas universalmente, ou pode ser policêntrica, onde diferentes conjuntos de normas existem simultaneamente. Quando uma língua passa a ser utilizada em mais de um país e também se observa o desenvolvimento de uma estandardização multimodal, a forma de estandardização em cada um desses países pode ser endonormativa, quando é baseada em modelo de uso nativo ao país, ou exonormativa, quando é baseada em modelos de uso externo.³¹ (STEWART, 1968, p. 534 *apud* MUHR, 2012, p. 24, tradução nossa).

Mais tarde, nos anos de 1970, Heinz Kloss retomou o conceito de Stewart e fez a distinção entre bi-, pluri-, poli- e multicêntrico. Para Kloss, uma língua é pluricêntrica se possui mais de um centro, e policêntrica quando possui mais de três centros. Para que exista poli- ou pluricentricidade de normas, Kloss explica que deve haver uma distância linguística suficiente entre as variedades em questão. Os termos utilizados por ele são *Abstand*, “distância linguística”, e *Ausbau*, “desenvolvimento funcional”:

O termo *Abstandsprache* pode ser parafraseado

Multilingualism". In: FISHMAN, Joshua A. *Readings in the Sociology of Language*. The Hague, Paris: Mouton 1968.

³¹ “The standardization of a given language may be monocentric, consisting at any given time of a single set of universally accepted norms, or it may be polycentric, where different sets of norms exist simultaneously. When a language has come to be used in more than one country and has, in addition, developed multimodal standardization, the form of standardization in any one country may be either endonormative, when it is based upon models of usage native to that country, or exonormative, when it is based upon foreign models of usage.”

por “língua por distância”, o qual se refere, é claro, a uma distância intrínseca e não geográfica. O termo *Ausbausprache* pode ser definido como “língua por desenvolvimento”. As línguas que pertencem a essa categoria são reconhecidas como tal porque foram formadas ou reformadas, modeladas ou *remodeladas* [grifo nosso], conforme o caso, com o objetivo de tornarem-se instrumentos padronizados de expressão literária.³² (KLOSS, 1967, p. 29, tradução nossa).

Na teoria de Kloss, *Abstand* diz respeito, portanto, a um conceito linguístico, vinculado com a distância intrínseca entre línguas faladas. *Ausbau* é, antes de tudo, um fenômeno sociológico e remete ao domínio da escrita e da ação deliberada e voluntária para remodelar uma língua. Inglês, francês e alemão, por exemplo, são línguas de tipo *Abstand* e *Ausbau*. São chamadas, assim, de “línguas” porque foram modeladas e também por estarem em distância intrínseca. Por outro lado, várias outras línguas são consideradas como tais somente por serem línguas *Ausbau*. Assim, muitas línguas poderiam ser consideradas como meros dialetos se uma variedade próxima fosse aquela que tivesse sido escolhida como meio dominante de expressão literária. Por exemplo, se o galego tivesse adotado o português como padrão escrito, ou se o occitano tivesse adotado o catalão, não teriam o estatuto de línguas hoje (KLOSS, 1967, p.30).

Kloss define a *policentricidade* como situações onde existem duas variedades baseadas no mesmo dialeto ou num dialeto quase idêntico. Ele destaca ao menos três tipos de casos no quais pode ocorrer

³² Kloss prefere usar os termos *reformar* ou *remodelar*; mais facilmente identificáveis com a planificação linguística, em vez de *desenvolvimento* (tradução literária do alemão) para evitar uma confusão que a palavra poderia ocasionar com o processo lento e natural em que as línguas se transformam.

“The term *Abstandsprache* is paraphrased best as 'language by distance', the reference being of course not to geographical but to intrinsic distance. The term *Ausbausprache* may be defined as 'language by development'. Languages belonging to this category are recognized as such because of having been shaped or reshaped, molded or remolded – as the case may be – in order to become standardized tools of literary expression.”

policentricidade:

Normas policêntricas encontram-se onde uma língua é dominante em dois ou mais países separados geograficamente (inglês britânico e inglês americano; português no Brasil e em Portugal, e em comunidades de fala que estão no início da sua modernização (albanês, basco, kurdo etc.), ou nos casos onde circunstâncias políticas levaram ao desenvolvimento separado de duas variedades de uma mesma língua (romeno e moldaviano, sérvio e croata).³³ (KLOSS, 1967, p. 31, tradução nossa).

Basando-nos nesta observação de Kloss, pode-se inferir que a policentricidade pode ocorrer também dentro de um mesmo país, se existem variedades de uma mesma língua com uma certa diferença na codificação.

A relação entre norma policêntrica e *Ausbau* é caracterizada por Kloss como uma relação dinâmica, na qual pode-se observar aproximação ou distanciamento. Ele menciona o exemplo da Noruega, onde não havia nenhuma dúvida de que o riksmål e o landsmaal se tratavam de línguas diferentes, mas que as ações do Estado para fusionar as duas línguas por meio do remodelamento deram resultados: “(...) hoje existem especialistas que sustentam que deveriam ser consideradas como variedades de uma mesma língua, isto é, de uma língua de norma policêntrica”³⁴ (KLOSS, 1967, p. 33, tradução nossa).

³³ “Polycentric standards will be found where a language is dominant in two or more geographically separated countries (British and American English; Portugues in Brazil and Portugal) and in speech communities which are still in the beginning of their modernization, (Albanian, Basques, Kurds etc.) or where political circumstances have brought about separated developments for two variants of one single language (Roumanian and Moldavian; Serbian and Croatian).”

³⁴ Na década de sessenta a Noruega decidiu abandonar a unificação das línguas e deixar o projeto de fusão e optou por uma política de bilinguismo institucionalizado. As línguas citadas chamam-se hoje de bokmål e nynorsk (LECLERC, 2011).

Um exemplo contrário seria o da ex-Iugoslávia. Kloss menciona o servo-croata como o caso de uma mesma língua que comporta duas variantes que não apresentam distância do ponto de vista linguístico, com exceção de traços externos como a escrita ou a ortografia. A história mostrou que o servo-croata deu lugar a duas línguas de tipo *Ausbau*: depois do desmantelamento da Iugoslavia em 1991 e após o começo das hostilidades entre sérvios e croatas, ambas as nações buscaram acentuar as diferenças entre o sérvio e o croata realizando ações sobre a língua, como a depuração do léxico, transformando efetivamente uma língua policêntrica em duas línguas oficiais nacionais. Contudo, apesar das reformas, a intercompreensão falada continua sendo quase perfeita (LECLERC, 2013).

Michael Clyne consagrou o termo *pluricêntrico* em vez de *policêntrico* e esse se tornou mais comum na terminologia sociolinguística, vinculando-o com a noção de identidade e poder: “a questão da 'pluricentricidade' envolve a relação entre língua e identidade por um lado, e língua e poder, por outro”³⁵ (CLYNE, 1992, p. 455, tradução nossa). Retomando o conceito de *Abstand*, Clyne explica que só uma pequena quantidade de diferenças é suficiente para criar uma identidade e ter uma função de inclusão ou exclusão, e mesmo numa comunidade relativamente uniforme linguisticamente, se essa é dividida politicamente, se cria um efeito de grande *Abstand*, porque:

As línguas pluricêntricas atuam, ao mesmo tempo, como unificadoras e divisoras de pessoas. Unificam-as através do uso da língua e as separam através do desenvolvimento de normas e índices nacionais e variáveis linguísticas com as quais o

“...today there are experts who hold that they should be regarded as two forms of one language, that is to say, of a polycentric standard language.”

³⁵ “The question of 'pluricentricity' concerns the relationship between language and identity on the one hand, and language and power on the other.”

falante se identifica.³⁶ (CLYNE, 1992, p. 1, tradução nossa).

Segundo Muhr (2012, p. 29), não está claramente definido quais são as línguas pluricêntricas uma vez que as pesquisas dos últimos anos mostram que os casos variam muito de um para outro e que haveria surgido diversas línguas pluricêntricas ao longo do período. Os dados mais recentes (MUHR, 2013) classificam trinta e três línguas como pluricêntricas³⁷. As características das línguas pluricêntricas seriam as seguintes:

1. Ocorrência: deve existir em, ao menos, duas nações que agem como centros em interação;
2. Distância linguística (*Abstand*): a variedade deve ter características linguísticas suficientes para distingui-la de outras, expressando identidade e unicidade social;
3. Estatuto: essa língua deve ter estatuto oficial em, ao menos, duas nações, como: (a) língua de Estado; (b) colíngua de Estado – ao menos, como língua regional. Deve ter reconhecimento oficial que ultrapasse o estatuto de língua minoritária, pois de outra forma não poderia agir como centro de decisão normativa;
4. Aceitação da pluricentricidade: a comunidade deve aceitar o estatuto de sua língua como sendo pluricêntrica;
5. Pertinência para a identidade: a norma nacional deve ser relevante para a identidade nacional e ter um mínimo de codificação.

Dessa forma, Clyne considera o francês e o português como línguas pluricêntricas. Além dessas, também são consideradas como tal

³⁶ “Pluricentric languages are both unifiers and dividers of peoples. They unify people through the use of the language and separate them through the development of national norms and indices and linguistic variables to with which the speakers identify.”

³⁷ A lista dessas trinta e três línguas encontra-se no site dedicado às línguas pluricêntricas, editado por Rodolf Muhr:

<<http://www.pluricentriclanguages.org/plc-languages>>

o árabe, o armeniano, chinês, holandês, inglês, alemão, coreano, malasiano, hindi-urdu, espanhol, tamil e sueco. Muhr estende a noção às línguas albaniana, grega, guarani, hindi, italiana, russa, persa e romena-moldaviana.

As situações de pluricentricidade encontram-se em diferentes níveis de desenvolvimento. Muhr (2012, p. 32) lista oito estágios de pluricentricidade:

1. Línguas com variedades que não possuem o seu próprio território e não têm reconhecimento nos países onde estão presentes. Exemplo: armeniano ocidental.
2. Línguas pluricêntricas com variedades que esperam reconhecimento. Ex.: o russo na Letônia, Lituânia, Estônia e Ucrânia – neste último caso, o russo não tem reconhecimento nem como língua minoritária.
3. Línguas pluricêntricas com variedades com ausência de estatuto formal apropriado. Ex.: húngaro, língua que é minoritária na Eslováquia, Romênia e Sérvia.
4. Línguas onde o estatuto de pluricentricidade é recusado pela variedade dominante. Essas línguas possuem um alto nível de centralização e pouca ou nenhuma consciência de pluricentricidade, ou apresentam-se relutantes em aceitá-la. Ex.: albaniano, francês, grego, italiano, russo.
5. Línguas onde o estatuto é reconhecido pela variedade “mãe”, possuindo as características linguísticas codificadas, incluindo as variedades minoritárias, embora não em todos os casos. Ex.: inglês, holandês, alemão, hindi-urdu, espanhol, sueco (aqui, para todos os casos, sendo assim o sueco uma exceção) e, mais recentemente, o português.
6. Línguas onde a pluricentricidade é deliberadamente praticada por falantes modelos das variedades nacionais. Ênfase é, dessa forma, colocada em usar traços específicos da variedade na pronúncia, léxico, nas figuras de comunicação pragmática etc. É o caso de muitas variedades do inglês, holandês, alemão, espanhol, sueco e português.
7. Línguas onde a variedade nacional (VN) é ensinada nas escolas: é o caso em todas as VNs, mas a variação que existe entre as diferentes VNs é geralmente ignorada, não sendo mencionada.

8. Línguas onde as características linguísticas da VN são mencionadas nas escolas. Segundo Muhr, até o momento em que escreve, em 2012, não existiam línguas pluricêntricas onde são ensinadas as variedades nacionais.

A relação entre línguas e poder é central para a relação de estatuto que existe entre as variedades nacionais. Clyne observa que a relação entre normas pluricêntricas costuma ser assimétrica, e que uma norma (ou mais) de uma dada variedade nacional pode possuir prestígio mais alto, interna e externamente. Vários fatores contribuem à classificação dessas normas: o tamanho da nação, o poder político, fatores históricos como a colonização, dominância ou codominância da língua dentro da nação e se a variedade nacional é nativa ou não nativa (CLYNE, 1992, p. 454). Para Calvet, “as línguas do mundo são fundamentalmente desiguais” (1999, p. 11) e a mesma situação existe entre as variedades: temos o francês canadense, o holandês belga, o inglês sul-africano e o inglês singaporiano como variedades de estatuto inferior ao francês da França, o holandês da Holanda e o inglês britânico e inglês estadunidense.

O conceito linguístico de *língua monocêntrica* compartilhado pelas variedades dominantes é fortemente vinculado com a ideia de que sua língua é “pura” e é “exclusiva” de uma nação específica. Esse conceito pode ser resumido assim (MUHR, 2012 *apud* MUHR, 2005)³⁸:

1. Só há uma língua com um certo nome (francês, alemão etc.) e só há uma norma para essa língua. Se existe outra norma para essa língua, não pode ser correta porque diminuiria o estatuto da variedade;
2. Uma nação específica é representada por essa língua e essa língua é um símbolo de alto valor para a nação. Ela “possui” essa língua;
3. Espera-se que qualquer pessoa que pertença a essa nação fale só uma variedade da língua: a norma, ou seja, a forma correta;

³⁸ MUHR, Rudolf. Language attitude and language conceptions non-dominating varieties of pluricentric languages. In: MUHR, Rudolf (ed.). *Standardvariationene und Sprachideologien in verschiedenen Sprachkulturen der Welt / Standard Variations and Language Ideologies in Different Language Cultures Around the World*. Wien u.a., Peter Lang Verlag. 2005, p. 11-20.

4. O uso “correto e adequado” da língua é falado por uma minoria;
5. A norma é o dialeto da elite social;
6. A norma é decidida no centro da nação – geralmente na capital e não inclui participação das regiões periféricas.

Os principais objetivos das políticas da língua monocêntrica são de combater mudanças que poderiam ameaçar a unidade da língua. A estratégia elitista, por assim dizer, é de diminuir a distância entre a norma oficial e a norma “real” de todos os dias. Em vista desse fim, não se aceita codificar as variedades não dominantes. Essa estratégia visa evitar a auto-determinação e auto-definição da norma não dominante.

Desse modo, um alto grau de centralização tem como consequência um forte desequilíbrio na relação de poder entre as diferentes variedades nacionais de uma dada língua. As variedades nacionais não dominantes não são capazes de exercer a centralização da língua porque simplesmente não possuem os meios econômicos e políticos para fazê-lo (MUHR, 2012, p. 36). Alguns exemplos de línguas com um alto grau de centralização são: o francês, russo, alemão e o árabe. A dominância é praticada pelo francês da França, russo da Rússia, alemão da Alemanha e o árabe do Egito. Línguas com um grau relativamente baixo de centralização seriam: o inglês, espanhol e português. A dominância é praticada pelo inglês estadunidense, inglês britânico, inglês australiano, espanhol da Espanha, espanhol do México, português do Brasil e português de Portugal.

Em nações onde ocorreram guerras de independência política, como, por exemplo, na Irlanda ou nos Balcãs, onde a guerra levou à constituição de duas novas línguas, o bósnio e o croata, a norma própria é muito estimada e serve de instrumento para mostrar a separação da nação que iniciou a guerra. Nos casos como o francês do Québec, o alemão austríaco, o francês belga etc., que possuem um passado menos conflituoso, a ideia de uma codificação estrita é geralmente rejeitada pelas elites culturais que se beneficiam do seu conhecimento das normas transnacionais (MUHR, 2012, p. 37). A codificação de uma variedade nacional não-dominante poderia levar a uma separação linguística e até mesmo a criação de uma outra língua, freando a comunicação entre os membros da elite cultural das variedades não dominantes.

Prosseguindo em nossa análise, temos as características da *variedade dominante*, que pode, embora não necessariamente, ser monocêntrica (MUHR, 2012, p. 28):

1. Grande número de falantes;
2. É a variedade das nações que são os países onde a língua tem sua origem (*historical heartland*) e reclama direitos históricos;
3. São variedades nativas, e não nativizadas;
4. Possuem poder político, econômico e, conseqüentemente, estatuto elevado;
5. Possuem um impacto elevado sobre a norma da língua;
6. Possuem uma codificação extensiva e várias instituições de codificação;
7. Estão presentes na mídia eletrônica e impressa e disponível para uma grande audiência;
8. Exportam e difundem suas normas e possuem muitas instituições para disseminação das mesmas.

Além disso, as variedades dominantes possuem recursos para assegurar a sua dominância sobre as outras variedades através do fácil acesso a melhores meios de codificação, pois as editoras dos dicionários e gramáticas estão usualmente localizadas em seu território. Também possuem melhores meios para exportar suas normas porque são dominantes no mercado de línguas.

Analisando esses critérios, podemos constatar que a variedade canadense do francês corresponde mais propriamente a uma variedade de tipo não-dominante: a quantidade de falantes (6.231,600 pessoas têm o francês como língua materna no Québec, e 1.067,000, no resto do Canadá)³⁹. Esse número é muito inferior ao número da população da

³⁹ Censo de 2011, Statistiques Canada. Disponível em: <http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2011/as-sa/98-314-x/98-314-x2011003_1-fra.cfm>, acessado em: 20/07/2105.

França (66.317,994)⁴⁰. Ademais, o poder político existe dentro do país (nas figuras do Governo do Canadá e da Província do Québec), a comunidade quebequense é representada na política interna, mas pouco na política externa, dado o Québec não ser um país, mas sim uma província. Apesar de o francês possuir o estatuto de língua oficial no Canadá na mesma ordem teórica que o inglês, a população francófona representa cerca de 25% do total de habitantes. Por outro lado, a variedade falada na França, em particular a variedade parisiense, representa a variedade dominante, revelando-se o francês uma língua pluricêntrica, porém, fortemente dominante e com tendências monocêntricas significativas.

Atitudes e crenças se criam tanto nos falantes dos grupos dominantes como nos grupos não dominantes. Falamos aqui de dominância linguística, mas deve-se lembrar que o poder linguístico apresenta-se frequentemente como um reflexo dos poderes político e econômico. As crenças presentes nas normas dominantes (e/ou monocêntricas) são as seguintes:

1. A superioridade da variedade dominante: considera-se a sua variedade como a norma e como guarda da norma, sendo a norma dos outros desviante, não *standard*, exótica, *cute*, *charming* e/ou arcaica;
2. Os falantes das nações dominantes tendem a confundir “variação regional” com “variação nacional”;
3. Ignoram a função identitária da variedade nacional (e acham difícil aceitar que os falantes de uma nação não dominante sejam membros de outra nação);
4. Variação é considerada como sendo existente unicamente na norma falada;
5. As normas nas nações dominantes são consideradas como sendo menos rígidas;
6. Falantes da norma dominante não estão familiarizados com a norma

⁴⁰ Institut national de la statistique et des études économiques, 2015. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/themes/detail.asp?ref_id=bilan-demo®_id=0&page=donnees-detaillees/bilan-demo/pop_age2b.htm>, acessado em: 20/07/2105.

não dominante;

7. As mudanças linguísticas na variedade dominante são consideradas como naturais, (e são codificadas depois de transcorrido um certo tempo), enquanto as mudanças das normas não dominantes são percebidas como um perigo à unidade da língua.

Sem dúvida, essas crenças ainda existem por parte dos falantes do francês da França com respeito a outras variedades, e esse é o caso com o francês falado no Canadá. É comum ouvir da parte dos franceses que o francês do Québec é “arcaico”, falado tal como no século XVII, que os quebequenses “massacram” a língua francesa, que o francês quebequense é “engraçado” [*drôle*] e os falantes não dominam sua própria língua. Vários julgamentos dessa natureza podem ser vistos na mídia, como, por exemplo, numa entrevista de um famoso programa de televisão francês chamado “Tout le monde en parle” (transmitido na França entre 1998 e 2006), o animador recebe uma escritora quebequense e comenta com ela, “*Você tem que perder esse sotaque canadense...[...] porque esse sotaque é terrível, não falamos assim desde o século XVIII*”⁴¹. Contudo, essas crenças são alimentadas também por parte de certos canadenses anglófonos ou francófonos ou até pelos próprios quebequenses. Podemos citar um caso recente ocorrido no torneio de tênis Roland-Garros na França (2014), onde um jornalista perguntou em inglês para uma jovem jogadora quebequense se ela conseguia falar francês com sotaque francês, ao que ela respondeu em francês que falava francês, mas com sotaque inglês, porque ela própria já não utiliza tanto o francês e acrescentou: “*Eu não falo com sotaque quebequense, ao menos isso é algo bom*”⁴². Em seguida, falou que sabia falar quebequense, mas que não iria fazê-lo. Nesse caso, é

⁴¹ “Vous devez perdre cet accent canadien [...] parce que c’est terrible cet accent, on ne parle plus comme ça depuis le XVIII siècle!” Tout le monde en parle, 29 sept. 2001. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AqQh2ed1oUQ>>, acessado em: 20/07/2015. O comentário é feito aos 16min. da emissão.

⁴² “Je ne parle pas avec un accent québécois, alors au moins ça c’est bon”. Entrevista disponível em: <<http://envedette.ca/blogues/tv-media/blogue-tv-media/eugenie-bouchard-accent-quebecois/>>, acessado em: 20/07/2015.

possível que a própria jogadora tenha confundido o sotaque “quebenquense” com o *joual*, variedade popular muito estigmatizada e caricaturizada. Da mesma forma, o julgamento negativo é também alimentado por francófonos de outras antigas colônias, entre outros, pelos imigrantes do Magrebe (norte da África). A norma ensinada no Magrebe é a norma da França, posto que os países magrebinos foram ocupados pelos franceses até o início dos anos sessenta do século passado, e a distância linguística ainda não é tanta como a que há no Québec, que deixou de ser colônia francesa em 1759.

No caso do Brasil, o peso demográfico e político é superior ao de Portugal e a qualquer outra comunidade falante do português no mundo e por isso corresponde a uma variedade de tipo dominante ou ao menos codominante com Portugal. No que tange às crenças, ou seja, às atitudes e representações, não existe tal assimetria como no caso do Québec e da França. No seu estudo comparativo entre o português brasileiro e o espanhol falado na América, Pöll (2001, p. 924) ressalta que existem poucas pesquisas sobre atitude e representação em relação à percepção que os brasileiros têm de sua fala com respeito a Portugal, e sua hipótese é que a ausência desse tipo de estudos na lusofonia ocorre porque o pluricentrismo na lusofonia é bastante simétrico, possuindo o Brasil bases sólidas com respeito a sua norma, onde o “referente linguístico” é um referente interno: “o brasileiro preocupado com correção linguística não precisa procurar do outro lado do Atlântico, o hispanoamericano não está na mesma situação e não poderia ignorar a referência ofertada pela Real Academia Espanhola”⁴³ (PÖLL, 2001, p. 924, tradução nossa). Em uma investigação feita em 1983 com 653 brasileiros, uma parte insignificante dos locutores evocou uma diferença de qualidade entre o português brasileiro e o português do Portugal. Assim, “em uma conversação com um português, é inconcebível que um locutor brasileiro tente fazer um esforço para se aproximar do modelo linguístico do seu interlocutor”⁴⁴ (PÖLL, 2001, p. 924, tradução nossa).

⁴³ “[...] Le Brésilien soucieux de correction linguistique n’a pas besoin de chercher l’étalon de l’autre côté de l’Atlantique, l’Hispano-américain n’est pas dans la même situation et ne saurait ignorer la référence offerte par la RAE.”

⁴⁴ “Dans une conversation avec un Portugais, il est inconcevable qu’un locuteur Brésilien s’efforce de se rapprocher du modèle linguistique de son interlocuteur

A conversa entre um francês e um quebequense tende a revelar outra situação: é comum que alguns quebequenses tentem mudar sua pronúncia, assim como procurar léxico alternativo, por insegurança linguística, mas também para ser entendido pelo interlocutor francês, se este for pouco exposto à variedade quebequense, situação em que poderia ter dificuldades em entender claramente o vernacular quebequense.

Uma conclusão importante de Muhr aponta para o fato de que o conceito de variedade dominante *versus* não-dominante depende da aceitação da pluricentricidade dentro da variedade de uma língua pluricêntrica e do desejo das variedades menores de manter sua identidade linguística (MUHR, 2012, p. 35). No caso da lusofonia, essa aceitação é quase plena com relação ao Brasil. Já no caso do francês, ainda há uma nítida reticência por parte da França em aceitar uma pluricentricidade normativa.

O pesquisador quebequense Marc Chaliier, em seu estudo sobre a pronúncia padrão no Québec, apresenta um quadro com base nas pesquisas e estudos de Clyne (1993; 2001), Ammon (1989; 2001), Pöll (2005; 2012), Oesterreicher (1995; 2000), Gauger (1992) e Laferl (2007), onde se ilustra o grau de pluricentricidade de cinco línguas de grande extensão, entre as quais se encontram o português e o francês. De acordo com esse esquema, percebemos que o francês parece ser a língua com menos pluricentricidade e a mais assimétrica, sendo o Québec considerado como “centro rudimentário”, com exonormatividade predominante. Contudo, o próprio Chaliier questiona a atualidade desse quadro, tendo em vista que a situação da pronúncia do francês no Québec apresentar-se-ia como evoluindo em direção a uma característica mais endógena⁴⁵. A pesquisa de Chaliier, realizada a partir da Universidade de Viena, recebeu o Prix d'Excellence 2015 do Governo do Québec.

ou de le rejoindre.”

⁴⁵ “Cependant, précisément au niveau du français québécois, l'état actuel de la recherche présenté dans ce tableau est quelque peu problématique, étant donné que la situation du Québec semble évoluer actuellement au niveau du critère des locuteurs-modèles, ce qui devrait être étudié plus en profondeur et que je me propose – entre autres – d'effectuer dans l'étude perceptive présentée ci-dessous” (Chaliier, 2014, p. 29).

		Hierarchie qualitative (Ammon 1989)				
		Anglais	Portugais	Espagnol	Allemand	Français
Variété(s) D	Centre(s) complet(s)	Angleterre	Portugal	Espagne	Allemagne	France
	endo-normativité totale	États-Unis				
Variété(s) A	Centre(s) presque complet(s)		Brésil			
	endo-normativité prédominante					
	Semi-centre(s)			Amérique du Sud (Amérique centrale, États confédérés du Río de la Plata, États des Andes)	Autriche, Suisse	
	endo-normativité partielle	Australie				
	Centre(s) rudimentaire(s)					
	exo-normativité prédominante	Canada, Irlande, Afrique du Sud			Luxembourg, Tyrol du Sud, Belgique	Québec, Belgique, Suisse romande, Afrique
	Non-centre(s)		Afrique			
	exo-normativité totale					
	Symétrie / Asymétrie (Clyne 1993)	Légère asymétrie en faveur de l'Angleterre (pour l'Australie en faveur des États-Unis)	Bi-asymétrie, (tendances à la symétrie dans le domaine littéraire)	Asymétrie en faveur du standard d'Espagne (voire bi-asymétrie)	Asymétrie en faveur du standard d'Allemagne	Forte asymétrie en faveur de la France

Figura 2 – Grau de pluricentricidade de cinco línguas de grande extensão [em referência a Clyne 1993 e 2001, Ammon 1989 e 2001, Pöhl 2005 e 2012, Oesterreicher 1995 et 2000, Gauger 1992, Laferl 2007 (CHALIER, p. 28, 2014).

Depois do inglês, o português brasileiro seria a variedade mais perto de constituir-se como um centro completo. Essa posição, contudo, poderia ser debatida por vários linguístas brasileiros que denunciam com veemência a norma-padrão gramatical de origem lusitana, desconectada da gramática falada. Daí, o problema de colocar as variedades como um todo homogêneo dentro de uma categoria, porque a pluricentricidade se manifesta em diferentes graus conforme a área de padronização (léxico, terminologia, gramática, pronúncia, ortografia etc.). Estudaremos esse assunto com mais detalhe na seção a seguir.

3.2 PADRONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA NOS ESTADOS BRASILEIRO E QUEBEQUENSE NO ESPAÇO PLURICÊNTRICO

Como foi exposto na seção precedente, a pluricentricidade apresenta desafios e pode ocorrer tensões entre os diferentes centros normativos dominantes e não dominantes, mas também entre dois centros

dominantes como no caso lusófono. Dessa forma, uma nação deve considerar, ao fazer planificação linguística, se vai agir de maneira independente ou colaborar com outras nações que compartilhem a mesma língua.

Nesse sentido, a linguísta brasileira Enilde Faultstich (1998, p. 248) explica que a planificação linguística é um esforço coletivo para estabelecer uma política linguística nacional e essa planificação é normalmente regulamentada por disposições jurídicas. O objetivo dessas disposições constitui-se, geralmente, em especificar a língua oficial ou as línguas oficiais de um país, o que às vezes pode se dar em detrimento de línguas minoritárias, como se deu no Brasil, onde até 1988 não se reconheciam os direitos das minorias linguísticas. Por outro lado, uma política linguística não pode se limitar a leis: uma vez especificada a língua oficial, ou as línguas oficiais de um país, deve-se escolher uma norma-padrão: “Qualquer proposta de planificar a língua se dá em paralelo com a de normatizá-la” (FAULTSTICH, 1998, p. 247).

Assim, para países onde a língua nacional foi trazida por meio da colonização, a questão de escolher uma norma endógena ou exógena apresenta-se com frequência na planificação linguística. A intervenção do Estado é recorrente, por exemplo, para escolher a norma da mídia, do ensino ou nas comunicações oficiais do Estado com a população. Uma primeira etapa na codificação da variedade nacional é a elaboração de um dicionário do vocabulário da variedade, geralmente seguido por um dicionário de pronúncia (MUHR, 2012, p. 37). Quando não existem dicionários, a variedade é dependente de dicionários exógenos da variedade dominante.

A codificação é completa quando uma gramática da variedade foi editada. Conforme Muhr:

Falando em termos gerais, variedades não-dominantes possuem apenas alguns poucos dicionários e livros de referência os quais são frequentemente considerados de qualidade inferior em relação aos seus equivalentes exógenos.⁴⁶ (MUHR, 2012, p. 38, tradução nossa).

⁴⁶ “Generally speaking, non-dominant varieties have only few dictionaries and reference books which are often thought to be of lesser quality than their

O fato de tomar como referência uma norma exógena resulta geralmente em uma grande distância entre a norma escrita e a falada. Uma reação comum é desenvolver uma norma intermediária, que não se apresenta nem como um dialeto local, nem como forma da variedade dominante. Esse parece ser o caso do francês quebequense, ainda que isto seja algo discutível. A escolha de uma norma linguística quebequense ainda é objeto de debate e não há unanimidade.

Na seção a seguir examinaremos mais detalhadamente a planificação linguística nas nações brasileira e quebequense, e os respectivos instrumentos de política utilizados: legislação, órgãos reguladores, agentes de planificação e suas ações na determinação das normas linguísticas, assim como a participação e a influência no seio de suas respectivas comunidades linguísticas internacionais.

3.2.1 A planificação linguística e o problema da padronização na província do Québec

O caso da província do Québec é um exemplo muitas vezes citado quando se fala de línguas em situação minoritária e de planificação linguística. A intervenção do Estado no domínio da língua geralmente ocorre quando existe uma situação problemática. No caso da província do Québec, a intervenção do Estado é forte e este criou vários instrumentos para agir sobre a língua, para garantir sua perenidade como língua minoritária *cercada* pelo inglês e também garantir sua “qualidade”⁴⁷, ou seja, protegê-la contra a anglicização e manter a intercompreensão com os outros membros da francofonia. A intervenção do Estado com o propósito de realizar o chamado “*aménagement linguistique*” se intensifica a partir dos anos 1960, no início do período histórico conhecido como “Revolução Tranquila”, quando o movimento nacionalista quebequense surge com força na província. Entretanto, uma política linguística federal já estava presente bem antes, desde a primeira Constituição Canadense (1867).

exogenous counterparts.”

47

Sobre legislação linguística no Canadá, explica o sociolinguista canadense Jacques Leclerc (2010), especialista em planificação linguística, que o poder de legislar no domínio linguístico pertence às duas esferas do governo: o governo federal e os governos provinciais, em virtude das competências legislativas que lhes atribui a Constituição Canadense. A primeira lei constitucional canadense, assinada em 1867 na Inglaterra, contém apenas um artigo relativo à língua, o artigo 133, que estipula que os debates no parlamento podem ser em francês ou em inglês e que os arquivos do parlamento e dos tribunais devem ser escritos nas duas línguas. A lei constitucional de 1982, a qual foi acrescentada uma Carta dos Direitos e Liberdades (*Charte des droits et libertés*), comporta uma série de artigos que garantem os direitos linguísticos das comunidades linguísticas anglófonas e francófonas. Achamos importante mencionar que ela não comporta nenhuma disposição específica sobre direitos linguísticos dos povos autóctones. Ainda assim, certas línguas indígenas são oficializadas na esfera dos três governos territoriais existentes no Canadá (Nunavut, Territórios do Noroeste e Yukon). Só o francês e o inglês serão línguas oficiais do país, e a Constituição lhes confere um estatuto, direitos e privilégios iguais com relação a seu uso nas instituições do parlamento e do governo canadense:

16. (1) O francês e o inglês são as línguas oficiais do Canadá; possuem um estatuto, direitos e privilégios iguais à respeito do seu uso nas instituições do Parlamento e do Governo do Canadá. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1982, tradução nossa).⁴⁸

No artigo 16.1 decreta-se o francês e o inglês línguas oficiais e de estatuto iguais na província de Nouveau-Brunswick; no artigo 20 garantem-se os direitos de comunicação com o governo federal em francês ou em inglês, assim como os direitos a receber os serviços em

⁴⁸ «16. (1) Le français et l'anglais sont les langues officielles du Canada; ils ont un statut et des droits et privilèges égaux quant à leur usage dans les institutions du Parlement et du gouvernement du Canada. (MINISTÈRE DE LA JUSTICE, 1982). »

uma ou outra língua. O artigo 23 garante o direito a receber instrução na língua minoritária francófona ou anglófona, conforme a província. (MINISTÈRE DE LA JUSTICE, 1982).

Outra lei federal importante é a Lei Sobre as Línguas Oficiais – *Loi sur les langues officielles*, que foi sancionada em 1969 e revisada em 1988, e proclama o francês e o inglês línguas do Estado Federal e garante o apoio ao desenvolvimento do francês e do inglês em situação minoritária e, enfim, especifica as obrigações das instituições federais no domínio das línguas oficiais⁴⁹.

Nos governos provinciais, o francês é a única língua oficial na província de Québec, é língua cooficial com o inglês no Nouveau-Brunswick e nos três territórios federais (Nunavut, Territoires du Nord-Ouest e Yukon). O inglês é a única língua oficial nas demais oito províncias – em certos casos *de fato* e outros *de jure* –, apesar de o francês se beneficiar de certo reconhecimento jurídico nessas províncias (ex.: é língua oficial na cidade de Winnipeg, capital da província de Manitoba). No caso da província de Ontário, cuja capital é Toronto e onde está situada a capital federal Ottawa, o parlamento provincial, os tribunais e serviços públicos são bilíngues (LECLERC, 2010).

Foi em 1974 que uma lei provincial fez do francês a única língua oficial da província do Québec, a Lei 22. Essa lei foi logo substituída, em 1977, pela Lei 101, também chamada *Charte de la langue française*. Essa lei é, às vezes, referida como “Une loi avec des dents” (literalmente, lei com dentes) por ir muito mais longe do que a sua predecessora, prevendo disposições claras para o *afrancesamento* da província, comportando mesmo disposições penais e transitórias. Foi adotada pelo *Parti québécois* um ano depois da sua eleição, partido de vertente nacionalista e soberanista, que conduziu o primeiro referendo sobre a soberania do Québec em 1980 e um segundo, em 1995. O objetivo da Lei 101 é garantir a qualidade e o *rayonnement* (prestígio, influência) da língua. Esse documento decreta o francês como língua do Estado, de ensino, do comércio e dos negócios, assim como a língua normal e habitual do trabalho na província. Através da aplicação da lei 101 e de todos os seus dispositivos orientados na promoção do francês, a

⁴⁹ Ministère de la Justice, *Lois sur les langues officielles*. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/PDF/O-3.01.pdf>>, acessado em: 20/07/2015.

política linguística do Québec possui quatro objetivos:

Reforçar a presença do francês na sinalização pública e da publicidade comercial; melhorar os serviços em francês aos consumidores; incrementar o uso do francês nos ambientes de trabalho e na vida das empresas; integrar os jovens imigrantes nas escolas francesas.⁵⁰ (SECRÉTARIAT À LA POLITIQUE LINGUISTIQUE, tradução nossa).

A lei conferiu um papel preponderante ao órgão público chamado *Office de la langue française* (OLF) – posteriormente chamado *Office québécois de la langue française* (OQLF)⁵¹ –, criado em 1961 com o mandato de fazer a promoção da língua. Igualmente, foram criados dois outros organismos pela lei: O *Conseil supérieur de la langue française* e a *Commission de la toponymie*. O OQLF é responsável em:

Definir e conduzir a política quebequense no domínio da oficialização linguística e de terminologia, assim como do afrançamento da administração e das empresas. Seu mandato consiste em assegurar que o francês seja a língua normal de trabalho, das comunicações, do comércio e dos negócios. (L'OFFICE QUÉBÉCOIS DE LA LANGUE FRANÇAISE, 2010, p. 4).

⁵⁰ SECRÉTARIAT À LA POLITIQUE LINGUISTIQUE. Disponível em: <www.spl.gouv.qc.ca>, acessado em: 20/07/2015.

“Renforcer le visage français de l’affichage public et de la publicité commerciale; améliorer l’offre de services en français aux consommateurs et aux consommatrices; accroître l’usage du français dans les milieux de travail et dans la vie des entreprises; intégrer les jeunes issus de l’immigration à l’école française.”

⁵¹ Em 2002, o termo “*québécois*” foi acrescentado ao nome do órgão a partir da fusão do *Office de la langue française* e da *Commission de la protection de la langue française* – comissão ironicamente chamada de “*police de la langue*”.

O artigo 160 da lei estipula que o organismo deve monitorar a situação linguística (uso, comportamentos e atitudes dos grupos linguísticos) no Québec e apresentar os resultados ao Ministro da Cultura e das Comunicações a cada cinco anos⁵² (CHARTE DE LA LANGUE FRANÇAISE, art. 160). O organismo possui vários instrumentos e serviços, como programas de afrancesamento previstos pela Lei 101, e possui o poder para “apoiar os organismos da administração, os organismos para-públicos, empresas, associações diversas e indivíduo no domínio de correções e enriquecimento da língua francesa falada e escrita no Québec”⁵³ (OQLF, 2010, p. 4, tradução nossa). Em adição, é responsável pela padronização da terminologia quebequense e pela publicação de obras como *Le Grand dictionnaire terminologique*, *La Banque de dépannage linguistique* e outros dicionários especializados, léxicos e obras de referências, que podem ser consultadas em sua página na Internet⁵⁴.

Em 1965, o *Office de la langue française* publicou um documento no qual se pronunciava sobre o que deveria constituir a norma do francês escrito e falado no Québec:

Essa deve corresponder mais ou menos inteiramente com aquela que prevalece em Paris, Genebra, Bruxelas, Dakar e em todas as grandes cidades de expressão francesa.⁵⁵ (OFFICE DE LA LANGUE FRANÇAISE, 1965, p. 6, tradução nossa).

⁵² “160. L'Office surveille l'évolution de la situation linguistique au Québec et en fait rapport au moins tous les cinq ans au ministre, notamment en ce qui a trait à l'usage et au statut de la langue française ainsi qu'aux comportements et attitudes des différents groupes linguistiques.”

⁵³ “(...) assister les organismes de l'Administration, les organismes parapublics, les entreprises, les associations diverses et les individus en matière de correction et d'enrichissement de la langue française parlée et écrite au Québec.”

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.oqlf.gouv.qc.ca/accueil.aspx>>, acessado em: 20/07/2015.

⁵⁵ “[Celle-ci doit] coïncider à peu près entièrement avec celle qui prévaut à Paris, Genève, Bruxelles, Dakar et dans toutes les grandes villes d'expression française.”

Assim, a partir desse momento o organismo responsável pela aplicação da política linguística do Québec estabeleceu a norma linguística para o francês quebequense como sendo um francês “internacional”, que seria um francês comum a todos os países da francofonia. Essa posição será posta em questão em 1977 pela *Association québécoise des professeurs de français* (AQPF) que propôs como norma o “francês padrão quebequense”, a qual considerava ser a variedade do francês socialmente valorizada pela maioria dos quebequenses e aquela que tende a ser usada em situação de comunicação formal (MAURAI, 2008, p. 7). Robert Vézina, terminólogo da OQLF explica que a visão de 1965 foi relativizada em 1985, com a publicação por parte da OLF de uma política chamada *Énoncé d’une politique linguistique relative aux québécoismes*, na qual afirma-se que “esta norma, que se integra no processo de planificação linguística do Québec, deve levar em conta o contexto sociocultural e sociolinguístico do Québec, sua situação geográfica e seu pertença à francofonia.”⁵⁶ (OLF, 1985, p. 10 *apud* VÉZINA, 2002, p. 2, tradução nossa). Posteriormente, um relatório entregue ao ministro responsável da *Charte de la langue française* explicava que “existe um francês quebequense padrão, contudo, bastante próximo da norma internacional do francês”⁵⁷ (CONSEIL DE LA LANGUE FRANÇAISE, 1990 *apud* VÉZINA, 2002, tradução nossa). Sobre a norma-padrão quebequense diz ainda VÉZINA:

A ideia segundo a qual o francês do Québec seria dotado de uma norma própria está agora bastante difundida no meio científico. É importante precisar que essa norma quebequense toca essencialmente ao léxico, permanecendo a gramática do francês tal como descrita nas obras europeias uma unanimidade, com exceção talvez a

⁵⁶ “Cette norme, qui s’insère dans le processus d’aménagement linguistique du Québec, doit tenir compte du contexte socioculturel et sociolinguistique du Québec, de sa situation géographique et de son appartenance à la francophonie.”

⁵⁷ “(...) il existe un français québécois standard, assez près néanmoins de la norme internationale du français.”

aspectos da feminização dos títulos de função e certos detalhes.⁵⁸ (VÉZINA, 2002, p. 2, tradução nossa).

Entretanto, nem todos os linguístas mostram-se de acordo em afirmar o que seria o francês internacional. Alguns afirmam que se trata de uma norma copiada do francês parisiense. Outros afirmam que seria uma norma-padrão que não pode identificar-se com um país em particular. Vézina, por seu lado, afirma sobre o francês internacional:

A norma comum de referência é algo “construído”, fruto de séculos de evolução de codificação. Podemos qualificá-la de *norma-padrão* ou também de *norma internacional*. Como ela serve de norma para uma pluralidade de comunidades francófonas, que formam um supragrupo (CORBEIL, 1983, p. 283), podemos qualificá-la de *supranorma*. Ainda que historicamente ela encontre sua origem na França, ela se tornou, a partir de agora, “apátrida” e não pertence mais a uma comunidade francófona que à outra; ela então não pode ser confundida completamente com a norma franco-francesa, às vezes chamada *norma hexagonal*, o que remete, acima de tudo, a um conceito geolinguístico, e isso, a despeito da influência determinante que continua a exercer o francês da França na evolução da norma comum.⁵⁹ (VÉZINA, 2009, p.

⁵⁸ “L’idée selon laquelle le français du Québec serait doté d’une norme propre est désormais assez répandue dans le milieu scientifique. Il importe ici de préciser que cette norme québécoise concerne essentiellement le lexique, la grammaire du français telle que décrite dans les ouvrages européens faisant encore l’unanimité, sauf peut-être sur des aspects de la féminisation des titres de fonction et sur des points de détail.”

⁵⁹ “La norme commune de référence est quelque chose de ‘construit’, le fruit de siècles d’évolution et de codification. On peut la qualifier de *norme standard* ou encore de *norme internationale*. Comme elle sert de norme à une pluralité de communautés francophones, qui forme un supragroupe (Corbeil, 1983, p. 283), on peut aussi la qualifier de *supranorme*. Bien qu’historiquement elle trouve sa

6, tradução nossa).

No Québec, o francês internacional não é aquele falado pela maioria da população nas suas atividades diárias. Trata-se antes de uma variedade que se aproxima da elite quebequense em situação formal, aquela descrita na obra *Le bon usage*, de Grevisse-Goosse, importante obra francesa de referência para a gramática. Apesar de não haver acordo sobre o que seja, a população em geral tem uma ideia do que seria o francês internacional, sendo, sobretudo, uma norma valorizada. Em uma pesquisa conduzida em 2004 pela OQLF sobre atitudes e representações, a maioria dos entrevistados pensa que tal norma deveria ser a norma ensinada nas escolas (MAURIS, 2008, p. 22)⁶⁰. Essa norma, tal como descrita pelo OQLF:

(...) deve ser estendida a todas as esferas da língua: morfologia, sintaxe, fonética, léxico; contudo, em relação às duas primeiras esferas, que são de ordem estrutural, a variação deve ser inexistente. [tradução nossa] (Office de la langue française, 1965).

Foi discutida anteriormente a teoria de Muhr sobre os estágios de pluricentricidade e vemos que a autonomia normativa começa geralmente pela codificação do léxico da variedade nacional. Assim, a padronização do francês canadense encontra-se ainda rudimentária, já que se limita ao âmbito do léxico e da pronúncia, sendo estas as duas áreas onde se concentra o debate. A gramática, como mencionou Vézina, e a ortografia, não são áreas sobre as quais uma norma quebequense está

source en France, elle est désormais 'apatride' et n'appartient pas à une communauté francophone plus qu'à une autre; elle ne peut donc pas être confondue tout à fait avec la norme franco-française, parfois appelée *norme hexagonale*, laquelle renvoie avant tout à un concept géolinguistique, et ce, malgré l'influence déterminante que continue d'exercer le français de France sur l'évolution de la norme commune.”

⁶⁰ Nessa pesquisa intitulada «Les Québécois et la norme: l'Évaluation par les Québécois de leurs usages linguistiques», 76% dos informantes acham que “O francês correto ensinado nas escolas deve ser o francês internacional.” 2200 Québequenses foram entrevistados.

em desenvolvimento, posto que a gramática escrita e a ortografia são as mesmas que na França ou no resto da francofonia: as obras de referências para gramática continuam a ser obras baseadas na norma francesa, apesar de existirem certas diferenças entre a gramática oral usada pelos falantes quebequenses e a norma francesa. Contudo, segundo uma pesquisa conduzida por Davy Bigot, a norma gramatical oral utilizada pelos quebequenses que pertencem à elite social e cultural, quando esses se encontram em situação formal, é a norma prescrita pela gramática francesa de referência, *Le bon usage* de Grevisse-Goose (BIGOT, 2008, p.311). Disso, infere-se que a norma-padrão gramatical corresponde a uma norma objetiva efetivamente encontrada na fala quebequense. Isso leva Bigot a legitimar o ensino dessa norma: “Tudo nos leva a pensar que são as formas prescritas nas gramáticas como *Le bon usage* que devem ser ensinadas, porque essas fazem parte das fórmulas normativas empregadas pelas elites quebequenses em um registro formal”⁶¹ (BIGOT, 2011, p. 14, tradução nossa). Nesse aspecto também parece concordar a população canadense, como demonstra a pesquisa de Maurais feita para a OQLF em 2004 (MAURIS, 2008, p. 22), dado que 88,9% das 2200 pessoas entrevistadas acham que deveria ser usado os mesmos dicionários e gramáticas em toda a francofonia⁶².

Conforme a *Politique linguistique relative aux québécois* da OQLF (1985), que considera necessário levar em conta o contexto socio-cultural dos quebequenses, esforços de padronização foram dedicados à descrição de léxicos representativos do francês quebequense e também ao desenvolvimento de *corpus* terminológico. Tendo como tarefa garantir que o francês se torne, o mais rapidamente possível, a língua das comunicações, do trabalho, do comércio e dos negócios na administração, os primeiros anos de trabalho do OQLF foram dedicados a elaborar vocabulários especializados, dado que, até então, a

⁶¹ “...tout nous porte à croire que ce sont les formes prescrites dans des grammaires telles que *Le bon usage* de Grevisse-Goosse qui doivent être enseignées, puisque celles-ci font partie des tournures normatives employées par les élites québécoises dans un registre soutenu.”

⁶² A pergunta era: “É desejável que usemos as mesmas obras de referência como os dicionários e as gramáticas em toda a francofonia.” [tradução nossa]: *Il est souhaitable que l'on utilise les mêmes ouvrages de référence comme les dictionnaires et les grammaires partout dans la francophonie?*

terminologia inglesa tinha expandido-se e seu uso era generalizado. Grande parte desses trabalhos foram empreendidos nos anos 70 do século passado, nos chamados “*chantiers terminologiques*”, um processo a partir do qual se criaram neologismos para substituir palavras inglesas, e se feminizaram vários títulos e profissões, o que não foi sem resistência por parte de instituições mais conservadoras como a *Académie française* (MOREAU, 1999), mas foram também aceitos neologismos criados no Québec, em particular aqueles que substituem palavras em inglês, como por exemplo *courriel* (*e-mail*) e *pourriel* (*junk mail*), inseridos no Dicionário Larousse, porém, marcados como palavras canadenses.

Paralelamente aos trabalhos da OQLF no campo da terminologia, se publicaram vários dicionários na província: o *Multidictionnaire de la langue française*, dicionário de dificuldades da língua (conta com seis edições desde 1988, Éditions Québec-Amérique); o *Dictionnaire du français plus à l'usage des francophones d'Amérique*, (edição única, 1988, Centre éducatif culturel); o *Dictionnaire québécois d'aujourd'hui* (duas edições, 1992, 1993, Jean-Claude Boulanger); *Dictionnaire québécois-français: pour mieux se comprendre entre francophones* (Lionel Meney, Ed. Guérin, 1999); *Dictionnaire Usito*, (disponível na Internet, 2009, Groupe de recherche Franqus). Contudo, esses dicionários, mais conhecidos pelos linguístas do que pela população em geral, não se beneficiam da popularidade e prestígio dos dicionários franceses como *Le Petit Robert* ou o dicionário *Larousse*, que continuam a serem as referências dominantes no universo francófono. Jean-Claude Boulanger, professor especializado em lexicografia do departamento de línguas da Université Laval (Québec), que dirigiu a publicação do *Dictionnaire québécois d'aujourd'hui*, afirma que: “são dois [*Le Petit Robert* e *Larousse*] monumentos na descrição do francês. Estão na paisagem quebequense, francesa e francófona desde muitos anos (...). São os dois dicionários que dominam a descrição do francês no sentido geral”⁶³ (HARVEY, 2005

⁶³ “Ce sont deux monuments pour ce qui est de la description du français. Ils ont été dans le paysage québécois, français et francophone depuis de nombreuses années! [...] Ce sont les deux dictionnaires qui dominent la description du français au sens général.”

tradução nossa).

O campo da língua falada e da pronúncia, igualmente centrais no debate e a definição do que deve ser considerado como norma-padrão, não possui ainda pleno consenso. A pronúncia é um ponto central no problema de insegurança linguística dos francófonos canadenses porque ainda não está plenamente assumida e vários traços fonéticos do francês canadense são ainda considerados como regionalismos ou desvios do comumente chamado “*bon français*”. Contudo, é reconhecido que o modelo de referência constitui-se naquele difundido pela rede federal de informação *Société Radio-Canada*. Essa rede pública bilingue possui canais de informação rádio, televisão e Internet e o seu equivalente inglês é a *Canadian Broadcasting Corporation* (CBC). A difusora possui edições regionais em francês em cada província canadense, representando assim um modelo pancanadense para a norma falada, com uma pronúncia quase homogênea, pouco marcada pelas características regionais, ainda que possa ser identificada como uma fala canadense.

Sobre o papel da Rádio-Canadá como modelo normativo, Robert Dubuc, terminólogo considerado como “Le père de la terminologie au Québec”⁶⁴ comenta o seguinte:

Pelas circunstâncias e também por sua preocupação pela qualidade que a honra, Rádio-Canadá cumpre um papel de modelo para a língua há muitos anos no Canadá francês. Devemos voltar às origens dessa empresa pública para melhor compreender o fenômeno. Desde sua fundação, em 1936, seus primeiros dirigentes francófonos, nomeadamente Augustin Frigon e Marcel Ouimet, fizeram a escolha linguística que se impôs como a língua das ondas. O modelo escolhido correspondia à língua da elite culta no Canadá francês de então.⁶⁵ (DUBUC, 2001, p.127,

⁶⁴ Université de Montréal, Centre de communications écrites. Disponível em: <<http://www.cce.umontreal.ca/lireconsulter/robertdubuc.htm>>, acessado em: 20/07/2015.

⁶⁵ “Par concours de circonstances et aussi par un souci de qualité qui l’honore, Radio-Canada a longtemps fait figure de modèle de langue au Canada français.

tradução nossa).

O autor explica ainda no que se distingue da fala popular essa fala da elite quebequense, ou norma *culta*:

Este francês se destacaria da fala popular por uma consciência clara dos níveis de língua, uma pronúncia mais curta das vogais, a articulação marcada das consoantes e a despalatalização dos *t* e dos *d*.⁶⁶ (DUBUC, 2001, p.127, tradução nossa).

Comparamos as afirmações de Dubuc com alguns elementos da política atual da Rádio-Canadá (atualizada em 2000), que estipula que, sobre o uso da língua em geral:

(...) O francês utilizado nas ondas da Rádio e da Televisão francesas da Rádio-Canadá (...) é o francês correto em uso no Canadá.

(...) O francês correto em uso no Canadá possui seus traços típicos, suas particularidades lexicais e suas pronúncias regionais.

(...) A Rádio e a Televisão francesa da Rádio-Canadá utilizam, no conjunto de suas programações (...) um francês suscetível de ser entendido e apreciado pelo conjunto dos ouvintes francófonos de todas as regiões canadenses.

(...) A Rádio e a Televisão francesa da Rádio-Canadá utilizam um francês que leva em conta a terminologia norte-americana reconhecida, os sotaques locais assim como outras particularidades linguísticas regionais das regiões

Il faut remonter aux origines de l'entreprise d'État pour comprendre mieux le phénomène. Dès sa fondation en 1936, ses premiers dirigeants francophones, notamment Augustin Frigon et Marcel Ouimet, ont fait le choix linguistique qui s'est imposé comme la langue des ondes. Le modèle choisi correspondait à la langue de l'élite cultivée du Canada français d'alors."

⁶⁶ "Ce français se démarquerait du parler populaire par une conscience nette des niveaux de langue, un resserrement de la prononciation des voyelles, l'articulation franche des consonnes et la dépalatalisation des *d* et *t*."

atendidas.⁶⁷ (RADIO-CANADA, 2000, p. 1, tradução nossa).

Sobre A pronúncia:

(...) A pronúncia utilizada na Rádio e na Televisão francesas da Rádio-Canadá deve se aproximar o máximo possível das pronúncias em uso no resto da francofonia.⁶⁸ (RADIO-CANADA, 2000, p. 1, tradução nossa).

Sobre os anglicismos:

(...) Os anglicismos, barbarismos e impropriedades são proscritas.⁶⁹ RADIO-CANADA, 2000, p. 7, tradução nossa).

Com efeito, a rádio-difusora pretende utilizar uma fala que pode ser identificada como sendo canadense e ao mesmo tempo tenta neutralizar as pronúncias regionais para que a mensagem seja entendida por qualquer francófono do mundo.

Além de representar um modelo para a língua falada padrão, a Rádio-Canadá é também um modelo em todas as esferas da língua no

⁶⁷ “(...) Le français utilisé sur les ondes de la Radio et de la Télévision françaises [...] est le français correct en usage au Canada.

(...) Le français correct en usage au Canada a ses tournures typiques, ses particularités lexicales et ses prononciations régionales.

(...) La Radio et la Télévision françaises de Radio-Canada utilisent, dans l’ensemble de leur programmation (...) un français susceptible d’être compris et apprécié par l’ensemble des auditeurs francophones de toutes les régions canadiennes.

(...) La Radio et la Télévision françaises de Radio-Canada utilisent un français qui tient compte de la terminologie nord-américaine attestée, des accents locaux ainsi que des autres particularités linguistiques des régions qu’elles desservent.”

⁶⁸ “(...) Les prononciations utilisées à la Radio et à la Télévision françaises de Radio Canada doivent se rapprocher le plus possible des prononciations en usage dans le reste de la francophonie.”

⁶⁹ “Les anglicismes, les barbarismes et les impropriétés sont à proscrire.”

que diz respeito ao uso correto (“*Le bon usage*”), e age no papel de agente normativo no Canadá francês. Um comitê de linguistas, cujo mandato era de melhorar a língua nas emissões e reunir materiais necessários para a compilação da terminologia da produção, publicou sete mil fichas pedagógicas sobre gramática e terminologia e também uma revista chamada *C’est-à-dire*. O comitê chegou a obter um reconhecimento internacional e, em 1963, ganhou a *Coupe Émile de Girardin* outorgado pela *Office du vocabulaire français de Paris*, por sua contribuição excepcional a melhorar a qualidade do francês nos meios de comunicação (BIGOT, p. 760).

Atualmente, o comitê encontra-se reduzido por causa de cortes massivos de postos de trabalho ocorridos nos anos noventa do século passado. Para alguns terminólogos como Robert Dubuc, que considera que desde então a qualidade do francês está mais “relaxada”:

“(…) perdem-se cada vez mais os níveis de língua, o popular e o familiar se infiltram em situações de caráter oficial. Novos anglicismos, sobretudo aqueles da moda (*chum, cool, hot, deal* etc.) deslocam termos franceses corretos, enquanto que velhos anglicismos, que pensávamos para sempre desaparecidos, ressurgem”⁷⁰ (DUBUC, 2001, p. 129, tradução nossa).

Essa visão segundo a qual a qualidade da Rádio-Canadá estaria decaindo – Dubuc qualifica o período entre os anos 1960 e 1990 como a idade de ouro da rádio – pode ser interpretada não como um decréscimo da qualidade senão como uma maior segurança linguística e o estabelecimento de uma norma que se aproxima mais da fala culta efetivamente falada no Québec. A opinião de Dubuc apresenta-se como a expressão de um pensamento mais conservador e purista, e parte da população quebequense não parece concordar com suas afirmações de

⁷⁰ “(…) on perd de plus en plus le sens des niveaux de langue, le populaire et le familier s’infiltrent dans des situations de communication à caractère officiel. De nouveaux anglicismes, surtout des anglicismes de mode (*chum, cool, hot, deal, etc.*) déplacent les termes français corrects tandis que les vieux anglicismes, qu’on croyait à jamais occis, refont surface.”

Dubuc. Se tomarmos uma pesquisa realizada no período dos anos 90 sob a direção de Bouchard e Maurais (2001), verificamos que 98% dos quebequenses entrevistados acham que o francês falado na Rádio-Canadá é bom ou excelente⁷¹. Bouchard e Maurais afirmam que a difusora era mais orientada pelo modelo parisiense no seu início, mas evoluiu com os anos e agora a pronúncia está mais próxima dos francófonos canadenses:

...os apresentadores da rádio e da televisão não têm o “sotaque” parisiense, nem o sistema fonológico do dialeto parisiense contemporâneo, senão aquele do quebequense, muito mais próximo do antigo fonetismo parisiense.⁷² (BOUCHARD; MAURIS, p. 112, tradução nossa).

Embora se possa atestar que os apresentadores falem efetivamente com um sotaque quebequense, Bigot opina que seria arriscado basear a norma padrão falada unicamente na fala dos apresentadores, já que esta não representa plenamente o modelo da fala quebequense em situação formal. Os apresentadores geralmente leem as notícias no teleprompter, o que produz uma fala próxima da fala escrita, evitando erros gramaticais e diminuindo a naturalidade (BIGOT, 2010, p. 764). Além disso, a clivagem entre a pronúncia produzida pela leitura em relação à pronúncia natural é consideravelmente grande na fala quebequense, devido à escamotagem das vogais, consoantes e até partículas inteiras, como a que foi descrita anteriormente neste trabalho (ex.: “Je lui ai dit”, que se pronuncia geralmente [ʒ'ie dzi]; “Je suis” que

⁷¹ A entrevista foi realizada em 1998 por telefone com um questionário fechado aplicado a 1591 francófonos e perguntava sobre a qualidade do francês na mídia. A pergunta a respeito da Radio-Canada era “*Diriam que o francês falado nas seguintes estações [Radio-Canada, TVA, Quatre saison, Telequébec] é excelente, bom, ruim ou muito ruim?*” A coleta de dados foi feita pelo *Secretariat a la politique linguistique* (BOUCHARD; MAURIS, 2001, p.112).

⁷² “...les présentateurs de la radio et de la télévision n'ont pas l'accent parisien, ni le système phonologique du dialecte parisien contemporain, mais celui du québécois, beaucoup plus près de l'ancien phonétisme parisien.”

se pronuncia geralmente [ʃy], ou num registro mais culto [ʒ'syi]; “Il est sur la table” que se pronuncia geralmente [ye s'a: tab]. Segundo Bigot, a norma-padrão estaria mais perto da fala culta da elite quebequense do que do francês internacional empregado pelos leitores de notícias da Rádio-Canadá.

Os defensores da norma exógena no Québec são reticentes quanto a se afastar da norma internacional, e o argumento costuma ser o de que a pluralidade de normas conduz a uma “babelização da língua”, isto é, a isolar-se linguisticamente, portanto, levando à fragmentação da língua. Dessa forma, o vocabulário pode variar, mas ao se modificarem as funções sintáticas, surge o perigo de se criar uma língua paralela, e isso ameaçaria a força da língua no mundo. Poder-se-ia, de outra forma, fazer o mesmo que no caso do português brasileiro e criar uma norma endógena, independentemente da França. Entretanto, pode-se ver no caso brasileiro que tal solução não resolve o problema interno da grande distância entre a norma culta/*standard* e a norma popular, assim como não resolve a dificuldade para dominar essa norma tanto na fala, quanto na escrita, arriscando-se a uma guerra linguística, ao mesmo tempo, interna e com a França, o que deixaria o Québec isolado.

3.2.2 A padronização do francês no Canadá dentro do espaço pluricêntrico da francofonia

Vemos como ainda persiste o problema de definição do que é a norma padrão do Québec e o desacordo entre linguistas. Mas a posição do Estado Quebequense segue a mesma: a norma a seguir deve ser um francês internacional, com flexibilidade no léxico e na pronúncia para refletir a realidade cultural local. Antes de ampliar a análise do francês quebequense para o espaço pluricêntrico da francofonia, olhamos para a situação do francês canadense fora de província do Québec, para o qual podemos fazer as seguintes perguntas: *Existe só um centro normativo no espaço francófono canadense? Quem dita a norma-padrão na francofonia canadense?* Essas perguntas ganham importância, pois como afirma Pöll em sua obra *Le français, langue pluricentrique?*, o centro normativo apesar de ser muitas vezes associado a um Estado independente, não é necessariamente relacionado com ele, porém é

associado com um “grupo humano, geralmente bastante vasto, que se caracteriza pela consciência da sua unidade e a vontade de viver em comunidade e que vive efetivamente num quadro legal”⁷³ (PÖLL, 2005, p. 20 *apud* CHALIER, p. 17, tradução nossa). Assim, poder-se-ia afirmar que o Québec constitui um centro normativo, mas ainda deve-se confirmar se é efetivamente o centro normativo para toda a francofonia canadense.

Dos mais de sete milhões de francófonos no Canadá, mais de seis milhões moram na província do Québec⁷⁴. O quase outro um milhão forma comunidades minoritárias no resto do país, 77% dos quais estão repartidos entre as províncias de Ontário e Nouveau-Brunswick. O francês do Québec é, muitas vezes, identificado como variedade nacional (LÜDI, 1992, p. 158) e em termos de política e planificação linguística, é considerado como um modelo no espaço canadense. No entanto, existem variedades distintas na francofonia canadense, em particular, destaca-se a variedade acadiana (*acadien*), falada pelas pessoas que formam uma comunidade francófona repartida entre as províncias de Nouveau-Brunswick, Nouvelle-Écosse e Ile-du-Prince-Edouard, formando uma região chamada *L'Acadie*. Historicamente, o acadiano se constituiu como uma variedade distinta do resto da francofonia canadense e se desenvolveu de maneira paralela. Como a Acadie é repartida entre três províncias, dificulta o estabelecimento de uma política linguística comum. Contudo, certa codificação lexical existe e podemos citar ao menos dois dicionários de léxico acadiano: *Le Dictionnaire du français acadien*, por Yves Cormier (Éditions Fides, 1999) e *Le Glossaire Acadien*, de Pascale Poirier (Editions Pierre Guérin, 1994). Sobre o assunto, Gabrielle Saint-Yves, especialista da metalexigrafia da Université Laval se interessou pela polêmica que provocou a publicação de dicionários quebequenses e o impacto sobre as

⁷³ “(...) groupe humain, généralement assez vaste, qui se caractérise par la conscience de son unité et la volonté de vivre en commun et qui vit effectivement en commun dans un cadre légal.”

⁷⁴ Falantes do francês como língua materna no Canadá: 7.300,000 (22% da população canadense); no Québec: 6.231,600; em outras províncias: 1.067,000. (Statistiques Canada, recensement 2011). Disponível em:

<https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2011/as-sa/98-314-x/98-314-x2011003_1-fra.cfm>, acessado em: 20/07/2015.

comunidades francófonas minoritárias fora do Québec:

Este debate linguístico que assola desde o início dos anos 1980 (provocado pela publicação do *Dictionnaire de la langue québécoise* por Léandre Bergeron) não dedicou ainda todo o espaço que deveria aos problemas da língua das minorias francófonas fora do Québec, entre outros, o que diz respeito à recepção e à funcionalidade social, pedagógica e cultural de um dicionário feito no Québec e que é chamado a ser utilizado em outras partes do Canadá e nos Estados Unidos. Não poderiam os lexicógrafos quebequenses escutar a voz das minorias francófonas do continente norte-americano?⁷⁵ (SAINT-YVES, 1996, p. [?], tradução nossa).

Saint-Yves analisou dois dicionários quebequenses: o *Dictionnaire français plus* (1988) e o *Dictionnaire québécois d'aujourd'hui* (1992), e três dicionários impressos na França, *Le nouveau Petit Robert* (1993), *Dictionnaire Hachette encyclopédique* (1994) e *Petit Larousse* (1993), concluindo o seguinte:

Nos damos conta, após essa análise, que a realidade acadêmica ocupa um espaço maior nos novos dicionários quebequenses do que nos dicionários franceses que examinamos. Apesar disso, o francês acadiano e as referências à Acadie, implícitas ou explícitas, são complementárias à descrição de outra realidade linguística e cultural, no caso a do Québec. Dos

⁷⁵ “Ce débat linguistique, qui fait rage depuis le début des années 1980 (suscité par la parution du *Dictionnaire de la langue québécoise*, de Léandre Bergeron), n'a pas encore fait toute la place qu'il faudrait aux problèmes langagiers des minorités francophones hors Québec, notamment en ce qui a trait à la réception et à la fonctionnalité sociale, pédagogique et culturelle d'un dictionnaire fait au Québec et qui est appelé à être utilisé ailleurs au Canada et aux États-Unis. Les lexicographes québécois peuvent-ils ne pas écouter la voix des minorités francophones du continent nord-américain?”

dois dicionários examinados, o *Dictionnaire français plus* é aquele que vai mais longe neste plano; podemos até dizer que esse dicionário abre um caminho interessante neste aspecto, contudo insuficiente para os utilizadores acadianos.⁷⁶ (SAINT-YVES, 1996, p. [?], tradução nossa).

A minguada autonomia normativa do francês canadense, que se expressa principalmente na codificação lexical e, até certo ponto, na pronúncia, é liderada, como vemos, pela província do Québec, no entanto, não há consenso sobre as publicações de dicionários quebequenses porque existe ao menos uma comunidade linguística que se identifica como distint, que são os acadianos detentores de uma forte identidade como nação, a qual se expressa na sua variedade linguística. Evidentemente os acadianos não estão no mesmo nível de desenvolvimento de uma norma própria, mas a discussão sobre essa norma eventual existe e como nosso estudo trata de analisar a gestão e padronização do francês canadense não podemos deixar de lado as perspectivas das minorias francófonas morando fora da província do Québec, tampouco pretender uma norma-padrão canadense sob uma perspectiva unicamente quebequense. Assim, torna-se necessário levar em consideração o léxico das outras comunidades francófonas canadenses se se for desenvolver uma política linguística francófona de âmbito federal.

Isto nos leva a falar da unicidade normativa do francês como um todo. Já foi exposto o debate dos *amenagistas* (relativo à política canadense de *aménagement* das línguas), geralmente associados com uma norma endógena, e dos *internacionalistas*, associados com uma

⁷⁶ “On se rend compte, au terme de cette analyse, que la réalité acadienne occupe une place plus importante dans les nouveaux dictionnaires québécois que dans les dictionnaires français que nous avons examinés sous le point 1. Il reste que le français acadien et les références à l'Acadie, implicites ou explicites, demeurent complémentaires à la description d'une autre réalité linguistique et culturelle, à savoir celle du Québec. Des deux dictionnaires québécois examinés, le DFP est celui qui va le plus loin sur ce plan; on peut même dire que ce dictionnaire ouvre une voie intéressante à cet égard, mais malgré tout insuffisante pour les utilisateurs acadiens.”

norma exógena. Nos perguntamos se pensar na unicidade do francês, ou num francês internacional, obrigatoriamente significa, para uma variedade como a quebequense, se conformar com um modelo exógeno, e mesmo que não haja dúvida de que a França ainda seja um centro gravitacional para a normatização, acreditamos que a tendência está em direção a um equilíbrio progressivo com outros centros que costumam ser chamados de “periféricos”. É a posição da linguísta Marie-Louise Moreau:

Durante muito tempo, as gramáticas, os manuais de pronúncia e os dicionários de francês se centraram unicamente nos usos da “boa sociedade cultivada da região parisiense”, ignorando os casos regionais franceses e as práticas extra-hexagonais. O francês só podia ser considerado como geral se correspondesse pelo menos ao seu uso na França. E era, além disso, a norma que prevalecia, em todo caso na escrita, nos contextos pedagógicos. Entretanto, diferentes iniciativas no curso desse último quarto de século indicam que as mentalidades evoluem e estamos, sem dúvida, em uma virada.⁷⁷ (MOREAU, 1997, p. [?], tradução nossa).

Proporemos agora nos deter na ação das instituições normativas que possuem influência na francofonia, a colaboração internacional entre agentes normativos e o campo no qual atuam, com o objetivo de destacar se a tendência está de fato na abertura de uma gestão das normas efetivamente mais equilibrada entre os centros normativos.

⁷⁷ “Pendant très longtemps, les grammaires, les guides de prononciation et les dictionnaires du français se sont centrés sur le seul usage de la « bonne société cultivée de la région parisienne », et ont ignoré les faits régionaux français et les pratiques extra-hexagonales. Le français ne pouvait être considéré comme général que s'il correspondait au moins à l'usage de la France. Et c'était d'ailleurs la norme qui prévalait, en tout cas pour l'écrit, dans les contextes pédagogiques. Mais différentes initiatives, au cours de ce dernier quart du siècle, indiquent que les mentalités évoluent et qu'on est sans doute à un tournant.”

A começar com a colaboração no campo do léxico e da terminologia, que parecem ser as áreas de maior colaboração internacional, o *Office québécois de la langue française* mantém desde muitos anos já uma relação de cooperação com outros organismos linguísticos que representam estados francófonos, e isso permite uma padronização terminológica internacional. A província do Québec possui influência neste campo, já que, por sua situação minoritária dentro de um território principalmente inglês, ela deve ser sempre proativa para lutar contra a invasão dos termos. A OQLF é membro do *Réseau international francophone d'aménagement linguistique* (RIFAL). Essa rede agrupa várias instituições de vocação linguística que são mandatárias oficiais de seus governos. Participam atualmente instituições de vinte e um Estados, dos quais quatorze são africanos. O RIFAL trabalha na realização das políticas linguísticas da *Agence intergouvernementale de la francophonie* (AIF),⁷⁸ operador principal da *Organisation internationale de la francophonie*. Um dos seus objetivos é o acordo no domínio da terminologia e neologia e favorecer o trabalho cooperativo e integrado. O RIFAL é aberto a todos os Estados membros da *Agence intergouvernementale de la francophonie*. A OQLF colabora também com redes da União Latina, que agrupa: a *Rede pan-latina de terminologia* (REALITER), da qual participam instituições que representam sete línguas romanas; a *Rede de intercâmbios e de trabalho no domínio da terminologia* (RITERM); e participa também nos trabalhos da *Organização internacional para a padronização* (ISO) no domínio da terminologia.

O *Conseil international de la langue française*, igualmente

⁷⁸ A *Agence intergouvernementale de la francophonie* (AIF) possui 54 membros, a saber: Albânia, Bélgica, Bénin, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Camarões, Canadá, Canadá-Nouveau-Brunswick, Canadá-Québec, Cabo Verde, República Centro-Africana, Communauté française de Belgique, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Dominique, Egito, França, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Laos, Libano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Madagascar, Mali, Marrocos, Ilhas Maurício, Mauritânia, Moldávia, Mônaco, Níger, Polônia, República Tcheca, Romênia, Ruanda, Sainte-Lucie, São Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Seychelles, Eslovênia, Suíça, Chade, Togo, Tunísia, Vanuatu e Vietnam.

membro do RIFAL é um organismo francês com sede em Paris. O *Conseil* atua no campo da terminologia, lexicologia, ortografia e gramática, publica vários dicionários especializados (nas áreas de medicina, indústria, aeronáutica etc.). O seu objetivo consiste em “(...) enriquecer a língua francesa e favorecer seu desenvolvimento, realizando a gestão os recursos da língua francesa e da francofonia e organizando a comunicação com as outras línguas”⁷⁹ (tradução nossa). Conta com 800 membros de vários países, assim como linguistas e personalidades da francofonia.

No âmbito do léxico, devemos mencionar o projeto *Base de données lexicographiques panfrancophones*⁸⁰ (BDLP). Esse projeto de envergadura internacional é disponível desde 2004 na Internet e constitui uma base lexical que reúne os vocabulários de vinte países. Os vocábulos estão classificados por regiões como a Acadie, Luisiana, Québec e as Antilhas⁸¹. A base de dados serve como complemento ao projeto *Trésor de la langue française informatisé*, versão eletrônica de um ambicioso dicionário dos vocabulários da francofonia que comporta dezesseis volumes, projeto que foi empreendido nos anos 1980 pelo lexicólogo francês, Bernard Quemada. O dicionário é concebido de maneira que o seu *corpus* pode ser consultado por região ou como um *corpus* único, sendo a região onde a palavra é usada identificada. Comporta também a transcrição fonética e algumas palavras gravadas, podendo-se ouvir a pronúncia. O BDLP é realizado com o apoio da *Agence universitaire de la Francophonie*, associação de oitocentas instituições localizadas em cem países, com o objetivo de promover a produção de conhecimento científico em francês. Além disso, o BDLP foi financiado pela *Secrétariat à la Politique Linguistique du Québec* e contou com a colaboração de especialistas de todos os países

⁷⁹ “(...) enrichir la langue française et de favoriser son rayonnement en gérant les ressources de la langue française et de la francophonie et en organisant la communication avec les autres langues”. Disponível em: <<http://www.cilf.org/ens.fr.html>>, acessado em: 20/07/2015.

⁸⁰ Cf. <<http://www.bdlp.org/>>.

⁸¹ Acadie, Camarões, Luisiana, Québec, Argélia, República da África-Central, Madagascar, Ilhas Reunião, Antilhas, Congo-Brazzaville, Marrocos, Ruanda, Bélgica, Costa do Marfim, Ilhas Maurício, Suíça, Burundi, França, Nova Caledônia e Chade.

representados. Atualmente, a base de dados ainda continua sendo ampliada. Claude Poirier, diretor do *Trésor de la langue française* para o Québec, diz sobre este projeto:

O principal aporte da BDLP será justamente de ilustrar a diversidade da língua francesa tal como ela é falada nas regiões da francofonia, sua grande capacidade de adaptação e a vitalidade dos seus recursos internos. Sem renegar o modelo linguístico associado ao prestígio da civilização francesa, importa estar atento ao mundo de hoje, o qual dá muita importância à dimensão comunitária da língua. Desde alguns anos, percebemos um entusiasmo que se eleva, numa escala internacional, para as produções literárias e artísticas na língua francesa e que traduz as identidades francófonas diferentes daquela que sempre foi a preferida aos demais.⁸² (POIRIER, 2005, p. 502, tradução nossa).

Ressalta ainda que dicionários franceses como *Le Petit Larousse* e *Le Petit Robert* estão mais abertos hoje a aceitarem a entrada de léxico “*hors France*”. Em 2005, havia quatrocentas entradas do Québec, e aproximadamente o mesmo número de entradas para o belga e o suíço. Contudo, o vocabulário da África está pouco representado, estando os dezessete países todos reunidos sob a etiqueta “francês da África”. Ao contrário, no BDLP, cada país tem sua própria base de dados. (POIRIER, 2005, p. 508)

Como podemos ver, o campo do léxico comum e da

⁸² “Le principal apport de la BDLP sera justement d’illustrer la diversité de la langue française telle qu’elle est parlée dans les régions de la francophonie, sa grande capacité d’adaptation et la vitalité de ses ressources internes. Sans renier le modèle linguistique qui est associé au prestige de la civilisation française, il importe d’être à l’écoute du monde d’aujourd’hui, qui attache beaucoup de prix à la dimension communautaire de la langue. Depuis quelques années, on note un engouement soutenu, à l’échelle internationale, pour les productions littéraires et artistiques en langue française traduisant des identités francophones différentes de celle qui a été de tout temps préférée aux autres.”

terminologia são áreas dinâmicas, cujo enriquecimento é conduzido de maneira cooperativa e por meio da busca de um consenso entre os países membros das várias associações e redes internacionais criadas para a promoção do francês, ou com objetivos técnicos, como no caso da terminologia. Do lado da ortografia e da gramática na normatização linguística no Québec, vemos o que afirma Guy Rondo:

(...) suas intervenções se concentram menos sobre a língua em geral do que sobre as línguas de especialidades e, de maneira geral, isso não ocorre sobre todos os componentes linguísticos (gramática, morfosintaxe, fonética), mas sobre o componente lexical das línguas de especialidade.⁸³ (RONDO, 1983, tradução nossa).

O francês possui uma ortografia bastante estável e unificada. Esta estabilidade e unificação comporta a vantagem de evitar as dificuldades que pode ocasionar uma ortografia bi-normativa, como foi o caso do português durante vários anos, em que *concordar* foi uma tarefa difícil pelo fato de que as pronúncias portuguesa e brasileira diferem para certas palavras, e cada um desejou que a grafia fosse a mais representativa de sua pronúncia. A ortografia do francês, apesar de ser unificada, é pouco transparente, e a aprendizagem é laboriosa na escola porque muitas palavras não refletem a pronúncia. Isso se deve ao fato de que se privilegiou uma ortografia etimológica ao invés de fonética, como no resto das línguas românicas. No curso das reformas da ortografia, ocorreram várias tentativas de fazer reformas profundas para reduzir o problema das grafias etimológicas, porém essas foram todas recusadas pela *Académie française*. Um relatório preparado por uma comissão convocada pelo Ministro da Instrução Pública da França foi apresentado à *Académie* em 1904, no qual eram propostas várias simplificações para palavras com consoantes e palavras etimológicas, entre outras modificações. A *Académie* se opôs a tais propostas com o

⁸³ “(...) ses interventions portent moins sur la langue générale que sur les langues de spécialité et, de façon générale, non pas sur toutes les composantes linguistiques (grammaire, morphosyntaxe, phonétique), mais sur la composante lexicale des langues de spécialité.”

argumento simples, mas incisivo de que *para* ela era muito importante manter as formas etimológicas (GIOVANOLI, 2006, p. 14).

A última reforma da ortografia em 1990, ainda que não tenha sido uma reforma profunda, afetou principalmente certos acentos, palavras compostas e plurais de palavras compostas. Não se trata, no entanto, de uma reforma com poder coercitivo, mas são recomendações, que se encontram em processo de adaptação por um prazo indefinido. Desse modo, ainda permite-se o uso da antiga ortografia e da nova, e podem coexistir as duas grafias num mesmo texto. A reforma foi um projeto proposto pela França, sendo o primeiro-ministro francês Michel Rocard responsável na ocasião pela criação do *Conseil supérieur de la langue française* em 1989, cuja missão era propor retificações ortográficas (OFLQ, 2002). O Conselho formou um comitê de especialistas compostos de linguistas franceses, e as recomendações foram aprovadas pela *Académie française*, pelo *Conseil de la langue française do Québec* e pelo *Conseil de la langue française de la Communauté française de Belgique*. O texto publicado no dia 6 de dezembro no *Journal officiel de la République française* e que anunciava a reforma, não menciona a colaboração ou participação de outras instituições que representam a francofonia (CONSEIL SUPERIEUR DE LA LANGUE FRANÇAISE, 1990).

Esse exemplo mostra que não existe a mesma forma de colaboração como no campo do léxico: a reforma foi principalmente conduzida por um organismo francês e, dado a autoridade da *Académie* e do seu prestigioso dicionário, a perspectiva de uma verdadeira reforma que atacaria os problemas da ortografia do francês “a fundo” não surge no horizonte próximo, refletindo o domínio conservador da ortografia, como se a preservação da complexidade da ortografia francesa lhe assegurasse mais prestígio. Além disso, aquela reforma teria suscitado certa polêmica entre posições mais conservadoras, presentes tanto no Québec como na França – e, seguramente, nos demais países também –, que afirmam que a reforma de 1990 foi um nivelamento para baixo e um “empobrecimento intelectual”, enquanto outros acreditam que se tratou simplesmente de uma adaptação necessária à evolução da língua falada⁸⁴.

⁸⁴ Sobre a polêmica, ver o artigo “Pour la réforme de l’orthographe” do jornal

Uma iniciativa que nos parece progressista no campo da gramática consiste em uma proposta de reformar a regra sobre o acordo do particípio passado. Em francês, esta regra é um dos grandes desafios para os estudantes, que aprendem com dificuldade por causa das exceções, da posição do auxiliar, além da pronúncia, que não reflete o acordo. O *Conseil international de la langue française*, do qual André Goosse é o seu atual presidente (estamos no ano de 2015), e o grupo EROFA, *Études pour une rationalisation de l'orthographe française*, associação independente situada na França que faz pesquisa sobre simplificação da ortografia, estaria preparando uma proposição de mudança dessas regras com o objetivo de simplificá-las. A proposição deve ser apresentada às instâncias da *Organisation internationale de la francophonie*, a saber: o *Sommet des Chefs d'État et de gouvernement*, *Conférence ministérielle de la Francophonie*, *Conseil permanent de la Francophonie* (CPF) e demais autoridades governamentais⁸⁵. A reforma não propõe renegar a norma oficial, mas abrir um espaço de maior liberdade para os utilizadores⁸⁶. Inclusive, até pouco tempo atrás o projeto encontrava-se aberto para voto popular em uma página na Internet. Ainda não se sabe se a reforma será futuramente aceita, no entanto, vemos que é uma iniciativa europeia e que a consulta é pública, ou seja, aberta a quem quiser votar.

Para concluir esta seção sobre o francês canadense no espaço pluricêntrico da francofonia, poderíamos excogitar que, de um ponto de vista monocentrista, a pluricentricidade das normas linguísticas pode representar uma ameaça à unidade da língua e uma fragmentação ou “crioulização” desta. É o que temem algumas instituições conservadoras como a *Académie française*. Tal resistência por parte de instituições normativas é compreensível já que o seu papel não é o de descrever a língua atualmente usada, mas ditar o seu uso. Por outro lado, o prestígio da língua francesa residiria no fato de ela ser considerada como uma

quebequense *Le Devoir*, publicado no dia 7 de dezembro, 2009, e o artigo “Le française n’est pas sacré.”, do jornal francês *Le Figaro*, publicado no dia 5 de janeiro de 2010.

⁸⁵ Aqui não está claro se estas instâncias são exclusivamente francesas.

⁸⁶ A proposição se encontra disponível em:

<www.reformeduparticipape.com>, acessado em: 20/07/2015.

língua extremamente regulada, rígida e imutável, cujos detentores das chaves que autorizam reformas normativas são, por exemplo, a elite que forma a legendaria *Academia*. No entanto, deve-se mencionar a sua recente aceitação de um escritor canadense de origem haitiana, Dany Laferriere, o que, no mínimo, indica uma vontade de maior colaboração com a francofonia fora de França. Como diz Moreau (1999), a francofonia não pertence à França, e tomar um caminho democrático e inclusivo é o que pode permitir ao francês continuar a ser uma língua viva.

Esse *ownership* que a França, ao longo da história, defende sobre a língua também pode ser relacionado com a concepção de que a língua *standard* corresponde a um sinônimo de *língua nacional* (LÜDI, 1992, p. 167) – com efeito, a língua é um componente essencial na formação dos Estados nacionais. Contudo, no mundo globalizado, as línguas passam a ser uma mercadoria que se superpõe às fronteiras, e na sua posição como língua supercentral, porém ameaçada pela hegemonia do Inglês, a língua francesa faz por bem em encontrar estratégias para manter sua posição como uma língua veicular ao lado do inglês. Como afirma o linguista suíço Georges Lüdi:

dado que, dominados como estão, os falantes do francês devem permanecer juntos e que a França, está claro, não mais deseja (ou tem capacidade) de impôr sua norma, a solução lógica reside na colaboração e negociação internacional.⁸⁷ (LÜDI, 1992, p. 170, tradução nossa).

Esta afirmação, com a qual concordamos plenamente, nos leva, no entanto, a nos perguntar o seguinte: *até que ponto as normas linguísticas devem ser pluricêntricas e se a pluricentricidade pode ou deve ocorrer de maneira uniforme em todas as áreas que a língua é normatizada, ou seja, a ortografia, a gramática, o léxico comum, a terminologia e a pronúncia?* Essas perguntas estão no centro do problema da padronização de um francês verdadeiramente internacional,

⁸⁷ “In view of the fact that, dominated as they are, the speakers of French must stick together, and that France is evidently no longer willing (or able) to impose its norm, the logical issue lies in international collaboration and negotiation.”

e com certeza resultam em tensões entre os centros normativos. De certa forma, Corbeil responde, em parte, a elas dizendo que “é de grande interesse compreender o fenómeno da regulação, porque ele explica como a variação e a uniformização linguística podem se manifestar ao mesmo tempo no mesmo grupo, sem que tenha conflito ou contradição [...]” (CORBEIL, 2007, p. 405, tradução nossa)⁸⁸.

3.2.3 A política linguística e a gestão da norma linguística no Brasil

A política linguística no Brasil pode se dividir, em termos gerais, em seis tópicos: 1) a língua oficial do Estado e sua gestão; 2) a gestão das comunidades bilíngues e plurilíngues; 3) a gestão das minorias linguísticas; 4) o Estado e o ensino da Língua Portuguesa como língua materna; 5) a atuação das universidades brasileiras nas questões da pesquisa; 6) ensino da Língua Portuguesa e o ensino das línguas estrangeiras (CASTILHO, 2010, p. 3). Deteremos a nossa atenção no aspecto da gestão da norma, mas não podemos ignorar a questão da oficialização da língua portuguesa no Brasil como língua do Estado e do ensino, pois essa teve um importante impacto sobre o multilinguismo original no Brasil, sendo que em nome da unificação linguística, o Estado português e depois o Estado brasileiro realizaram ações repressivas para homogenizar a língua em detrimento de línguas indígenas e africanas, também, de línguas de origens europeias.

Em 1758, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro português, criou a primeira lei sobre o idioma no Brasil, ao estabelecer a língua portuguesa como idioma oficial da colônia. Com a lei chamada *Diretório dos Índios*, Marquês de Pombal quis legislar sobre a vida dos indígenas e “civilizá-los”, o que se realizou através da imposição unilateral da língua portuguesa no Brasil e conseqüente desaparecimento das línguas gerais (OLIVEIRA, 2009, p. 2). Em outro momento, mais recentemente, no governo do Estado Novo (em particular entre 1941 e

⁸⁸“Il y a donc grand intérêt à comprendre le phénomène de la régulation, puisqu'il explique comment la variation et l'uniformisation linguistique peuvent se manifester en même temps dans le même groupe, sans qu'il y ait conflit ou contradiction [...]”.

1945) o Estado brasileiro foi altamente repressivo contra comunidades descendentes de imigrantes que falavam italiano ou alemão, particularmente nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi proibido que outras línguas além do português fossem faladas através do conceito jurídico de “crime idiomático” (OLIVEIRA, 2009, p. 2). Assim, atribuir o estatuto oficial à uma língua pode proteger essa língua e seus falantes, mas no caso brasileiro, tiveram momentos em que isso também serviu como um instrumento usado contra o plurilinguismo.

Sobre planificação linguística, afirma Enilde Faulstich que “a planificação é regulamentada pela disposições jurídicas que, em matéria de língua, acabam por se constituir em um conjunto de regras legisladoras” (1998, p. 248). Essas disposições legais que tratam principalmente da oficialização da língua portuguesa no Estado brasileiro, estipulam que a língua de ensino deve ser o português, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas (Lei 9.394 de 1996, de Darcy Ribeiro). Um fato peculiar é que o governo brasileiro usou também a legislação como instrumento para a normatização da ortografia, no entanto, essas leis mostram uma instabilidade e refletem os acordos e desacordos nos esforços de estabelecer uma ortografia comum com Portugal. O percurso legislativo sobre ortografia no Brasil pode se resumir assim (FAULSTICH, 1998):

1931 – No governo provisório de Getúlio Vargas, aparece a primeira lei sobre reforma ortográfica, que dispõe sobre ortografia simplificada nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.

1945 – No governo de Gaspar Dutra, um decreto regulamenta o Acordo Ortográfico para a unidade da língua portuguesa.

1955 – O governo interino de João Café Filho reestabelece o sistema ortográfico do *Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa*, organizado pela Academia Brasileira de Letras, e revoga o Decreto de 1945.

1971 – No governo de Emílio Medici, durante a Ditadura Civil-militar (1964-1985), entra em vigor a lei que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa.

1995 – No governo do Fernando Henrique Cardoso, o Senado Federal

aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Apesar da ortografia ser legislada pelo governo brasileiro, este intervém pouco nas outras áreas da codificação linguística e até o momento não há um órgão federal responsável para a política linguística. Assim, a questão da padronização linguística no Brasil encontra-se principalmente na mão de iniciativas privadas, ou não-governamentais, das quais uma das mais antigas é a Academia Brasileira de Letras, instituição cultural privada que foi fundada em 1897 seguindo o modelo da *Académie française* e teve como primeiro presidente o escritor brasileiro Machado de Assis.

A instituição trabalhou nas reformas da ortografia brasileira em colaboração com a Academia de Ciências de Lisboa. Entre suas publicações, com edição própria, temos o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (quinta edição, 2009) um *Dicionário Onomástico* (primeira edição 1999), e mais recentemente estava-se trabalhando em um *Dicionário de Língua Portuguesa*. Apesar do cunho notadamente elitista e conservador, a Academia possui no Brasil e na lusofonia uma influência como agente normativo e, ainda que não seja parte do Estado brasileiro, possui um vínculo com este, possuindo uma autoridade simbólica e efetiva, assumindo o papel de ator principal junto à Academia de Ciências de Lisboa na elaboração do Novo Acordo Ortográfico, assinado em 1990, da qual é também signatária. A Academia é criticada, entre outras, pelas escolhas dos membros “imortais”, escolhas baseadas em critérios questionáveis sobre obras pouco unânimes (que levaram à “imortalização” ex-presidentes e mesmo um cirurgião plástico neófitos) em detrimento de escritores ou linguístas brasileiros com maior reconhecimento público no campo das Letras, da literatura e áreas afins. Contudo, a Academia possui função significativa como representante do Brasil nas relações diplomáticas com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

De fato, vem de longe a não existência de um consenso entre os agentes normativos sobre em que consiste a *norma culta brasileira* – aliás, por si mesma, bastante heterogênea –, e há divergências entre dicionários e gramáticas sobre o que seria “culto” ou “adequado” ou “não adequado”. A cada publicação dessas obras ganha-se, de um lado

ou de outro, uma força política na qual jogos de poder e influência cindem o país entre uma corrente conservadora, geralmente promovida pela grande mídia, com a intervenção de gramáticos e jornalistas famosos, e uma corrente progressista, liderada principalmente por linguistas. Entre tantos desses linguistas, podemos destacar Carlos Alberto Faraco, que discute tal polêmica e denuncia a tradição purista, a qual remete julgamentos condenatórios sobre formas em uso no Brasil. Faraco atribuiu à norma conservadora e purista o nome de “norma curta” em vez de “norma culta” (FARACO, 2011, p. 269), no sentido de que encurta, reduz a riqueza da língua com sua rigidez. Faraco considera que nas publicações brasileiras existem os “bons instrumentos normativos”, que são feitos por autores com sólida formação e prática filológica ou linguística e que oferecem uma descrição o mais objetiva possível da língua em uso, e as obras que são difusoras da norma “curta”, que usam um tom autoritário, condenatório e ditam uma norma desconectada da realidade linguística brasileira, herdeira da tradição purista que tomou força no final do século XIX. São estas últimas obras, explica ele, que têm mais sucesso social e que são tomadas como referência para a elaboração de boa parte das provas de português, de vestibulares e de concursos públicos, para a elaboração de manuais da imprensa, revisores e também são usadas por muitos professores como referência para o ensino.

Entre as obras que são consideradas como referências importantes estão, por exemplo a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2013, 6ª ed.), de Celso Cunha e Lindley Cintra, publicada pela primeira vez em 1984 em Portugal e 1985 no Brasil. Essa gramática, fruto de constantes reflexões críticas sobre as variantes do português europeu e brasileiro, prometia mudar o significado corrente de norma, de correto e de incorreto, porém, a obra se mantém como a gramática tradicional da língua, embora presente, em seu conteúdo, aspectos de teoria linguística (FAULSTICH, 1998, p. 255). O afamado *Dicionário Aurélio* (2010, 8ª ed.), de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, publicado pela primeira vez em 1975, fixava a utilização de uma norma própria do português do Brasil. Ao ser considerado como o “*standard*” do português sul-americano que passará a prevalecer em todos os meios de comunicação, essa obra dará os passos definitivos para a normalização da língua portuguesa no Brasil (FAULSTICH,

1998, p. 255). Destacamos ainda o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Instituto Antônio Houaiss, terceira edição, 2009), que inclui léxico das línguas portuguesas brasileira, portuguesa, africana e asiática; o *Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Cândido Jucá; a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima; e o *Guia de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves. Esses livros, segundo Faraco:

Nossos bons instrumentos tendem a ser conservadores, mas têm se mostrado sensíveis ao uso efetivo dos falantes. Por isso, eles tendem a acolher os fenômenos que são ou vão se tornando correntes na nossa norma culta/corrente/standard (FARACO, 2009, p.95).

Obras mais conservadoras e prescritivas seriam o *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* (Eduardo Martins), *Gramática Metódica* (Napoleão Mendes de Almeida). Esse tipo de obra não está aberto a admitir as inovações do português brasileiro moderno.

Já há muitos anos, os linguistas têm discutido o problema da norma-padrão escrita brasileira, principalmente a norma gramatical, que ainda não reflete o que seria o *português brasileiro*. Várias estruturas gramaticais escritas são utilizadas na língua escrita e falada em Portugal, mas as mesmas nem sempre podem ser observadas na língua falada no Brasil. Isso se deve ao fato de que no século XIX e por boa parte do século XX, a norma portuguesa foi seguida de perto na educação, com gramáticas prescritivas baseadas num modelo português. Foi só recentemente que as gramáticas prescritivas começaram a reconhecer a realidade brasileira. Como exemplo, temos o reconhecimento e aceitação de que a posição do pronome objeto com relação ao verbo é diferente no Brasil e em Portugal. Essa diferença apareceu nas gramáticas só a partir dos anos 70, como na gramática de Cunha, de 1978 (BAXTER, 1992, p. 20). Contudo, ainda hoje, vários linguistas acreditam que a gramática escrita precisa ser atualizada. É a opinião de autores como Rosa Mattos e Silva (1988), Dante Lucchesi (2002), Marcos Bagno (2012), Carlos Alberto Faraco (2009), Maria Eugênia Duarte (2012), dentre outros.

Faraco (2009), com efeito, pergunta se seria mesmo necessário estabelecer uma nova norma padrão ou se não se deveria somente conceder uma maior flexibilidade aos usos: “Não bastaria deixar que as variedades cultas/comuns/standards sejam nossa referência? Ou, em outras palavras, não bastaria deixar que o normal culto seja o normativo para a fala e para a escrita cultas?” (FARACO, 2009, p. 84). O autor apresenta os exemplos seguintes:

1. Certas regências verbais (*obedecer o princípio constitucional* ou *obedecer ao princípio constitucional?*); ou, de fato, tanto faz?
2. Certas concordâncias verbais (*aluga-se casas* ou *alugam-se casas?*); ou, de fato, tanto faz?
3. O uso dos pronomes *lhe* como objeto direto da segunda pessoa ou só como objeto indireto? *Te e teu* combinando como o pronome *você* ou só com o pronome *tu*? *Ele* só como sujeito ou também como objeto direto? Ou, de fato, tanto faz? (FARACO, 2009, p. 84).

Esses exemplos são só alguns das numerosas construções usadas na norma culta falada mas que ainda não são aceitas nas gramáticas, ou em algumas, sim, em outras, não; imprecisão – ou indecisão – que alimenta o debate nacional.

No que diz respeito a um modelo padrão de fala, diz Castilho:

Até a primeira metade do século passado, moções aprovadas em congressos apontaram uma variedade regional, o falar carioca, como o padrão do Português Brasileiro. Essa variedade passou a ser utilizada na preparação de livros didáticos por professores do Rio de Janeiro, impressos por editoras localizadas, em sua maioria, na mesma cidade. Não deu certo, afinal, os trabalhos não contavam com um fundamento empírico” (CASTILHO, 2010, p. 5).

Foi assim que surgiu, a partir dos anos 1970, projetos coletivos de descrição do português brasileiro falado, e se confirmou que existia policentrismo do padrão, havendo núcleos no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul. A partir de então, ficou claro que não se podia escolher como norma-padrão falada uma única variedade regional. Um projeto de grande magnitude foi o NURC (Norma Linguística Urbana Culta) que tinha como objetivo descrever as características da fala dos brasileiros mais “instruídos” (com curso universitário completo) em cinco capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Salvador (CASTILHO, 2010, p. 5)⁸⁹. Contudo, o projeto do NURC teve problemas de ordem metodológica. Anos depois, em 1988, foi lançado o Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF), dirigido por Ataliba de Castilho, e que envolveu entre 1988 e 2002 cerca de cinquenta pesquisadores, afiliados a quinze universidades brasileiras, divididos em cinco grupos de trabalho. Foi com base nesse projeto que se chegou a publicar a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, de 5 volumes, cujo primeiro volume foi publicado em 2004 (CASTILHO, 2007, p. 100). Outra gramática que propõe algo semelhante é a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (Parábola Editorial, 2012). A obra é uma gramática descritiva que visa à formação dos professores, e propõe aceitar regras gramaticais que já pertençam à língua falada brasileira há muitos anos (BAGNO, 2012, p.14).

Essas publicações são promovidas por agentes que representam uma ou outra corrente e que têm o poder de influenciar a população brasileira. O agente mais importante é, sem dúvida, o Ministério da Educação (MEC), que toma uma posição ideológica clara a respeito de como deveria ser ministrado o ensino da norma-padrão e/ou norma culta aos estudantes brasileiros. Através do documento *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), o MEC contribui para a definição de parte da política linguística do Estado brasileiro, como podemos ver no

⁸⁹ Esse grande projeto coletivo foi introduzido no Brasil por Rossi (1968) e desenvolvido em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Amostras do vasto material coletado foram editadas por Castilho / Preti (Orgs. 1986, 1987), Preti / Urbano (Orgs. 1988, 1990), Callou (Org. 1992), Callou / Lopes (Orgs. 1993, 1994), Motta / Rollemberg (Orgs. 1994), Sá / Cunha / Lima / Oliveira Jr. (Orgs. 1996) e Hilgert (Org. 1997). (CASTILHO, 2010, p.17)

trecho seguinte:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 26).

O Ministério adotou assim uma posição progressista, por meio da qual visa, através da educação e sensibilização, reduzir a insegurança linguística dos brasileiros que pertencem às comunidades com menos instrução, e reduzir o preconceito social que se manifesta, entre outros, através do preconceito linguístico. Relativizando a norma-padrão, o documento sugere aos professores explicar aos seus alunos que a norma constitui uma variedade mais formal, e não a forma “correta” de falar, em detrimento das outras variedades, consideradas “erradas”, e que o aluno deve aprender a adequar o seu registro dependendo das situações comunicativas.

Essa postura progressista do MEC, no qual podemos perceber princípios da sociolinguística, se refletiu também na publicação pelo ministério de um livro didático chamado *Por uma vida melhor* destinado às turmas de educação de jovens e adultos, em 2011. Esse livro, distribuído para quinhentos mil alunos de mais de quatro mil escolas através do *Programa Nacional do Livro Didático*, deu origem a uma

(outra) polêmica entre sociolinguístas e jornalistas mais conservadores, depois que estes últimos comentaram na grande mídia que o livro ensinava os alunos a “falar errado”. A controvérsia se deu porque o livro aborda a questão da variação linguística e preconceito linguístico, e reconhece que a não concordância entre sujeito e verbo faz parte da gramática falada dos brasileiros, embora também explique o que é a norma culta e a importância de aprender e usar esta norma em circunstâncias mais formais. O livro foi muito criticado por comentaristas da imprensa e acirrou o debate sobre a questão do preconceito social e a polarização socioeconômica extrema da sociedade brasileira. Constata-se claramente como a questão de norma-padrão e o ensino dessa norma apresenta-se como uma questão muito delicada no Brasil, relacionada diretamente com a questão da desigualdade social e como esse problema deve ser enfrentado pelos professores nas escolas, sobretudo, públicas.

Esse exemplo nos leva a refletir sobre o papel da mídia brasileira como um poderoso agente normativo *criador* de uma língua falada padrão e também como *difusora* de uma certa norma-padrão escrita. Sobre esse aspecto, a linguista brasileira Regina Célia Pagliuchi da Silveira (1998) realizou uma pesquisa que tratava de identidade idiomática no que se refere ao ensino da pronúncia do português brasileiro para estrangeiros, usando informantes brasileiros e estrangeiros. Ela afirma que, apesar da grande diversidade de variedade e variação de pronúncia no Brasil, existe uma norma-padrão, que ela chama de *arquinorma televisiva*, a qual é irradiada pela Rede Globo, a principal rede de informação televisiva do Brasil, pertencente ao Grupo Globo, uma das maiores empresas latino-americanas de comunicação. Os resultados da sua pesquisa mostram que essa norma foi aceita pelos informantes da pesquisa como sendo “a mais representativa do português brasileiro” (SILVEIRA, 2004, p. 167). Silveira explica ainda que essa pronúncia foi construída por fonoaudiólogos de modo a neutralizar certos traços articulatórios identificáveis com variedades regionais ou sociais, com o objetivo de constituir um modelo amplamente aceito pelos brasileiros, para obter o maior público de telespectadores possíveis. O acesso geográfico da Rede Globo regional, nacional e internacional e o seu prestígio fez com que a norma criada passasse a ser identificada no imaginário das pessoas como uma

pronúncia idiomática, que Silveira chamou de “globês” (2004, p.167). De certa forma, o *globês* é um produto que podemos chamar de *Ausbau*, para retomar um conceito de Kloss, isto é, uma língua remodelada pela intervenção *in vitro*, com o propósito de produzir uma ilusão de homogeneidade, de unidade linguística, o que é a ideologia das grandes redes televisoras, na qual podemos incluir a Rádio-Canadá também. .

A mídia brasileira possui também uma influência na difusão de uma norma-padrão prescritiva, através de crônicas de gramáticos ou jornalistas, que geralmente tomam uma posição conservadora e isso contribui com um maior conflito aberto entre linguistas, por um lado, e jornalistas e gramáticos, por outro. Segundo explica Lucchesi, a mídia sempre opta pela norma-padrão conservadora⁹⁰, inclusive nos casos ambíguos nos quais existe uma flexibilidade para escolher entre formas mais próximas do português europeu ou do português brasileiro. LUCCHESI nos apresenta o seguinte exemplo:

No passado recente, seria considerado um erro grave no Brasil escrever o seguinte período “Diria-se que essa afirmação não tem fundamento ”; o certo seria “Dir-se-ia que...”. Pois bem, atualmente, a maioria dos manuais de redação dos principais jornais do Brasil veta o uso da mesóclise. (LUCCHESI, 2011, p. 176).

O padrão linguístico difundido pela mídia é acompanhado por uma mensagem política conservadora em relação à variedade popular, uma mensagem paternalista e infantilizante que mostra para as massas (ou “o grande público”) o que é falar “certo” e a importância de dominar a norma “cultura” (utilizada no sentido de norma-padrão) para conseguir a ascensão social. Não seria demasiado afirmar que o discurso da mídia aparenta ter uma influência não negligenciável sobre os brasileiros, especialmente se considerarmos o peso e alcance de empresas como a Rede Globo, magazines sensacionalistas, como *Veja* (maior revista

⁹⁰ O que alimenta a confusão e o debate é também o uso ambíguo das palavras *norma culta* e *norma padrão*, que já explicamos no primeiro capítulo. Para a gramática prescritiva e a mídia em geral, a palavra *norma culta* é usada para chamar o que os sociolinguistas chamam de *norma-padrão*.

publicada no Brasil), ou os chamados “jornalões”⁹¹, como o jornal *Folha de São Paulo*. O desacordo entre linguístas e gramáticos populares traz implícitas ideias políticas que estão em oposição, ainda que muito gerais: por um lado, um império midiático privado potente e cuja informação difundida é filtrada por um partidarismo conservador; e, por outro lado, outro grupo, no qual se situa o MEC e parte da comunidade dos linguístas, e que defende ideias progressistas e uma maior igualdade de classes sociais, eventualmente associado com uma ideologia de esquerda.

Para ilustrar a subjetividade com que a norma-padrão é prescrita, Lucchesi dá o exemplo de uma lição de um famoso professor brasileiro de português, Pasquale Cipro Neto, que produz crônicas para a Rede Globo e para o jornal *Folha de São Paulo*. Em uma ocasião, esse professor afirmou que a frase “o candidato custou a responder a questão” (2011, p. 177), de uso corrente na linguagem cotidiana, não deve ser usada em situações formais, porque “na norma culta” se diz “custou ao candidato responder à questão”. Entretanto, esse tipo de construção aparece exatamente nos textos de escritores brasileiros consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Dessa forma, essa tensão existente entre a corrente conservadora e a corrente progressista impede um consenso sobre uma possível reforma da gramática brasileira, e uma vez que não existe um órgão estatal com autoridade para decidir sobre o assunto, o debate se mantém, persistindo a ambiguidade sobre vários aspectos da língua.

Sobre o que parece ser um impasse a respeito do que deve ser a norma-padrão brasileira e uma possível reforma da sua gramática escrita, considerando que o Estado brasileiro é pouco intervencionista neste aspecto, nos perguntamos o seguinte: *que autoridade poderia liderar e propor uma reforma para atualizar a norma-padrão gramatical escrita brasileira?* Se formos ao extremo, não estaríamos longe de ver essa questão tomar mesmo contornos de um problema social, ou ao menos uma parte dele, posto que a não resolução dificulta

⁹¹ Cf. LIMA, Venício A. de (2009). *Qual a relevância dos jornalões?* Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/qual-a-relevancia-dos-jornaloes/>>, acessado em 20/07/2015.

o ensino da língua, o que nos parece um motivo razoável para uma maior participação do Estado. Contudo, o Estado brasileiro prefere não intervir nessa questão, deixando os agentes normativos privados continuar o debate. Outra pergunta que nos fazemos: *se essa reforma tiver lugar, seria um projeto interno ao Brasil ou seria feita em colaboração com os outros Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Afinal, se acordos já foram feitos para a ortografia, por que não podem ser feitos para a gramática?* Com efeito, talvez seja necessário levar a discussão para o espaço mais amplo da lusofonia a fim de resolvê-la, sendo que com a CPLP, abre-se um espaço mais pluricêntrico, dando-se voz a outros Estados, equilibrando-se, assim, a duradoura dualidade Portugal-Brasil.

3.2.4 O Português Brasileiro e a gestão da norma no espaço pluricêntrico da lusofonia

O português é língua oficial em dez países: ao lado do Brasil e de Portugal, é oficial em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (cooficial com francês e espanhol), Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e na Região Administrativa Especial de Macau, na China (cooficial com mandarim). Todos esses Estados são membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com exceção da China. A independência dessas antigas colônias de Portugal é muito mais recente do que a do Brasil. Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe se tornaram países independentes só a partir de 1975, depois da queda da ditadura de Portugal. Timor Leste foi invadida e anexada pela Indonésia em 1975 e obteve sua independência em 2002. Macau, a última colônia de Portugal, integra a China desde 1999.

Devido a seu vínculo com Portugal, esses Estados não tiveram condições para desenvolver uma norma-padrão própria, utilizando a norma-padrão portuguesa. Em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, países multilíngues, o português é, para muitos falantes, uma segunda língua, associada com um certo nível de instrução e ascensão social, e a cultura portuguesa é muito presente ainda (BAXTER, 1992, p. 18). Mesmo assim, se desenvolveram variedades próprias ao longo do

tempo, resultado do contato entre o português e as línguas autóctones. Os brasileiros, que compõem de certa forma uma *bande à part*, são pouco expostos às outras variedades da lusofonia: o consumo cultural, cinematográfico, televisivo, literário, quando é em português, é principalmente brasileiro. Os portugueses são mais expostos à fala brasileira, por exemplo, através da TV Globo, que transmite dois canais em Portugal e também nos países africanos. Assim, a cultura brasileira penetra nesses países por meio da televisão. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil possui Centros de Cultura Brasileira em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe⁹², embora o intercâmbio cultural não seja tanto como entre Portugal e suas antigas colônias. Ademais, Portugal continua ocupando um papel internacional preponderante.

Brasil e Portugal desenvolveram uma normatização divergente e isso levou a língua a ter duas Academias, duas ortografias (desde 1911), dois Vocabulários Ortográficos, dois dicionários, duas Nomenclaturas Gramaticais a partir de 1957 (Brasil) e 1961 (Portugal), duas políticas de certificação de proficiência, o CELPE-Bras brasileiro e o Sistema CAPLE português, dois aparatos de promoção do português no mundo, o Camões IP por Portugal e a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Setor Cultural do Itamaraty, no Brasil, por outro, e duas terminologias científicas e técnicas. Finalmente, com a era digital, ambas as normas têm dois buscadores da Google, dois corretores ortográficos, dois tradutores eletrônicos, dois sintetizadores de voz, com o que os novos instrumentos do letramento digital que surgem a grande velocidade nascem já cindidos em dois (OLIVEIRA, 2013). No entanto, com a criação em 1996 da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, os múltiplos encontros internacionais e certos projetos comuns dos quais falaremos a seguir, parece revelar um desejo de sair do isolamento e estabelecer normas de uma forma mais colaborativas, dando voz própria também aos países africanos e asiáticos de língua portuguesa. Essa colaboração para uma possível norma convergente não se faz da mesma maneira em todas as áreas da língua; certas áreas são de maior sensibilidade, como vemos com a gramática no Brasil. Examinaremos

⁹² Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>>, acessado em: 20/07/2015.

em seguida como se posiciona o Brasil a respeito da normatização no espaço pluricêntrico do português.

A ortografia é certamente o que melhor testemunha a binormatividade Portugal-Brasil, entre os quais existem desacordos desde o final do século XIX. Tentativas de reformá-la começaram no início do século XX, em particular nas suas primeiras décadas. Em consequência dessas numerosas reformas, a ortografia do português mudou consideravelmente no século passado e os diferentes pontos de vista dos portugueses e dos brasileiros deram lugar à adoção de ortografias com diferenças importantes. Explica Fiorin (2009, p. 11) que entre o século XV até o início do século XX, o português usava uma ortografia etimológica. Um reforma radical ocorre em 1904, com a publicação em Portugal da obra *Ortografia Nacional*, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, na qual se apresentam as mudanças seguintes:

- a) eliminação completa de todos os símbolos para representar fonemas gregos: th, ph, ch [= k], rhe y;
- b) redução das consoantes dobradas a simples, com exceção do ‘rr’ e do ‘ss’, que têm valores fonéticos próprios;
- c) eliminação das consoantes nulas que não tenham influência na pronúncia da vogal precedente;
- d) regularização da acentuação gráfica.

Vários acordos entre Portugal e Brasil foram concluídos, mas acabaram sendo descompridos. Os dois últimos temas (c) e (d) foram os maiores pontos de desacordo, por causa de diferenças de pronúncia entre o português brasileiro e o português europeu. O início desses desacordos começa em 1911 quando Portugal aprova numa comissão governamental uma proposta de reforma sem consultar o Brasil. Em 1931, as duas academias, a Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa assinaram um primeiro acordo ortográfico, mas Portugal publica em 1940 um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa que difere do acordo e se baseia na reforma de 1911. Por

outro lado, a Academia Brasileira de Letras publica outra ortografia em 1943, o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Naquele mesmo ano, outro acordo é assinado pelos dois países num esforço para assegurar a defesa, prestígio e expansão do português. Em 1945, surge ainda outro acordo visando melhor unificar a ortografia. É proposto a abolição das consoantes surdas unicamente em casos onde as letras não eram pronunciadas nos dois países. Mas o acordo não foi bem recebido no Brasil, que sentia que Portugal tinha imposto as regras. Nessas circunstâncias, o Brasil decide aderir à convenção de 1943, enquanto Portugal adere ao acordo de 1945. Em 1971, Portugal e Brasil fazem um acordo que elimina os acentos diferenciadores dos homógrafos não homófonos, elimina o acento indicativo em certas classes de palavras e suprime o trema do hiato átono (FIORIN, 2009, p. 12).

Por volta de 1975, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras concluem um acordo de princípios para a unificação ortográfica, inspirada nos trabalhos de Antônio Houaiss, que propôs o *Projeto de Ortografia Unificada* e que seria assinado no dia 16 de dezembro de 1990 pelos sete países de expressão portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe)⁹³. Em 2004, Timor-Leste aderiu ao acordo depois de obter sua independência. Antes da divulgação do projeto, Portugal protestou contra o conteúdo, porém, acabou assinando o documento. O Brasil só decidiu sua posição em 1995, sendo aprovada por um decreto legislativo do Congresso Nacional no Brasil (FAULSTICH, 1998, p. 256). O acordo está em vigor desde o dia primeiro de janeiro de 2009 e foi assinado por todos os países de língua portuguesa. No Brasil, o acordo entrou em vigor a partir de 2009 e será obrigatório em 2016, e em Portugal, será obrigatório em 2015⁹⁴. A esse respeito, afirma Fiorin:

Entretanto, a duplicidade ortográfica dificulta a difusão internacional do português, na medida em

⁹³ Hoje o português é língua oficial de 10 países, incluindo agora a Guiné Equatorial, Timor Leste e a Região Administrativa Especial de Macau (China).

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.observalinguaportuguesa.org/pt/acordo-ortografico-dossie/noticias-sobre-o-acordo-ortografico/acordo-ortografico-so-entrara-em-vigor-em-2016>>, acessado em: 20/07/2015.

que os documentos dos organismos internacionais que adotam o português como língua oficial precisam ser duplicados, pois devem ser publicados numa e noutra ortografia (o ministro da Cultura declarou à Agência Brasil, em 16 de novembro de 2008, que as Nações Unidas vinham resistindo à adoção do português como idioma oficial, porque ele “não tinha uma ortografia comum” e, por isso, o acordo de unificação “possibilita essa demanda ser atendida pela comunidade internacional”. (FIORIN, 2009, p. 12).

Embora não se saiba se a unificação permitirá que o português, de fato, se torne uma língua das Nações Unidas, ela abre possibilidade para outras eventuais unificações normativas.

A pesar de existirem opiniões divergentes sobre o Acordo entre as quais algumas são radicalmente contra⁹⁵, esse marcou o início de um novo modelo de gestão, internacional, convergente, multilateral e comunitário. A criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em 1999, o órgão de política linguística para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, é testemunha desse novo modelo. Ao IILP foi outorgado o mandato, pelo Plano de Ação de Brasília, para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa (PAB), formulado durante a 1ª Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, realizada entre os meses de março e abril de 2010, em Brasília. O Plano de Ação de Brasília autorizou o IILP a coordenar a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa

⁹⁵ Um movimento de resistência contra o Acordo persiste no Brasil mas sobretudo em Portugal. Fiorin dá o exemplo do escritor e deputado português Vasco da Graça Moura, quem se pronunciou veementemente contra: “[Vasco da Graça Moura] esgrimiou os seguintes argumentos diante da Assembleia Nacional: 1) “o acordo serve interesses geopolíticos e empresariais brasileiros, em detrimento dos interesses inalienáveis dos demais falantes de português no mundo, em especial do nosso país”; 2) “é uma lesão de um capital simbólico acumulado e de projecção planetária”; 3) “vai homogeneizar integralmente a grafia portuguesa com a brasileira (...) desfigurando a escrita, a pronúncia e a língua, que são nossas” (FIORIN, 2009, p.17)

(VOC), um dos três projetos atualmente em curso na IILP. Esse vocabulário consiste em um banco de dados lexical eletrônico reconhecido oficialmente pelos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nas conclusões finais da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em julho de 2014 em Díli, capital do Timor Leste. Atualmente, tem integrado gradualmente o Vocabulário Ortográfico Nacional (VON) de cada país da CPLP, após validação política e adoção de uma metodologia comum. Até o momento foi integrado o VON do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique, Portugal e Timor-Leste.⁹⁶

Outro projeto importante do IILP, que lhe foi conferido pelo Plano de Ação de Brasília, é a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet, relativa ao ensino do português, e para esse fim foi estabelecido um acordo de cooperação técnica com a Sociedade Internacional de Português como Língua Estrangeira (SIPLÉ). O projeto foi desenvolvido através do Portal de Professores de Português Língua Estrangeira, repositório virtual com unidades didáticas de todos os países de língua portuguesa, e oferece materiais aos quais professores de todo o mundo podem acessar na Internet gratuitamente. Possui também um fórum onde professores podem contribuir e trocar experiências. O sucesso da plataforma dependerá da promoção feita e da participação de professores das diversas partes do mundo.

Continuando o tópico do português como língua estrangeira, a normatização divergente na lusofonia cria certos problemas para os aprendizes, não tanto na aprendizagem como tal, mas pelo modo de gestão da certificação. Segundo Baxter (1992, p.15), não há uma preferência pelos aprendizes de português como segunda língua para as variedades portuguesa ou brasileira, ocorrendo a escolha conforme o perfil que a variedade tem num certo país, além de fatores como a geografia, economia, política, migração, tradição acadêmica. Podemos dizer que existe simetria pluricêntrica nessa área. No Brasil, usa-se o CELPE-Bras desde 1998, instituído pela Secretaria da Educação Superior do MEC. O CELPE-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente pelo governo do Brasil. Organizado pelo Instituto Nacional

⁹⁶ Cf. <<http://voc.iilp.cplp.org/>>.

de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é aplicado duas vezes ao ano, em postos no Brasil e, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, no exterior. O português europeu possui outro tipo de certificação. Por protocolo assinado em 2 de março de 1999, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, representados respectivamente pelo Instituto Camões e pelo Departamento de Educação Básica, e a Universidade de Lisboa acordaram em reconhecer a criação de um Sistema de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (CALPE). O Sistema CALPE (desde 1999) usa, por sua parte, o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, do Conselho da Europa.

Face a todos esses eventos, nos perguntamos por que é necessário existir dois tipos de certificação para proficiência em português, quando são duas variedades de uma mesma língua? Seria o caso que pudesse haver uma certificação única para um português *standard*, como ocorre com o inglês, o espanhol e o francês? Se afirmativo, isso poderia ocorrer escolhendo-se a variedade preferida para a prova, porém obtendo-se certificado válido tanto para as instituições brasileiras como para as instituições portuguesas, ou qualquer outra instituição de país lusófono. A variação gramatical e lexical entre o português brasileiro e o português europeu não precisa ser um freio para os aprendizes, e as certificações, como se apresentam até o momento, tornam-se barreiras para a maior internacionalização do português.

A terminologia é um dos campos da linguística a qual Brasil e Portugal mantém uma norma divergente. A gestão da terminologia no Brasil é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo o responsável por operacionalizar o Banco de Dados Terminológicos do Brasil (Brasilterm). Com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), ações conjuntas são realizadas com outros países sul-americanos em favor do desenvolvimento de terminologias nacionais. Assim, o espanhol e o português, com suas variantes, passam a ser línguas de intercomunicação da ciência e da cultura. Várias universidades brasileiras possuem núcleos de pesquisa na terminologia. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) junto com a Universidade de Buenos Aires (UBA) estão envolvidas em

projetos de terminologia como o TERMISUL, em vista da necessidade de produzir glossários e dicionários especializados bilíngues (português-espanhol) de modo a contribuir para a intercomunicação nos países integrantes do Mercosul.

Bancos terminológicos também são construídos em colaboração com outras línguas neo-latinas. Por exemplo, o Realiter (Rede pan-latina de terminologia) que compreende pessoas, instituições e organismos dos países de línguas neolatinas ativos em terminologia, dos quais há membros de Brasil e Portugal. Contudo, aqui também a existência de duas terminologias científicas e técnicas no Brasil e em Portugal ocasiona problemas, dentre outros, no domínio da tradução, como menciona a terminóloga Maria José Bocorny Finatto, que dirige a elaboração de um glossário técnico e do qual participam grupos do Brasil e de Portugal. Conforme a autora, “vale mencionar alguns exemplos bastante ilustrativos de diferenças terminológicas entre Brasil (BR) e Portugal (PT): 'AIDS' (BR) e 'SIDA' (PT), 'Ácidos graxos' (BR) e 'Ácidos gordos' (PT), 'disbarismos' (BR) e 'embolia gasosa' (PT)” (FINATTO, 2015, p. 223). Para constituir *corpus* para tradutores, às vezes, há um termo português e outro brasileiro, ou, o que acontece muito, é um termo existir só no português do Brasil. Os portugueses preferem criar outro termo porque afirmam que a terminologia brasileira sofre uma influência considerável do inglês norte-americano, o que não ocorre com Portugal. Quando tradutores usam ferramentas automáticas para a tradução, há risco para o tradutor brasileiro de utilizar uma fonte sem se dar conta da sua procedência e das potenciais diferenças terminológicas entre Brasil e Portugal. Para a constituição do banco de dados *Glossário Experimental de Pneumopatias Ocupacionais* que está sendo construído pelo grupo da professora Finatto, decidiu-se agrupar os dados em blocos distintos, de modo a salvaguardar as diferenças importantes entre usos terminológicos e práticas textuais entre Brasil e Portugal. Comenta ela que “incluir essas diferenças ou separar as informações, em um *corpus* ou em um glossário, pode incomodar algumas pessoas; mas o incômodo também demonstra a necessidade de se pensar em um 'português internacional’” (FINATTO, 2015, p.228). Pensando nisso, Finatto propõe a seguinte pergunta: “como conduzir um trabalho terminológico que acolha e promova a lusofonia em uma época como a atual em que Brasil se abre, intensivamente, à

internacionalização e que parece dominar o cenário em muitas frentes?” (FINATTO, 2015, p.228).

Este campo poderia certamente ser coordenado de maneira mais colaborativa dentro da lusofonia, ainda mais considerando que os termos especializados não são os mesmos que o vocabulário comum utilizado pela população nas suas atividades diárias. Tais termos são criados por uma ação deliberada e planejada, havendo um controle maior sobre eles, posto que são usados por comunidades especializadas e restritas. Assim, a ciência, a tecnologia, o mercado, indústria etc. do espaço lusófono, poderiam se beneficiar de uma gestão internacional e convergente.

Parece evidente, com iniciativas como a unificação ortográfica, a criação da CPLP e do IILP – como órgão político não associado a um Estado, mas a toda a comunidade de países lusófonos –, que a tendência está para uma maior convergência na gestão da padronização do português. Aqui não queremos dizer que o objetivo é de criar um padrão linguístico único em todos os planos, porque não se respeitaria a enorme diversidade do português. No plano da ortografia, não há dúvida sobre a vantagem de se usar a mesma ortografia, porque com isso não há mais necessidade de se fazer duas versões, uma brasileira e uma portuguesa, para textos de uso internacional. Facilita-se, com isso, uma gestão mais colaborativa e estandardizada como na terminologia, na certificação de proficiência, e também para motores de busca na Internet. Para áreas mais delicadas como a gramática, objeto de grande debate no Brasil, achamos que a proposição de Faraco que mencionamos anteriormente é provavelmente a melhor solução: um padrão mais flexível que aceita tanto construções brasileiras como portuguesas como sendo aceitáveis (FARACO, 2009, p. 84). Para atualizar a gramática escrita brasileira, por exemplo, não é preciso prescrever as formas de origem portuguesa. Um diálogo com todos os países da CPLP pode dar um peso a uma padronização do português mais respeitosa para com as variedades. A cisão da norma no português como uma questão sobretudo política exacerba as diferenças linguísticas em vez de focalizar nas semelhanças.

3.2.5 Determinação e gestão das normas no português brasileiro e no francês canadense: quadro comparativo

Após analisar e relacionar as determinações e gestões das normas no francês canadense e no português brasileiro, a atuação dos agentes normativos e a interação do português brasileiro e do francês canadense no espaço pluricêntrico, faremos um resumo agora da problemática na forma de um quadro comparativo.

No Brasil, a questão da padronização linguística é uma preocupação essencialmente interna, liderada por agentes normativos privados e seus representantes que defendem uma norma mais conservadora e purista e outro grupo, principalmente liderado por linguístas, que propõem que a norma-padrão seja mais próxima da fala dos brasileiros. O que cada grupo defende não é tanto a língua *per se*, senão que são ideologias divergentes, que se materializam num debate aberto sobre um problema de fundo no Brasil: a desigualdade social, a qual se reflete numa diglossia – a fala popular e estigmatizada e a fala *culta*. Por isso, o debate é tão animado e ultrapassa o domínio do racional entrando no domínio dos valores individuais. Mesmo se, na realidade, as variedades da língua formam um *continuum*, não é o caso, geralmente, nas representações dos falantes, quem tendem a categorizar as variedades de uma maneira binária.

No caso do Québec, foi a língua de toda uma população que foi desacreditada e desprovida da sua legitimidade, porque a desigualdade social se situava entre dois grupos que falavam línguas diferentes: o inglês falado pela classe dominante, e o francês, chamado com desprezo de *french canadian patois*, falado por uma classe economicamente inferior, conquistada. Essa desigualdade se resolveu em grande parte, mas persiste ainda hoje a insegurança linguística, problema também presente no Brasil. Neste último caso, trata-se de uma insegurança criada pela falta de conhecimento da norma-padrão por parte de uma classe social com menos instrução, e que é exacerbada pelo discurso infantilizante e dogmático que promove a cultura do “erro” e do “correto”, convencendo as classes populares que falam “errado”.

Porém, a insegurança linguística no francês canadense é um fenômeno generalizado em todas as classes sociais, porque ainda persiste a ideia que os francófonos do Canadá falam um francês de má

qualidade, comparando-se ao padrão francês, que ainda domina a francofonia como sendo o francês legítimo, “*le bon français*”. A diglossia é, portanto, dupla: frente ao inglês e frente ao francês europeu, como ideal. No Brasil, embora parte do problema para aprender a língua escrita provenha do fato de que a norma gramatical é, muitas vezes, um anacronismo herdado do português europeu do século XIX, a maioria dos brasileiros não tem consciência disso, e como são pouco expostos à variedade europeia, a fala dos portugueses não representa um modelo a seguir, nem possui qualquer influência.

Se hoje a própria população canadense considera que fala um francês melhor que antes, isso é devido, sobretudo, à ascensão social dos québequenses a partir dos anos 1960, sua maior instrução, melhores condições econômicas e, conseqüentemente, maior autoestima, o que conduz a um julgamento mais positivo sobre a sua própria língua. Juntamente com essa maior alfabetização, veio também um melhor domínio da norma-padrão, pois, mesmo que hoje ainda se idealize até certo ponto o francês da França, desenvolveu-se uma norma intermediária, modelada a partir do francês internacional que seria um francês com características europeias neutralizadas, com um “sabor” mais local. Assim, a maioria dos linguistas quebequenses afirmam hoje que sim, existe uma norma-padrão quebequense.

No Brasil, se o vernáculo brasileiro é estigmatizado e condenado é, antes, porque ele é tomado como sinônimo de uma classe pobre e com pouca instrução, e o domínio do padrão é prometido como sendo a solução para ascensão social (como mostrava uma capa da revista *Veja* em 2010). No Québec, apesar de existir ainda esse estigma da fala popular, a afirmação identitária passou por uma fase de valorização do *joual* como símbolo da identidade quebequense, iniciado por um movimento no teatro nos anos 1970, liderado pelo dramaturgo Michel Tremblay.

Quanto à determinação e gestão da norma, o Estado quebequense intervém fortemente na planificação linguística, para assegurar a perenidade do francês como língua minoritária no Canadá, e implementa políticas de afrancesamento na província do Québec. Em relação à padronização da língua, o Estado, por meio do *Office québécois de la langue française*, mostra-se muito ativo no domínio da terminologia e da neologia, devido ao fato de buscar estar sempre na

frente para preservar a língua francesa⁹⁷ e impedir uma anglicização do léxico comum e especializado.

No Brasil, a gestão da norma é levada a cabo, sobretudo, por iniciativas privadas e é determinada por quem possui mais influência. Até hoje são entidades da grande mídia, a Academia Brasileira de Letras, gramáticos famosos, jornalistas e editoras que dominam o mercado com obras prescritivas propondo uma norma-padrão com a qual muitos linguistas brasileiros têm grande desconforto por ser estranha à fala brasileira. Apesar de o Estado brasileiro legislar no âmbito da ortografia, não intervêm nas outras esferas, deixando o caminho livre para o mercado controlar a padronização da língua. No caso do Québec, não é porque o Estado cuida da norma que não existe debate. Ele existe, ainda que não tão polarizado, e se situa entre os endogenistas e exogenistas. Segundo alguns linguistas mais puristas e exogenistas, seria a corrente endogenista que dominaria o *Office de la langue française*. Porém, as posições não são tão polarizadas como são no Brasil, onde a fonte de discórdia está situada, principalmente, na gramática, enquanto no Québec, está situada no léxico e na pronúncia.

O português brasileiro e o francês canadense claramente não ocupam a mesma importância no espaço pluricêntrico. O interesse do Brasil pela lusofonia se mostra algumas vezes mitigado por diferentes fatores. O tamanho do país e sua grande população, assim como a sua influência internacional, faz com que possa ter, assim digamos, o

⁹⁷ A este respeito, é importante mencionar que uma diferença com o Brasil é a ideia de “preservação da língua” ou de “lutar contra os anglicismos”. Assim, a “qualidade da língua” certamente não é interpretada da mesma forma como no Québec, onde esses conceitos estão presentes no discurso dos linguistas, o que não significa que sejam necessariamente conservadores. Esse discurso deve ser colocado no contexto do francês como língua envolvida, ou cercada, pelo inglês e que tenta manter a sua integridade e evitar essa assimilação, daí a *qualidade* que se defende. Poderíamos, inclusive, afirmar que isso está associado a um movimento nacionalista (lembrando que “nacionalista” no Québec se refere à nação quebequense, não canadense). No entanto, no Brasil, falar de “preservar a língua” ou “manter a qualidade da língua” costuma estar vinculado ao movimento conservador, que se apegue à norma-padrão arcaica, aquela que Faraco chama de “norma curta”, um discurso contrário às inovações linguísticas, e sobretudo, preconceituoso em relação à fala popular.

privilégio de agir sozinho. Ainda, a codificação e as publicações são feitas por editoras brasileiras, raramente encontrando-se gramáticas ou dicionários de Portugal. Ao contrário, o Québec, cuja população é muito inferior à da França, (e que não é um país, apesar das duas tentativas de se tornar um), usa majoritariamente obras impressas na França. A norma brasileira é amplamente difundida no mundo e goza de uma atração por aprendizes do português como língua estrangeira. Já o francês quebequense não se beneficia do mesmo interesse e os aprendizes do francês como segunda língua aprendem o francês da França, sendo precária a promoção do francês canadense dentro do próprio mercado canadense para o francês como segundo língua.

Após ter analisado diferentes áreas da linguística e a sua gestão, podemos observar também que o grau de pluricentricidade não se encontra no mesmo nível em todas as áreas da língua. Em certas áreas, se desenvolveu uma norma mais endógena, em outras, mais exógena, e também mais recentemente foram criadas normas colaborativas, como vemos com o Acordo Ortográfico e o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) da língua portuguesa. Para resumir essas observações, a tabela que segue apresenta como se manifesta a pluricentricidade de normas nas diferentes áreas da língua para o português brasileiro e o francês canadense. O nosso modelo é inspirado na tabela de Chaliar (*cf.* Seção 3.1), especificando as áreas de padronização, e a qual incrementamos com a categoria de “norma colaborativa”.

Grau de pluricentricidade	Português brasileiro	Francês canadense
Endonormatividade total (Centro completo)	Pronúncia-padrão	
Endonormatividade predominante (Centro quase-completo)	Léxico, Terminologia	Terminologia
Endonormatividade parcial (Semi-Centro)	Gramática	Pronúncia-padrão
Exo-normatividade predominante (centro rudimentário)		Léxico

Exo-normatividade total (Não Centro)		Gramática
Normatização colaborativa (vários centros)	Ortografia, Léxico	Terminologia Ortografia Léxico

Tomando por base Pöll e demais pesquisadores já mencionados anteriormente, Chalier (2014) identificou a pluricentricidade do português e do francês, com o português de Portugal em “centro normativo completo”, o português brasileiro em “centro quase completo” e os países africanos lusófonos em “não centros”. O francês da França era colocado como “centro normativo completo”, o francês do Québec, da Bélgica, Suíça e países africanos em “centro rudimentário/não centro”. Em nossa tabela, propomos que a pronúncia-padrão no Brasil seria totalmente endógena, não procura aproximar-se de um “português internacional”, assim como para a norma-padrão – ainda que ao menos um ideal construído e neutralizado (o “globês”) seja reconhecido por alguns falantes-ouvintes como fala brasileira, tal como revelou Silveira em seu estudo (*cf.* seção 3.2.3). No francês canadense, a pronúncia-padrão seria parcialmente endonormativa. O agente que representa essa norma é a Rádio-Canadá, que se modela no “francês internacional”, contudo essa norma pode ser ainda identificada com a própria fala canadense *standard* da Rádio-Canadá, como demonstrou o estudo de Bouchard e Maurais (2001, *cf.* 3.2.1)

No campo do léxico, a codificação é feita no Brasil, e o *corpus* é geralmente brasileiro, apesar de que, como discutimos anteriormente, foi ressaltado por Faraco que há ainda resistência em aceitar certas palavras brasileiras, que são as vezes consideradas como defectivas, dependendo dos dicionários. Colocamos o léxico também dentro da categoria “normatização colaborativa” porque o projeto do VOC do Instituto Internacional de Língua Portuguesa implicou a colaboração de todos os Estados da CPLP. Para o francês canadense colocamos o léxico como “centro rudimentário” porque ainda dominam no mercado os dicionários parisienses, apesar de existir já uma codificação do léxico quebequense, publicada em dicionários reconhecidos. Também se trata

de uma área de colaboração com outros países, como testemunha o discutido projeto *Base de données lexicographiques panfrancophones* (BDLP). A terminologia é uma área na qual o Brasil desenvolveu seu próprio padrão e existe pouca colaboração com Portugal, sendo que os dois têm uma visão diferente a respeito da influência do inglês norte-americano neste campo; por outro lado, a OQLF é muito ativa nesse campo e até é provavelmente a área onde tem mais liderança no seio da francofonia. Assim, colocamos terminologia no “centro quase-completo”, mas também em “normatização colaborativa” porque existe uma forte colaboração por meio de redes internacionais neste âmbito, do qual o Québec participa.

A gramática, tópico agitado no Brasil, seria uma endonormatividade parcial, pois se usa ainda uma norma herdada do português europeu, contudo existe uma norma intermediária que permite certas construções mais brasileiras. Tudo depende do ponto de vista no espectro purismo/progressismo. No francês canadense, a gramática usada é a mesma que na França e no resto da francofonia. Contudo, é certo, como mostrou Bigot (2008, *cf.* 3.2.1), que a norma culta falada dos quebequenses é praticamente a mesma que na França, portanto, não é um assunto de tantos debates no Québec. Finalmente, a ortografia, que colocamos na “normatização colaborativa” para ambas variedades, devido à recente unificação da ortografia na lusofonia e à última reforma da ortografia do francês, que apesar de ter sido iniciativa da França teve a colaboração do Québec e da Bélgica, tendo sido votada no seio da *Organisation Internationale de la Francophonie*.

Essas propostas acima estão sujeitas à discussão e debate e ilustram apenas tendências gerais apresentadas em nossa análise. Contudo, podemos observar que a colaboração está crescendo, embora ainda tímida em certas áreas. A França vem abrindo-se pouco a pouco à participação de outros centros. Brasil e Portugal parecem aceitar uma diminuição da clivagem normativa que os separa, e uma gestão mais internacional e menos ligada aos Estados vem ganhando espaço, dando lugar a uma gradual simetriação da pluricentricidade normativa.

CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho era de fazer uma análise comparativa da determinação e gestão das normas linguísticas no português brasileiro e no francês canadense, partindo do conceito teórico de norma na linguística e da teoria da pluricentricidade normativa. O objetivo principal era de examinar os principais agentes normativos no Brasil e no Québec, suas áreas de atuação e influência (lexicologia, ortografia terminologia, gramática, pronúncia), afim de conferir se existe uma tendência atual para uma gestão mais pluricêntrica e democrática no português e no francês. Um objetivo secundário era de discutir o problema de insegurança linguística que as normas-padrão tendem a criar quando essas são estabelecidas segundo um modelo exógeno, provocando situações diglósicas, como podemos observar no francês canadense e no português brasileiro. Chegamos às reflexões conclusivas que se seguem.

As normas regulam os comportamentos sociais, dos quais fazem parte os comportamentos linguísticos, e se impõem aos falantes de comunidades linguísticas como um modelo a seguir. Essas normas linguísticas são de natureza diversa, como foi proposto por Moreau (1997): *objetivas, descritivas, prescritivas, subjetivas e fantasiadas*. Para este trabalho, que focaliza a padronização de duas variedades, o português brasileiro e o francês canadense, nos debruçamos sobre a intervenção “*in vitro*” na língua, isto é, na escolha de um padrão, na sua codificação, implementação e gestão, segundo um processo de planificação linguística. Colocando o conceito de norma-padrão desde uma perspectiva sociolinguística, constatamos o efeito dessa norma sobre as comunidades linguísticas: a norma-padrão constitui uma seleção deliberada e subjetiva de certas normas objetivas compreendidas como um modelo prescrito, o qual se aprende através do ensino formal e que nem sempre corresponde à realidade linguística dos falantes, o que pode criar uma situação de diglossia e de insegurança linguística. Observamos que esse é o caso no Québec e também no Brasil, contudo, a nossa análise mostrou que tal insegurança possui causas diferentes. No caso do Québec, atribuímos esse problema ao fato de ter como norma-padrão uma norma exógena rígida, baseada na norma francesa. No caso

do Brasil, apresenta-se, sobretudo, uma problemática de polarização interna, entre a norma vernacular e a norma culta; os brasileiros não sofrem usualmente de insegurança linguística em relação aos falantes portugueses – ao contrário dos quebequenses em relação aos franceses – e são, de fato, pouco expostos ao que seriam os “modelos europeus”. A insegurança no Brasil se dá frente às dificuldades de dominar a norma-padrão, sendo que essa é, muitas vezes, veiculada por agentes normativos brasileiros que aderem às formas prescritas por uma tradição normativa de origem lusitana, e cujo discurso repete uma mensagem elitista, altamente preconceituosa com relação à fala popular.

Em segundo lugar, e para dar seguimento à problemática da diglossia e insegurança linguística, examinamos o contexto histórico em que se desenvolveram as variedades do português brasileiro e do francês canadense. Encontramos elementos comuns: paralelamente às mudanças linguísticas que estavam operando no francês canadense e no português brasileiro, mudanças drásticas nas normas linguísticas ocorreram em Portugal e na França no final do século XVIII, devido à ascensão social da burguesia. No Québec, disse Bouchard (2012) que um dos fatores que fez com que os quebequenses perdessem a legitimidade da sua língua fora o fato de a antiga colônia ter sido cortada de qualquer relação com a França após a conquista por parte da Inglaterra (1763-1841), período no qual importantes mudanças linguísticas ocorreram na França. Posto que o Québec não acompanhou as mudanças trazidas pela burguesia, ele acabou preservando a variedade antiga, associada com a monarquia, que tinha perdido rapidamente seu prestígio na França após a Revolução Francesa. O Brasil, por seu lado, acabou adotando as novas formas do português europeu, que hoje estão ainda presentes na gramática escrita no Brasil. Enquanto no Québec a insegurança se dá, sobretudo, no campo da pronúncia e do léxico, no Brasil ela acontece no nível da gramática.

Ambas as sociedades, brasileiras e quebequeses, chegaram a um momento crítico de reflexão sobre o que deveria constituir a norma-padrão para suas respectivas nações. No caso brasileiro começa a surgir esta reflexão após a sua independência e se tornará centro de um debate no final do século XIX e início do século XX. E no caso do Québec, ocorre só nos anos 1960, com a Revolução Tranquila, anos de intensas reformas socioeconômicas na província, culminando com a

revalorização do *joual*, e a ascensão do movimento soberanista pela independência do Québec no final dos anos 1970. O movimento nacionalista surgido no Brasil, representado por escritores como José de Alencar, não conseguiu convencer a elite intelectual a adotar um projeto normativo genuíno, o que acabou por dar lugar a uma normatização parcialmente endógena, com uma gramática herdada da gramática portuguesa do século XIX. Não obstante a origem lusitana da norma gramatical brasileira, essa chegou a uma certa flexibilidade, dando lugar a uma norma intermediária como foi mencionado por Duarte (2012), embora essa flexibilidade não aconteça sem a crítica por parte de partidários do purismo linguístico. Ao longo dos anos, ocorreu uma cisão normativa entre Brasil e Portugal em várias áreas – ortografia, léxico, terminologia – criada por seus agentes normativos respectivos, por isso se diz que o português constitui-se numa língua bi-cêntrica.

A teoria das línguas pluricêntricas mostra que existem vários estágios ou graus de pluricentricidade, e que um centro normativo se constitui por meio da planificação linguística, que implica determinar o que será a norma-padrão e codificar essa variedade, o que não acontece ao mesmo tempo em todas as áreas linguísticas. Certas áreas são padronizadas num modelo exógeno, outras endógenas e, ultimamente, algumas são de tipo colaborativa. Por isso, buscamos avaliar o “grau de pluricentricidade” não como um todo, assim como foi proposto por Pöll e retomado por Chaliier, mas considerando cada área de codificação linguística (*cf.* tabela na seção 3.2.5).

Essa codificação é levada a cabo por agentes normativos, que podem ser privados ou estatais, dependendo da política linguística do Estado. Certos agentes têm uma política mais intervencionista, como no caso do Québec, e outros menos intervencionista, como no caso brasileiro. Assim, examinamos as políticas linguísticas de normatização do Québec e do Brasil, quais são os agentes normativos que atuam sobre a norma e em qual área linguística predomina sua atuação. O principal agente normativo no Québec é o Estado, na figura do governo provincial, e a área normativa na qual é mais ativo é a terminologia e, até certo ponto, a lexicologia, sendo que as obras de maior prestígio ainda são dicionários impressos em Paris. A rede federal de informação, Rádio-Canadá, é também um agente normativo, que propõe como modelo falado um francês internacional com características canadenses.

No Brasil, apesar da ortografia ser legislada pelo Estado, o restante encontra-se na mão de particulares e agentes privados que editam diversas obras de referências, algumas mais descritivas e objetivas (chamadas “bons instrumentos” por Faraco), e outras, produtos de um lucrativo mercado, que ensinam como falar e escrever “corretamente”.

Quanto à colaboração com outros centros normativos, verificamos que existe contemporaneamente uma tendência para uma maior colaboração e simetria dentro da lusofonia e da francofonia, o que acreditamos que não deva ser visto como uma competição ou exogenização, mas como uma democratização na gestão das normas. Isso é especialmente visível na lusofonia com a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa em 1996, e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, em 2010, que age como coordenador das políticas linguísticas da CPLP. Como o Brasil não possui uma instância governamental com competências técnicas para administrar a questão da norma, essa gestão pode ser assumida pelo intermédio do IILP. É certo que o Brasil é grande influente e pode ter o “privilégio” de agir sozinho, também porque não tem enraizado um sentimento veemente de pertencimento à lusofonia. Porém, acreditamos que isso esteja mudando, como vimos com os recentes projetos colaborativos coordenados pelo IILP. As reformas normativas podem agora ser discutidas junto com países que até há pouco não tinham voz na lusofonia. No caso francês, não existe o equivalente do IILP, contudo, a colaboração se faz mediante redes internacionais que agrupam organismos de política linguística e que representam Estados membros da *Organisation internationale de la francophonie*.

Uma gestão democrática e inclusiva dos diferentes centros normativos é o que parece ser a solução para manter o francês e o português fortes e assegurar seu lugar no mercado de línguas. Essa norma democrática pode ser convergente, e também flexível, nos aspectos nos quais há uma vantagem competitiva de sê-lo, como, por exemplo, evitar duplicação na terminologia, na certificação de proficiência, nos motores de pesquisa da Internet e demais ferramentas tecnológicas. A ideia é convergir normas variadas nas mesmas ferramentas para facilitar o acesso aos falantes e usuários, sejam eles estudantes de segunda língua, professores, tradutores, terminólogos etc. Uma norma internacional precisa ser *verdadeiramente* internacional,

isso significa dizer que se deve levar em conta as particularidades das variedades dos diversos países que compartilham dessa mesma norma. Ao mesmo tempo, deve ser uma norma flexível, respeitando as individualidades nacionais e culturais. Finalmente, para que projetos assim, de fato, se realizem será necessário sairmos da velha crença de que a norma-padrão é imutável e inflexível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M.C. Sociedade, Norma e Poder: algumas releções no campo da sociologia. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 183-195.

AUSSANT, Émilie. La grammaire de Pāṇini : quand la conscience linguistique d'un grammairien devient celle de toute une communauté. **Revue roumaine de linguistique**, Bucarest, v. 58, n. 4 , p. 377-387, 2008. Disponível em: <<http://www.lingv.ro/RRL%204%202008%20Aussant.pdf>>. Acesso em: 05/05/2014.

BAGNO, Marcos. Norma Linguística, Hibridismo & Tradução. **Traduzire**, Brasília, v.1, n.1, p. 19-32, 2012a. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/10546>>. Acesso em: 11/05/2014.

_____. Língua, história & sociedade: Breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: _____ (Org.). **Linguística da Norma**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

_____. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BAXTER, Alan N. Português as a plurientric language. In: CLYNE, M. (org.). **Pluricentric Languages: differing norms in different nations**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1992, p. 11-43.

BIGOT, D. **Le point sur la norme grammaticale du français québécois**. 2008. 356 f. Thèse (Doctorat en linguistique) -Département de linguistique et didactique des langues. Université du Québec, Montréal, 2008.

_____. Français québécois : histoire d'une norme inachevée. In: B. Lépinette et B. Gomez-Angel (Orgs.), **Études de linguistique française en Espagne**, **Revista Quaderns de filologia**, no. 71, Valence : presses de l'Universidad Politècnica deValencia, 2010.

_____. De la norme grammaticale du français parlé au Québec.

Arborescence: revue d'études françaises, n. 1, p. 1-18, 2011.

Disponível em:

<<http://www.erudit.org/revue/arbo/2011/v/n1/1001939ar.html?vue=notebio>>. Acesso em 03/21/2015.

BOUCHARD, Chantal. **Méchante langue**: La légitimité linguistique du français parlé au Québec. Québec: Presses de l'université de Montréal, Collection Nouvelles études québécoises, 2012.

BOUCHARD, P. ; MAURAI, J. Norme et médias: Résultats d'un sondage. In: D. Raymond e A. Lafrance, A. (Orgs.) Norme et média, office québécois de la langue française, **Terminogramme**, vol. 97-98, ville st-Laurent, Les publications du Québec, p. 111-126, 2001.

Disponível em:

<https://www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/ouvrages/norme_medias_9798_term/terminogramme_media_BouchardMaurais.pdf>. Acesso em: 03/21/2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 02/07/2015.

CALVET, Louis-Jean. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris: Hachette, 1999.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Uma política linguística para o português**. Museu da língua portuguesa, Secretária da Cultura. 13 de outubro, 2010.

Disponível em:

<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=17>. Acesso em: 12/04/2015.

_____. Fundamentos teóricos da gramática do português culto falado no Brasil: sobre o segundo volume, classes de palavras e as construções

gramaticais. **Alfa**, São Paulo, vol. 51, n. 1, p. 99-135, 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1428/1129>>. Acesso em: 12/04/2015.

CHALIER, Marc. **Quel standard québécois? Une étude perceptive**. 2014. 110 f. Master Thesis (Romanische Philologie). Ludwig-Maximilians Universität, Munich, 2014. Disponível em: <<http://epub.ub.uni-muenchen.de/21664/>>. Acesso em: 06/11/2015.

CLYNE, Michael. **Pluricentric Languages: differing norms in different nations**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1992.

CONSEIL DE LA LANGUE FRANÇAISE. **L'aménagement de la langue** : pour une description du français québécois, rapport et avis au ministre responsable de l'application de la Charte de la langue, Québec, 23 mai 1990. <<http://www.cslf.gouv.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/communiques-de-presse/communiquede-presse/article/plamenagement-de-la-langue-au-quebec-pour-une-description-du-francais-quebecois/>>. Acesso em: 02/07/2015.

CONSEIL SUPÉRIEUR DE LA LANGUE FRANÇAISE. Les rectifications de l'orthographe. **Journal officiel de la République française**, Edition des documents administratifs, 6 décembre, 1990. Disponível em: <http://www.academie-francaise.fr/sites/academie-francaise.fr/files/rectifications_1990.pdf>. Acesso em: 02/07/2015.

CORBEIL, Jean-Claude. **L'embarras des langues: Origine, conception et évolution de la politique linguistique québécoise**. Montréal: Québec Amérique, 2007.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. In: **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1967.

DUARTE, Maria Eugenia. When Speech and writing are too far apart! Non-dominant features of Brazilian Portuguese becoming dominant. In: MUHR, R. (Org.). **Non-dominant Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture**. In memory of Michael Clyne. Wien

et. al. : Peter Lang Verlag, 2012. p. 315-326.

DUBUC, Robert. La norme linguistique à Radio-Canada. In: RAYMOND, D.; LAFRANCE, A., Norme et média. **Terminogramme**. Office de la langue française, Québec, vol. 97-98, p. 127-131, 2001. Disponível em:

<https://www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/ouvrages/norme_medias_9798_term/terminogramme_media_Dubuc.pdf>. Acesso em: 24/03/2015.

FARACO, Carlos Alberto. O Brasil entre a Norma Culta e a Norma Curta. In: XOÁN, C.L.; BAGNO, M. (orgs.) **Política da Norma e Conflitos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011, p. 259-275.

_____. **A norma culta brasileira**: desatando alguns nós. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2009.

FINATTO, J.M. Bocorny. Estudos de terminologia no Brasil : Diálogos com Portugal. In: Simões et al. (Orgs.). Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se Cruzam. **Oslo Studies in Language**, vol. 7, n. 1, p. 223–224, 2015. Disponível em

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117042/000966867.pdf?sequence=1&locale=pt_BR>. Acesso em: 02/07/2015.

FIORIN, José Luiz: O Acordo Ortográfico: uma questão de política linguística. **Veredas On-line – Atemática**, Juiz de Fora, v.13, n.1, p. 7-19, 2009. Disponível em :

<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes/edicoes-antiores/sumario/>>. Acesso em: 03/04/2015.

FRANCARD, Michel. L'insécurité linguistique. In: MOREAU, M-L. (Org.) **Sociolinguistique**: Concepts de base. Ed. Mardaga, 1997.

GIOVANOLI, Myrta. **Les réformes de l'orthographe française**: une approche historique, contrastive et prospective. Novembre 2006. 64 f. Mémoire de licence. Chaire de linguistique du français moderne. Université de Neuchâtel, Neuchâtel, 2006. Disponível em:

<http://www.dlf-suisse.ch/dlf/publications/publications/toutes_les_publications>. Acesso em: 06/25/2015.

GOUVERNEMENT DU CANADA, **Lois constitutionnelles de 1876 à 1982**. Ministère de la Justice. Disponível em : <<http://lawslois.justice.gc.ca/fra/Const//page-7.html#docCont>>. Acesso em: 04/04/2015.

GOUVERNEMENT DU CANADA. **Loi sur les langues officielles. Ministère de la justice, 28 juillet, 1988**. Disponível em : <http://lawslois.justice.gc.ca/PDF/O-3.01.pdf> Acesso em: 04/04/2015

GOUVERNEMENT DU CANADA. **Le français et la francophonie au Canada**. Statistiques Canada, recensement 2011. Disponível em: <http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2011/as-sa/98-314-x/98-314-x2011003_1-fra.pdf>. Acesso em: 06/06/2015

GOUVERNEMENT DU QUÉBEC. **Charte de la langue française**, 1977, Publications du gouvernement du Québec. Disponível em: <http://www2.publicationsduQuebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=2&file=/C_11/C11.html >. Acesso em: 03/03/2015

HARVEY, R. Larousse ou Robert: Deux «petits» livres devenus des monuments de la culture française. **Le Devoir**, Montréal, Québec, 1 mai, 2005. Disponível em: <<http://www.ledevoir.com/culture/livres/91412/larousse-ou-robert-deux-petits-livres-devenus-des-monuments-de-la-culture-francaise>>. Acesso em: 02/07/2015.

ILARI, R.; BASSO, R. **O Português da Gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KLOSS, Heinz. “Abstand Languages” and “Ausbau Languages”. In: **Anthropological Linguistics**, vol. 9, n. 7, p. 29-41, oct. 1967. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/30029461>>. Acesso em: 21/03/2015.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAUR, Elke. La qualité, le statut et la perception du français au Québec. **Revue d'Aménagement Linguistique** (Hors-Série: L'aménagement linguistique au Québec: 25 ans d'application de la Charte de la langue française), Office québécois de la langue française, p. 147-162, 2002. Disponível em:

<https://www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/ouvrages/amenagement_hs/ral01_charte_Laur_vf_1.pdf>. Acesso em: 08/05/2014.

LECLERC, Jacques. Norvège, In: **L'aménagement linguistique dans le monde**, Québec, TLFQ, Université Laval, julho. 2011. Disponível em <<http://www.axl.cefan.ulaval.ca/europe/norvege.htm>>. Acesso em 06/06/2015.

_____. Croatie, In: **L'aménagement linguistique dans le monde**, Québec, TLFQ, Université Laval, jui. 2011. Disponível em <<http://www.axl.cefan.ulaval.ca/europe/norvege.htm>>. Acesso em 06/06/2015.

_____. Le Canada: Les politiques linguistiques dans les provinces et les territoires. In: **L'aménagement linguistique dans le monde**, Québec, TLFQ, Université Laval, avril 2010. Disponível em: <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/amnord/cnd_regimes_lng-prov.htm>. Acesso em: 06/06/2015.

_____. La politique linguistique du français: In: **L'aménagement linguistique dans le monde**, Québec, TLFQ, Université Laval, octobre 2014. Disponível em: < http://www.axl.cefan.ulaval.ca/europe/france-2politik_francais.htm >. Acesso em: 06/23/2015.

LEITNER, Gerhard. English as a Pluricentric Language. In: CLYNE, M. (Org.). **Pluricentric Languages: differing norms in different nations**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1992, p. 179-237.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org). **Linguística da Norma**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. Ciência ou Dogma, o caso do livro do MEC e o ensino de língua portuguesa no Brasil. **Revista Letras**, Ed. UFPR, Curitiba, n. 83, p. 163-187, jan/jun, 2011.

LÜDI, Georges. French as a Pluricentric Language. In: CLYNE, M. (Org.). **Pluricentric Languages: differing norms in different nations**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1992, p. 149-172.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos (Org). **Linguística da Norma**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 261-282.

_____. Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português. **Revista ICALP**, vol. 11, p.60-72, Março 1988. **Revista ICALP**, vol. 12/13, p.13-28, Junho-Setembro de 1988. Disponível em : <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/diversidade.pdf>>acesso em 02/07/2015

MAURAI, Jacques. **Les Québécois et la norme: L'évaluation par les Québécois de leur usage linguistique**, Office de la langue française, Gouvernement du Québec, 2008. Disponível em: <https://www.oqlf.gouv.qc.ca/etudes/etude_07.pdf>. Acesso em: 20/05/2015.

MOREAU, Marie-Louise. Les types de norme. In: _____ (Org.) **Sociolinguistique: Concepts de base**. Ed. Mardaga, 1997, p. 218-223.

MOREAU, Marie-Louise. La pluralité des normes dans la francophonie. **DiversCité Langue**, Vol. 4, 1999. Disponível em: <<http://www.telug.uQuébec.ca/diverscite/entree.htm>>. Acesso em: 03/05/2014.

MUHR, Rudolf. Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages: A typology. In: _____ (Org.). **Non-dominant Varieties of pluricentric Languages**. Getting the Picture. In memory of Michael Clyne. Wien et. al.: Peter Lang Verlag, 2012, p. 23-48.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: LOPES, L. P. da Moita (Org.) **O Português do século XXI: Cenário Geopolítico e Sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 53-73.

_____. Política Linguística não é para além da Educação Formal. **Estudos Linguísticos**, Campinas, XXXIV. p 87-94, 2005. Disponível em: <http://etnolingustica.wdfiles.com/local-files/journal/%3Aestudos/oliveira_2005_politica.pdf>. Acesso em 03/04/2015.

_____. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. **Linguagem**. 11º Ed. Novembro-dezembro, 2009. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao11/artigo12.pdf>>. Acesso em 01/04/2015.

_____. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI, **Trabalhos de linguística aplicada**. vol.52, n.2, Campinas, July/Dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132013000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 06/07/2015.

OFFICE QUÉBÉCOIS DE LA LANGUE FRANÇAISE. **L'Office québécois de la langue française**. L'Office québécois de la langue française. Publications du Gouvernement du Québec. 2010. Disponível em: <http://www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/depliants/20100212_depliant1fr.pdf>. Acesso em: 03/03/2015.

OFFICE DE LA LANGUE FRANÇAISE **Norme du français écrit et parlé au Québec**, Québec, Ministère des Affaires culturelles du Québec, 1965.

OFFICE DE LA LANGUE FRANÇAISE. **Énoncé d'une politique linguistique relative aux québécoisismes**, Montréal/Québec, 1985.

PADLEY, G.A: La norme dans la tradition des grammairiens. In: BÉDARD, E; MAURAI, J (orgs). **La norme linguistique**. Conseil de la langue française. Publication du ministère des Communications, 1983. Disponível em: <[http://www.cslf.gouv.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/publication-html/?tx_iggeplusplus_pi4\[file\]=publications/pubf101/f101p4.html#xiv](http://www.cslf.gouv.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/publication-html/?tx_iggeplusplus_pi4[file]=publications/pubf101/f101p4.html#xiv)>. Acesso em: 03/03/2015.

POIRIER, Claude. Dynamiques du français à travers l'espace francophone, à la lumière de la base de données lexicographiques panfrancophone. **Revue de linguistique romane**, Tome 69, Société de linguistique romane, Strasbourg, 2005. p. 483-516. Disponível em: <http://www.bdlp.org/poirier_RLiR2005.pdf>. Acesso em: 06/25/2015.

PÖLL, Bernhard. Essai de standardologie comparée: quelques éléments pour une comparaison de l'espagnol et du portugais européens et américains. **Revue belge de philologie et d'histoire**, v.79, n. 3, Langues et littératures modernes - Moderne taalen letterkunde, p. 907-930, 2001.

RONDEAU, Guy. La normalisation linguistique, terminologique et technique au Québec. In: BÉDARD, E; MAURAI, J (Orgs). **La norme linguistique**. Publications du ministère des Communications, 1983. Disponível em: <[http://www.cslf.gouv.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/publication-html/?tx_iggeplusplus_pi4\[file\]=publications/pubf101/f101p4a.html](http://www.cslf.gouv.qc.ca/bibliotheque-virtuelle/publication-html/?tx_iggeplusplus_pi4[file]=publications/pubf101/f101p4a.html)>. Acesso em: 06/24/2015.

SILVEIRA da, Regina Célia P. A Questão da Identidade Idiomatica: A Pronúncia das Vogais Tônicas e Pretônicas na Variedade Padrão do Português Brasileiro. **Signum**, Londrina, v.7, n.1, p.165-179, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3881>>. Acesso em: 02/07/2015.

SOCIÉTÉ RADIO-CANADA. **La qualité du français à Radio-Canada**, Principes directeurs, 2000. Disponível em : <http://ici.radio-canada.ca/television/politique_linguistique/> Acesso em: 06/21/2015.

SAINT-YVES, Gabrielle. La prise en compte de l'Acadie dans les nouveaux dictionnaires québécois, In: Dubois L. ; Boudreau, A. (Orgs.), **Les Acadiens et leur(s) langue(s) : quand le français est minoritaire**. Moncton, CRLA–Les Éditions d'Acadie, p. 175-188, 1996 Disponível em: <<http://homes.chass.utoronto.ca/~wulfric/articles/saint-yves/> > Acesso em: 10/06/2015.

TUDGILL, Peter. Standard English: what it isn't. Tony Bex & Richard J. Watts (Orgs.) **Standard English: The widening debate**. London: Routledge, 1999, p. 117-128.

VÉZINA, Robert. **La question de la norme linguistique**. Conseil supérieur de la langue française. Gouvernement du Québec, oct. 2009. Disponível em: <<http://www.cslf.gouv.qc.ca/publications/pubf302/cslfnormelinguistique.pdf>>. Acesso em 29/05/2015.

_____. La norme du français québécois: l'affirmation d'un libre arbitre normatif. **Langues et société**, Office de la langue française, Québec, v. 39, p 33-47, 2002.